

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO

Superintendência Nacional
de Previdência Complementar

2021

Sumário

Apresentação	3	Conformidade e Eficiência da Gestão	52
Mensagem do Diretor Superintendente	4	Mensagem da Diretora de Administração	53
Sobre este relatório	6	Gestão orçamentária e financeira	54
Materialidade	6	Execução orçamentária	54
O Sistema de previdência complementar fechada	6	Gestão de custos	57
Panorama atual	7	Gestão de pessoas	58
Gestão de riscos no sistema de previdência complementar fechada	8	Qualidade de vida	60
A Previc	11	Desenvolvimento de pessoas	64
Modelo de negócio	12	Gestão de licitações e contratos	65
Estrutura organizacional	13	Conformidade legal	65
Governança, Estratégia e Desempenho	14	Gestão patrimonial	66
Governança	15	Escritórios de representação	66
Planejamento estratégico	17	Sustentabilidade	67
Implementação da estratégia organizacional	18	Gestão de tecnologia da informação e comunicação	67
Acordo de metas de gestão e desempenho	21	Conformidade	67
Gestão da integridade	22	Governança de TIC	67
Gestão de riscos e controles internos	24	Demonstrações Contábeis	69
Resultados da Gestão	26	Declaração do contador	70
Cadeias finalísticas	27	Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis	71
Como navegar neste relatório	27	Balanço patrimonial	72
CADEIA 1: Regulação e Normatização	28	Anexos	77
CADEIA 2: Licenciamento	34	Lista de tabelas	78
CADEIA 3: Fiscalização e Monitoramento	39	Lista de figuras	79
CADEIA 4: Relacionamento Institucional	47	Lista de siglas	81
		Expediente	82

APRESENTAÇÃO



Mensagem do Diretor Superintendente

Com satisfação, apresentamos o Relatório de Gestão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), referente ao ano de 2021, que busca consolidar os principais trabalhos e atividades realizados pela autarquia no período. O relatório é resultante da contribuição coletiva de servidores que se esmeraram na elaboração de um documento materialmente completo, de modo a cumprir com o dever de transparência na prestação de contas à sociedade. Acredito que este relato seja uma apresentação adequada e fidedigna da estrutura de governança e gestão da autarquia, dos recursos empregados, dos resultados atingidos e dos desafios vindouros.

A Previc, autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência, é responsável pela supervisão do sistema de previdência complementar fechada, com a finalidade de garantir seu regular funcionamento e higidez, por meio de processos de licenciamento, normatização, monitoramento, fiscalização e aplicação de sanções administrativas. O sistema de previdência complementar fechada tem características próprias que regem seu planejamento, gestão e controle, dentre os quais destacamos o horizonte de longo prazo que norteia suas operações, no intuito de proteger e de fomentar a poupança para sucessivas gerações de participantes. Assim sendo, a supervisão efetuada pela Previc busca atuar de forma abrangente, proativa e intrusiva, com enfoque prospectivo e preventivo, induzindo melhorias no comportamento, nas práticas e no funcionamento do sistema.

A Previc pauta sua atuação pela adoção de medidas que contribuam para a estabilidade e o equilíbrio dos planos geridos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), continuamente aperfeiçoando sua estratégia e seus métodos de supervisão, sempre comprometida com a melhoria da governança, controles

internos eficientes e gestão de riscos eficaz. Não menos importante, advoga pelo desenvolvimento e crescimento do sistema de previdência complementar a longo prazo, incentivando na identificação e modelagem de opções que aumentem a atratividade da poupança previdenciária, tendo em vista a oferta de produtos previdenciários acessíveis e adequados a parcelas cada vez maiores da população.

Neste sentido, a Previc tem buscado implantar medidas que visem a flexibilização e a harmonização do sistema, mediante a apresentação de ajustes conceituais e regulatórios, os quais são estudados e discutidos com os demais agentes do sistema, configurando uma parceira informal do setor público com o privado. Temas como a internalização da cultura de gestão de riscos nas EFPC, o aperfeiçoamento da relação previdenciária, a modernização e a flexibilização de seus institutos, os papéis de instituidores e patrocinadores, e a segregação e independência da estrutura das entidades e dos planos estão presentes no cotidiano das pautas de discussões da Previc.

O ano de 2021 prosseguiu com ações para aprimoramento do arcabouço regulatório e de aprimoramento dos métodos de supervisão, avançando na capacidade de identificar tempestivamente os riscos inerentes às atividades de previdência complementar, bem como avaliar a eficiência dos seus controles internos e a eficácia da gestão de riscos das EFPC e dos respectivos planos de benefícios. Para tanto, foram introduzidas melhorias na captação e na qualidade de dados, desenvolvimento de indicadores econômico-financeiros-atuariais, e a implantação de processo sistematizado de avaliação dos riscos e controles internos e da governança das EFPC, ações que deverão prosseguir em 2022.

O modelo de supervisão recém implementado promove a adoção de ações imediatas com foco no risco,

principalmente, e, também, em *compliance*. O novo sistema de avaliação, mais objetivo, padronizado e sistematizado, com base em variáveis quantitativas e qualitativas, atribui “notas” relativas à situação econômico-financeira, aos riscos e controles internos e à governança. A cada ciclo de supervisão, a avaliação será compartilhada com a respectiva entidade supervisionada em reunião específica para devolutiva dos resultados e apresentação da opinião conclusiva da supervisão.

Ao final de 2021, o sistema de previdência complementar estava composto por 265 entidades e 1.114 planos de benefícios, com ativos em montante de R\$ 1,1 trilhão, os quais foram monitorados e fiscalizados proporcionalmente à relevância sistêmica e aos riscos identificados, com foco na governança e nos riscos e controles da EFPC e nos indicadores econômico-financeiros dos planos de benefícios, com destaque para os de liquidez e de solvência.

Quanto ao processo de licenciamento, um terço dos planos existentes no sistema submeteram alterações nos respectivos estatutos e regulamento, decorrentes de requerimentos de 251 entidades. No período, houve a criação de EFPC, planos e realização de convênios de adesão, perfazendo o total de 265, bem como foram processados 1.872 requerimentos de licenciamento e 511 de habilitação de dirigentes.

Há de se destacar o atendimento à EC nº 103, que determinou aos entes federativos a oferta de planos de benefícios a todo servidor com remuneração superior ao teto do RGS. Nesse particular, a Previc instituiu modelos automáticos de convênio de adesão e de regulamento de planos para otimizar o processo. Até o momento, 255 planos de entes federativos foram autorizados e estão em funcionamento para os seus servidores.

Em termos regulatórios, o ano de 2021 foi de intensa atividade normativa, com as propostas de revisão de resoluções do CNPC e CMN em aspectos contábeis, atuariais e de investimentos das EFPC, inclusive com a revisão do plano de contas e a introdução de novas informações contábeis e extracontábeis, agregando confiabilidade e transparência às operações realizadas pelas entidades, sempre com atenção à redução do custo de observância regulatória e simplificação de regras. Destacam-se a elaboração de consultas públicas referentes à Resolução que trata dos institutos da previdência complementar e à implementação da segregação de ativos nos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A Previc trabalhou na revisão da regulação existente, conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.139, de 2019, tendo encaminhado ao CNPC propostas de alterações para nove resoluções, sendo todas aprovadas. Internamente, houve a revisão de instruções normativas e resoluções, além da participação em discussões e apresentação de propostas para alteração das LC nº 108 e nº 109, bem como de revisão do Decreto nº 4.942, de 2003.

Importante destacar também a atualização de documentos

orientativos, como os guias de melhores práticas, perguntas e respostas sobre a legislação, ementário de normas vigentes, ementário de pareceres da Procuradoria Federal junto à Previc, pesquisa sobre a utilização de critérios Ambientais, Sociais e de Governança na avaliação de investimentos, manuais Previc e quadro de obrigações das EFPC, conferindo clareza e transparência a essas iniciativas.

A análise da evolução do equilíbrio técnico do sistema evidencia que a atividade econômica apresentou significativa recuperação ao longo do primeiro semestre, atingindo o superávit agregado líquido de aproximadamente R\$ 19 bilhões em junho de 2021. No segundo semestre, por sua vez, em razão do crescimento da aversão ao risco em países emergentes, aumento da inflação global e recrudescimento da crise sanitária com o surgimento de nova variante, o nível de atividade econômica no Brasil reduziu, refletindo nos índices econômicos, com destaque para o aumento da inflação e da taxa de juros (Selic) e queda no valor dos ativos negociados em bolsa.

Em consonância com a elevada volatilidade, observa-se o aprimoramento da governança de investimentos no sistema, garantindo melhor suporte às decisões na gestão de riscos e

no controle dos processos de seleção de ativos, de avaliação e de mitigação de risco.

Nesse contexto, o resultado consolidado do sistema de previdência complementar fechada passou de um superávit de R\$ 8 bilhões em 2020 para um déficit na ordem de R\$ 36 bilhões em 2021. Ressalta-se, porém, que o aumento dos déficits não tem origem em deficiências de gestão ou falhas de governança de investimentos, mas na elevada volatilidade dos índices macroeconômicos, que resultaram em ajustes negativos nos valores de títulos de renda fixa marcados a mercado, bem como na desvalorização nos preços das ações, configurando-se numa situação conjuntural que se recuperará no horizonte de tempo estimado para o cumprimento das obrigações previdenciárias.

A Previc, no cumprimento de sua missão institucional de garantir o regular funcionamento e a hígidez do sistema, seguirá atuando na promoção dos aperfeiçoamentos necessários ao seu crescimento sustentável, tanto com medidas regulatórias quanto de supervisão, mantendo elevado nível de exigência para o atingimento de uma governança cada vez mais robusta, controles internos eficientes e gestão de riscos eficaz.

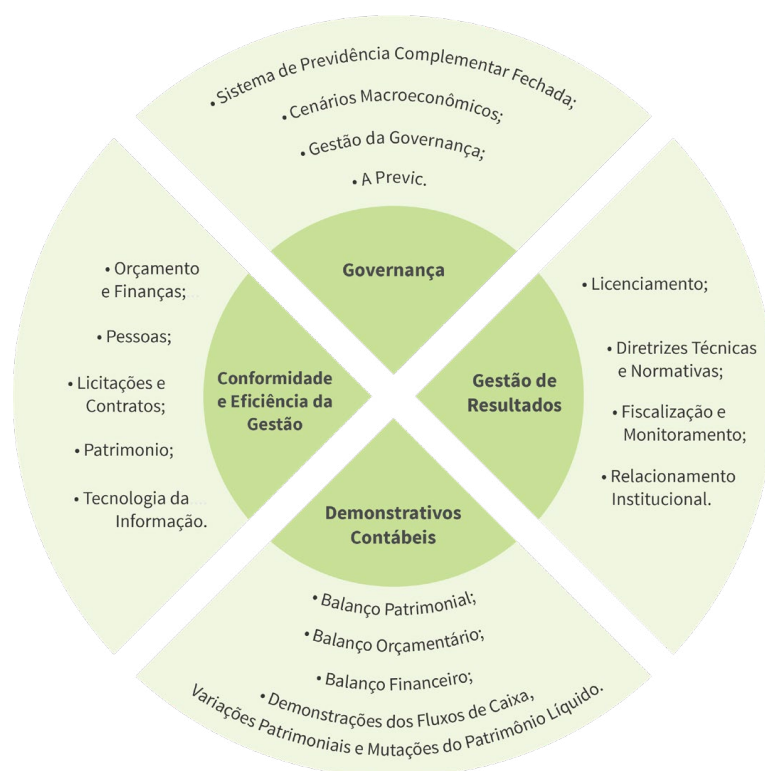
Lucio Capelletto

Diretor-Superintendente

SOBRE ESTE RELATÓRIO

Este relatório segue disposições da Decisão Normativa TCU nº 187, de 2020, quanto à forma, conteúdo e organização. A orientação do TCU adequa o modelo de Relato Integrado do *International Integrated Report Council* (IIRC) às necessidades de controle da Administração Pública Federal, unificando informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa e mostrando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro de uma organização levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos.

Figura 1 – Estrutura dos grupos de informações



MATERIALIDADE

Respeitadas as especificações da DN TCU nº 187, de 2020, o mapeamento dos temas relevantes e a definição do nível de aprofundamento adequado à finalidade deste relatório buscam demonstrar como a Previc gera valor para diversos públicos: participantes de planos de benefícios

previdenciários, patrocinadores públicos e privados, instituidores, fundos de pensão e demais entidades do sistema de previdência complementar fechada, sociedade civil, a própria Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e órgãos reguladores e supervisores do sistema financeiro.

Para avaliação e priorização dos temas relevantes que impactam a capacidade da Previc de criar valor, as informações foram elaboradas pelas unidades internas com foco nas expectativas dos seus públicos de interesse, no planejamento estratégico, nos indicadores de desempenho, nos índices setoriais e nos processos da cadeia de valor.

Os temas materiais foram então organizados em quatro grupos, conforme apresentados na Figura 1.

O Sistema de previdência complementar fechada

A previdência complementar fechada constitui importante instrumento de proteção ao trabalhador, além de contribuir para a manutenção do poder aquisitivo das famílias quando da aposentadoria e para a formação de poupança interna de longo prazo, necessária para diversificar as fontes de financiamento do crescimento econômico e ampliar a capacidade de investimento do País.

A credibilidade é fator determinante para a sustentabilidade do sistema de previdência complementar fechada, além dos elementos de risco e de solvência. A adoção de medidas de natureza regulatória e de supervisão é necessária para a solução de questões históricas e para a manutenção da solidez, reduzindo eventuais vulnerabilidades de mercado e do passivo atuarial.

Nesse sentido, a Previc tem se empenhado no aprimoramento das normas vigentes mediante elaboração de propostas para alteração de legislação e de regulação, seja por meio de órgãos reguladores ou pela publicação de instruções normativas e portarias que detalhem aspectos de governança, de controles internos, de gestão de riscos, de transparência, de regras contábeis e atuariais e de segregação patrimonial.

Não obstante o significativo avanço regulatório infralegal observado nos últimos anos, há plena percepção de que mudanças culturais e a adequada implementação de boas práticas dependerão de esforços também de cada EFPC.

A internalização das mudanças será determinante para a melhoria da qualidade da prestação de serviços previdenciários.

Atualmente o sistema conta com três tipos de Planos de Benefícios: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV). Tais planos apresentam características bem diferenciadas, entre as quais destacam-se os seguintes pontos específicos:

• Planos BD

Na contratação do plano, os participantes têm conhecimento do nível de benefício a ser recebido após o cumprimento das condições necessárias à aposentadoria. Esses planos adicionam riscos atuariais à sua gestão, pois a capitalização dos recursos aportados deve resultar necessariamente em montantes que garantam o pagamento dos benefícios contratados.

• Planos CD

Os benefícios programados a serem percebidos resultam dos recursos acumulados pelos participantes até o momento da aposentadoria, decorrentes dos aportes das suas contribuições e, quando for o caso, do patrocinador, acrescidos dos seus rendimentos.

• Planos CV

São planos que conjugam as características dos planos BD e CD. Além da reserva a ser empregada nos benefícios de aposentadoria, podem ser constituídos fundos que financiarão alguns benefícios de risco atuarial, de caráter mutualista, e que também resultam da capitalização das contribuições mensais dos participantes.

PANORAMA ATUAL

265

EFPC

em funcionamento

1.114

Planos

R\$ 1,1 tri

em Ativos

7,9 milhões

População abrangida

3,9 milhões

R\$ 70 bilhões - Benefícios pagos por ano

Participantes e assistidos (aposentados e pensionistas)

4 milhões

Pessoas Designadas Indicadas que podem ter direito a benefícios

3.416

Patrocinadores e Instituidores

Em dezembro de 2021, o sistema de previdência complementar fechada contava com 1.114 planos de benefícios previdenciários, administrados por 265 entidades ativas, cujos ativos se distribuíam conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Quantidade de entidades e ativos totais por patrocínio predominante

Patrocínio Predominante	Quantidade EFPC	Ativos Totais (R\$ bilhões)
1 – Privado	164	410,6
2 – Público	80	689,7
- Federal	33	600
- Estadual	36	87,6
- Municipal	11	2,1
3 - Instituidor	21	11,1
Total	265	1.111,4

Fonte: CGIR/Previc

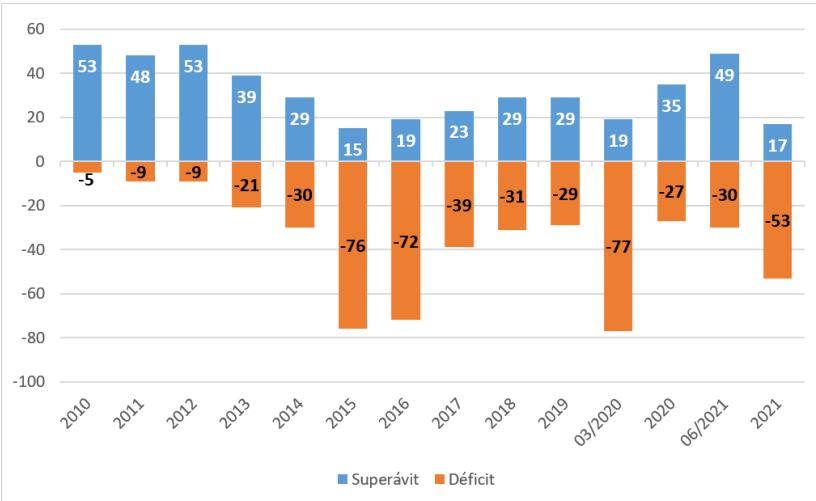
Tabela 2 – Quantidade de planos e ativo total por modalidade

Modalidade do Plano	Quantidade Planos	Ativos Totais (R\$ bilhões)
Benefício Definido - BD	295	685
Contribuição Variável - CV	345	286,4
Contribuição Definida - CD	474	140
Total	1.114	1.111,4

Fonte: CGIR/Previc

Os ativos totais do sistema cresceram de R\$ 1.052,4 bilhões em dezembro de 2020 para R\$ 1.111,4 bilhões em dezembro de 2021. Por sua vez, o resultado líquido agregado atingiu um déficit de R\$ 36 bilhões.

Gráfico 1 - Evolução de superávits e déficits (R\$ bilhões)

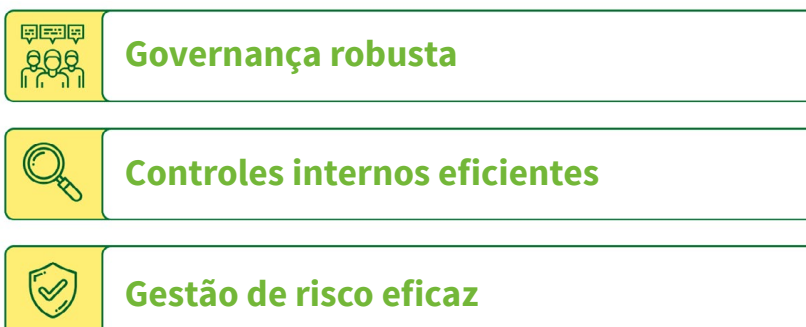


Fonte: CGIR/Previc

O sistema de previdência complementar fechada havia retornado ao equilíbrio técnico em 2019, porém apresentou significativo desequilíbrio em março de 2020 em consequência da eclosão da pandemia de Covid-19. Entretanto, com a recuperação econômica, o sistema se

soergueu rapidamente, encerrando o ano de 2020 com resultado superavitário de R\$ 8 bilhões. Essa recuperação se manteve no primeiro semestre de 2021, aproximando-se a 19 bilhões de superávit. No segundo semestre, a taxa de juros começou a se elevar, refletindo a inflação mundial decorrente das intervenções econômicas pós-pandemia, da valorização das commodities e, mais recentemente, dos preços do petróleo afetados pelas tensões internacionais. Ressalta-se, porém, que o aumento dos déficits não tem origem em deficiências de gestão e falhas de governança de investimentos, mas na elevada volatilidade dos índices macroeconômicos, que resultaram em ajustes negativos nos valores de títulos de renda fixa marcados a mercado, bem como na desvalorização nos preços das ações, configurando-se numa situação conjuntural que se recuperará no horizonte de tempo estimado para o cumprimento das obrigações previdenciárias.

GESTÃO DE RISCOS NO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA



O emprego das melhores técnicas de gestão de risco é um dos principais requisitos para assegurar o sucesso da poupança previdenciária, mediante constante detecção e mitigação dos vários riscos inerentes aos fundos de pensão.

Portanto, cumpre aos gestores das entidades e planos de benefícios serem diligentes na aplicação dos métodos mais eficientes na proteção do patrimônio dos seus participantes e assistidos, para promover o necessário equilíbrio entre as obrigações dos planos e seus recursos garantidores.



Riscos ASG tratam de investimentos responsáveis considerando critérios ambientais, sociais e de governança.

Na aplicação dos recursos, a EFPC deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos e a segregação das funções de

gestão, administração e custódia, bem como acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos com o objetivo de limitar a probabilidade de perdas nos investimentos.

Nesse contexto, o papel da Previc consiste em desenvolver mecanismos para monitoramento e fiscalização das EFPC, de modo a promover e garantir o tratamento rigoroso e tempestivo desses riscos.

Com esse objetivo, foi instituída a supervisão permanente das entidades de maior importância sistêmica, modelo de supervisão baseado em avaliações de riscos e controles e o aperfeiçoamento do monitoramento através do uso de indicadores com supervisores dedicados e procedimentos específicos. Foram estabelecidos requisitos mínimos para os auditores independentes, que passaram também a produzir relatórios específicos sobre a governança e os controles internos das EFPC.

Foi desenvolvido o sistema de riscos e controles, denominado Virtus, que atribui uma nota final a cada plano e EFPC, composta pela consolidação das notas atribuídas a cada um dos riscos e respectivos controles, além da nota de governança, que expressa a opinião da supervisão da Previc sobre cada plano e EFPC.

Risco de liquidez

Risco de liquidez está associado à probabilidade de falta ou encarecimento de recursos para pagamento de obrigações nos prazos em que são devidas. O risco de liquidez do sistema permanece baixo.

No agregado, o sistema detém ativos elegíveis que excedem em mais de duas vezes o necessário para o cumprimento das obrigações de pagamentos de benefícios junto aos participantes no curto prazo (5 anos). Quanto maior a idade média dos participantes de determinado plano, maior deve ser sua liquidez. Os planos considerados em situação de

dificuldade de liquidez são objeto de ação de supervisão com vistas à adoção de medidas saneadoras.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perda em posições, dentro e fora do balanço, provocada pelos movimentos na taxa de juros, no câmbio e nos preços de mercado dos ativos, tendo o potencial de afetar o desempenho do plano de benefícios devido a movimentos adversos.

Por isso, a entidade deve estabelecer metodologia adequada para o monitoramento desse risco e de seu potencial impacto, por meio de análise dos riscos de mercado em diversos cenários, testes de estresse, etc.

Risco de crédito

O risco de crédito é a probabilidade de o tomador de recursos, também chamado de contraparte, não pagar ou honrar as obrigações assumidas, tanto no que tange ao principal quanto ao serviço da dívida. De maneira geral, as carteiras de investimentos dos planos de benefícios não apresentam risco de crédito significativo.

Risco atuarial

O risco atuarial é a probabilidade de aplicar premissas atuariais com estimativas imprecisas ou enviesadas, que subestimem ou superestimem o valor das obrigações do plano. Dentre essas premissas, destaca-se a taxa de juros atuarial, que deve refletir a taxa de rentabilidade esperada dos investimentos das EFPC e a tábua de longevidade aderente à população do plano.

O movimento descendente das taxas de juros tem sido acompanhado pela redução das metas atuariais, tornando cada vez mais desafiador a obtenção de rentabilidade para os investimentos compatível com as obrigações dos planos de benefícios.

Risco operacional

O risco operacional é a probabilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiência e/ou inadequação nos controles internos, podendo envolver fatores intrínsecos, como recursos humanos e tecnológicos, e extrínsecos à entidade.

Cabe aos gestores das EFPC promover o mapeamento e atualização desses riscos, bem como elaborar diretrizes e manuais operacionais e estabelecer formalmente a hierarquia e alçadas decisórias, garantindo a segregação de funções.

Risco legal

No âmbito do risco operacional, um dos riscos mais relevantes é o risco legal, decorrente da possibilidade de questionamento jurídico sobre a execução dos contratos, processos judiciais e sentenças contrárias ou adversas que possam causar perdas à entidade.

Cabe aos gestores assegurar o acompanhamento e a correta interpretação normativa, contemplar o risco legal no mapeamento de riscos, elaborar e executar programas de *compliance*, visando a adequação e conformidade aos normativos externos e às políticas e procedimentos estabelecidos.

Risco sistêmico

O risco sistêmico é a probabilidade de perda resultante de alterações nos diversos níveis de risco, isoladamente ou em conjunto, quando atingem patamares que ultrapassam a entidade individualmente e atingem todo o sistema, seja pelo “efeito contágio” ou pela potência do evento individual.

A mitigação do risco sistêmico ocorre nos vários processos de atuação da Previc, tendo início no licenciamento de entidades com capacidade de cumprir o dever fiduciário e honrar as obrigações previdenciárias, passando pela regulação prudencial e contábil, com foco no aperfeiçoamento das regras de investimento e atuariais, e também pela supervisão, por meio do monitoramento constante da situação econômico-financeira mediante indicadores, da avaliação dos sistemas de riscos e controle das entidades e da fiscalização das operações, e finalizando pelo processo saneador de situações que requeiram ações, com adoção de regimes especiais, por parte do órgão de supervisão.

Avaliação da governança

Por fim, mas não menos relevante, a avaliação da governança é feita transversalmente e compreende todas as áreas da EFPC. O objetivo é induzir a criação de um ambiente corporativo dedicado a minimizar os riscos relacionados à concentração de poderes, assegurando a segregação de funções e priorizando a tomada de decisões tempestivas pelos órgãos colegiados com base em critérios técnicos.

Além disso, introduz gradativamente a avaliação de questões relativas ao investimento responsável, com a incorporação de uma abordagem que contemple fatores ambientais, sociais e de governança (ASG) nas decisões de investimento, para melhor gerenciar os riscos e gerar retornos sustentáveis a longo prazo.

Para mais informações sobre as análises de riscos sistêmicos, [clique aqui](#) para acessar os Relatórios de Estabilidade da Previdência Complementar Fechada (REP).

Tabela 3 – Quantidade de planos de benefício de Entes Federativos

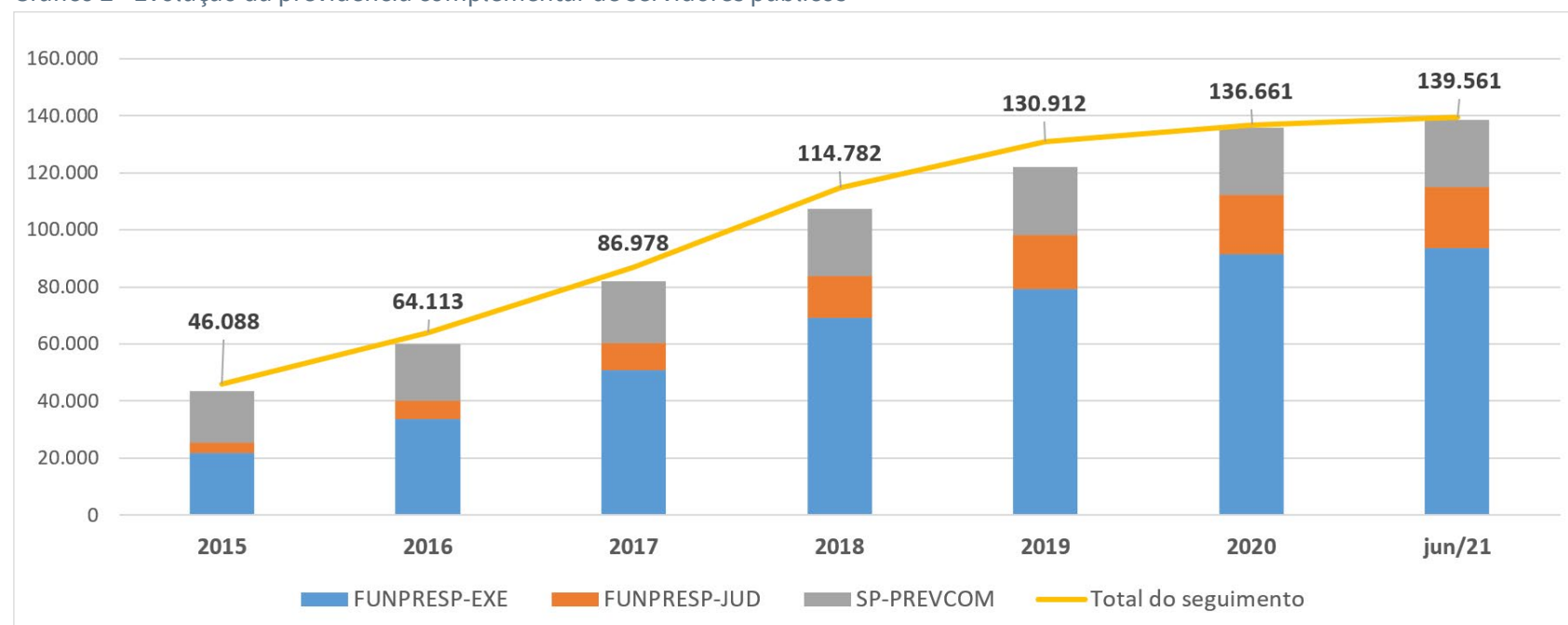
Nome/Sigla EFPC	Entes Federais	Entes Estaduais	Entes Municipais
ALPREV		2	
BANRISUL			82
BB PREVIDÊNCIA		1	27
CE-PREVCOM		3	5
CURITIBAPREV			2
DF-PREVICOM		2	
FAMÍLIA PREVIDÊNCIA			45
FUNPESP-EXE	2		
FUNPESP-JUD	1		
FUSAN			1
ICATUFMP			1
MONGERAL AEGON			8
PREVBAHIA (PREVNORDESTE)		9	
PREVCOM-BRC		3	
PREVCOM-MG		3	1
PREV-PR		1	
PREVES		3	7
RJPREV		3	
RS-PREV		3	15
SCPREV		3	
SP-PREVCOM		7	15
TOTAL	3	43	209

Fonte: CGAF/Previc

Previdência complementar para servidores públicos

A previdência complementar para servidores públicos continua apresentando expansão, sendo que os participantes ativos deste segmento correspondem a aproximadamente 4,95% do total.

Gráfico 2 - Evolução da previdência complementar de servidores públicos



Fonte: CGAF/Previc

A Emenda Constitucional nº 103, de 2019 (EC), trouxe alguns desafios e oportunidades para o sistema de previdência complementar fechada, em especial para as entidades que administram planos de benefícios patrocinados por entes públicos.

Duas mudanças merecem destaque: i) a compulsoriedade de instituição de regime de previdência complementar, pelos entes públicos, para seus servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, no prazo de 2 anos da entrada em vigor da EC; e ii) a possibilidade de os planos de benefícios patrocinados por esses entes serem administrados também por entidades abertas de previdência complementar.

Tais mudanças proporcionarão um crescimento significativo para o sistema de previdência complementar no curto prazo e a maior concorrência representará um desafio para as entidades na administração desses planos e uma oportunidade para a diminuição de custos para os entes.

A EC nº 103, de 2019, também modificou a regra de cálculo da aposentadoria pelo regime próprio de previdência social (RPPS), passando a considerar os salários de contribuição correspondentes a 100% do período contributivo desde a competência julho de 1994, o que tende a reduzir o valor do benefício. Dessa forma, a previdência complementar passa a ter um papel ainda mais importante para buscar recompor tal lacuna na renda dos servidores.



A Previc foi criada pela Lei nº 12.154, de 2009, como autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, quadro de pessoal e patrimônio próprios, com atribuição de supervisionar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e executar políticas para o regime de previdência complementar com a missão de assegurar hígidez e confiabilidade ao sistema.

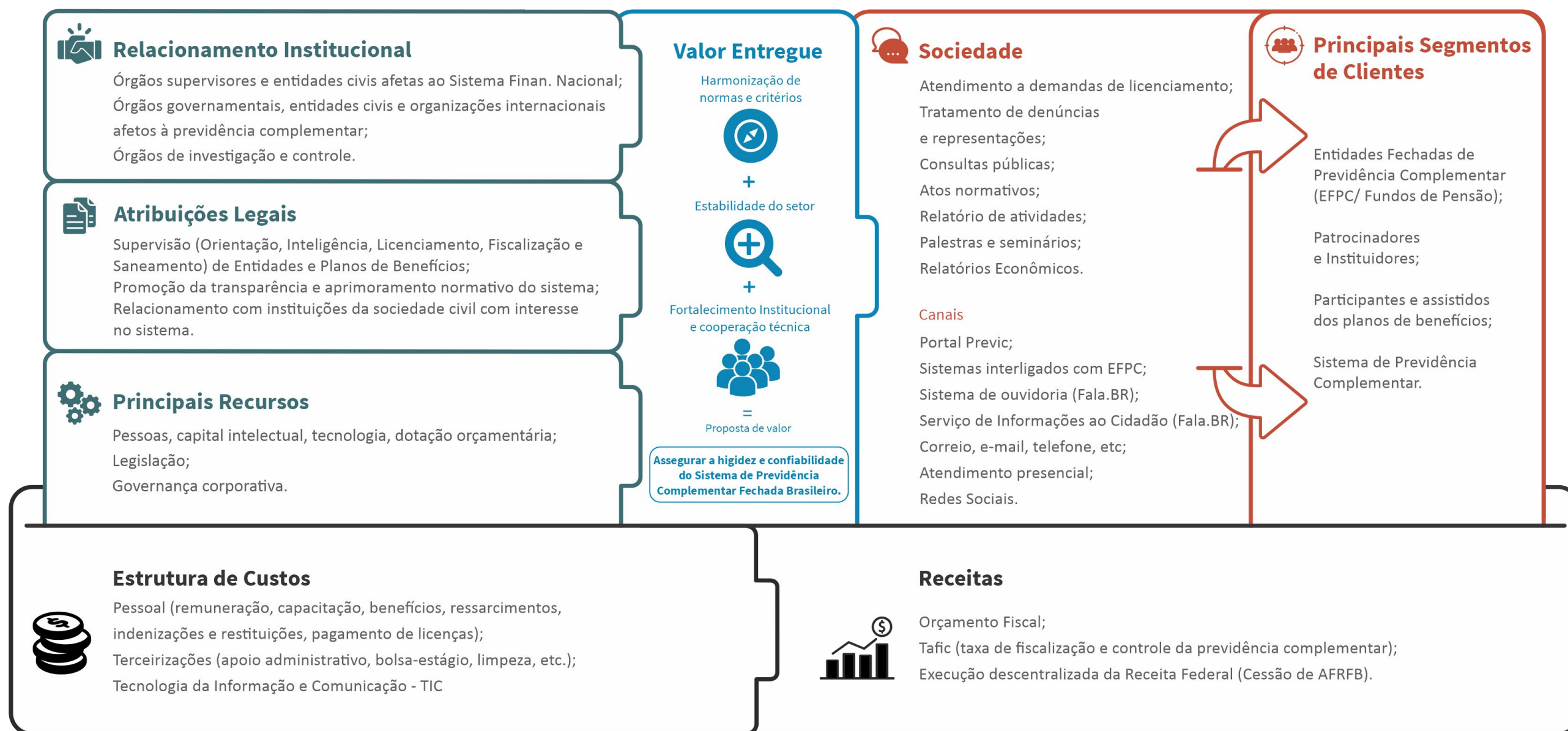
Apesar de toda a sociedade se beneficiar, indiretamente, de um sistema de previdência complementar hígido e confiável, os principais atores do sistema são: as EFPC, também conhecidas como fundos de pensão; os participantes, que optaram por aderir a um plano de benefícios; os assistidos, que estão usufruindo de benefícios como aposentadorias e pensões, entre outros; e os patrocinadores e instituidores, que por intermédio das EFPC oferecem os planos de benefícios a seus empregados ou associados.

MODELO DE NEGÓCIO

A missão da Previc é garantir a higidez e a confiabilidade do sistema. Para tanto, a autarquia utiliza recursos, como pessoas, capital intelectual, orçamento; relaciona-se com órgãos governamentais e entidades não governamentais; e se relaciona com a sociedade, atendendo demandas de licenciamento, recebendo denúncias, atuando preventiva e corretivamente na supervisão do sistema, promovendo consultas públicas, seminários etc.

Para acessar as principais normas direcionadoras da atuação da Previc, [clique aqui](#).

Figura 2 – Modelo de negócio da Previc



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL


A Previc é dirigida por uma Diretoria Colegiada, da qual fazem parte o Diretor-Superintendente (Disup) e quatro diretorias:

Diretoria de Fiscalização e Monitoramento (Difis), Diretoria de Licenciamento (Dilic), Diretoria de Orientação Técnica e Normas (Dinor) e Diretoria de Administração (Dirad).


A Autarquia também conta com escritórios de representação nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

A Figura 4 apresenta a organização da Previc, suas equipes de trabalho e linhas de comando. Os órgãos em azul executam as atividades finalísticas da Autarquia e os demais exercem funções de gestão, suporte ou controle.


Figura 3 – Alta administração da Previc




Lucio Rodrigues Capelletto
Diretor-Superintendente




Carlos Marne Dias Alves
Diretor de Fiscalização e Monitoramento



José Carlos Sampaio Chedeak
Diretor de Orientação Técnica e Normas

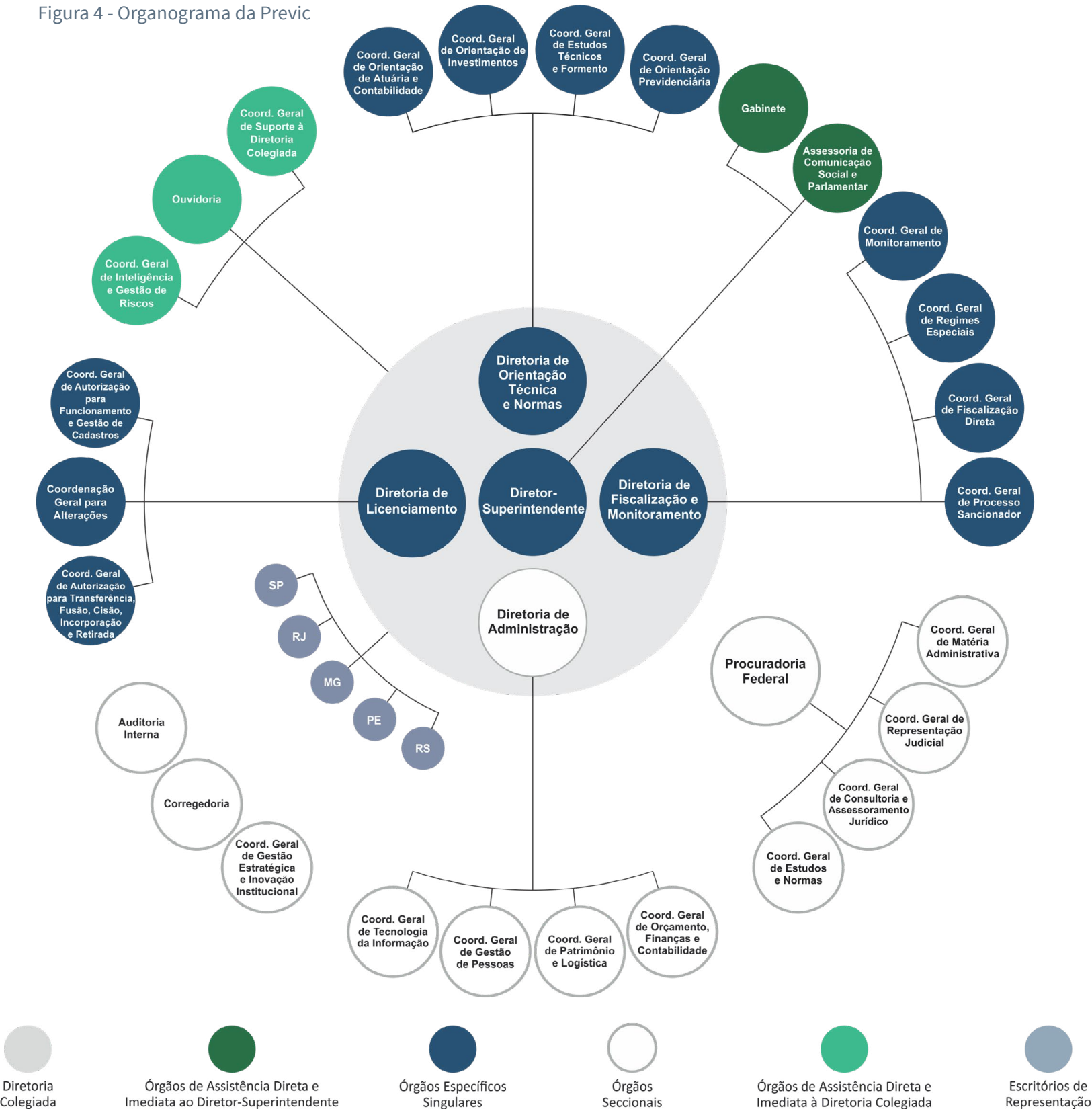


José Reynaldo de Almeida Furlani
Diretor de Licenciamento



Rita de Cássia Corrêa da Silva
Diretora de Administração

Figura 4 - Organograma da Previc



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



GOVERNANÇA

Governança Pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução das políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

É possível perceber na estrutura de governança o equilíbrio entre os envolvidos: sociedade (cidadãos e organizações de representação civil), governo (instâncias administrativas e de supervisão, como Presidência da República e Ministério do Trabalho e Previdência; órgãos de fiscalização e controle, como o TCU e a CGU) e outros órgãos e entidades do sistema de previdência complementar, governamentais ou civis. Esse equilíbrio é fundamental para que, nas tomadas de decisão, o bem comum prevaleça sobre os interesses de pessoas ou grupos.

Figura 5 - Estrutura de governança

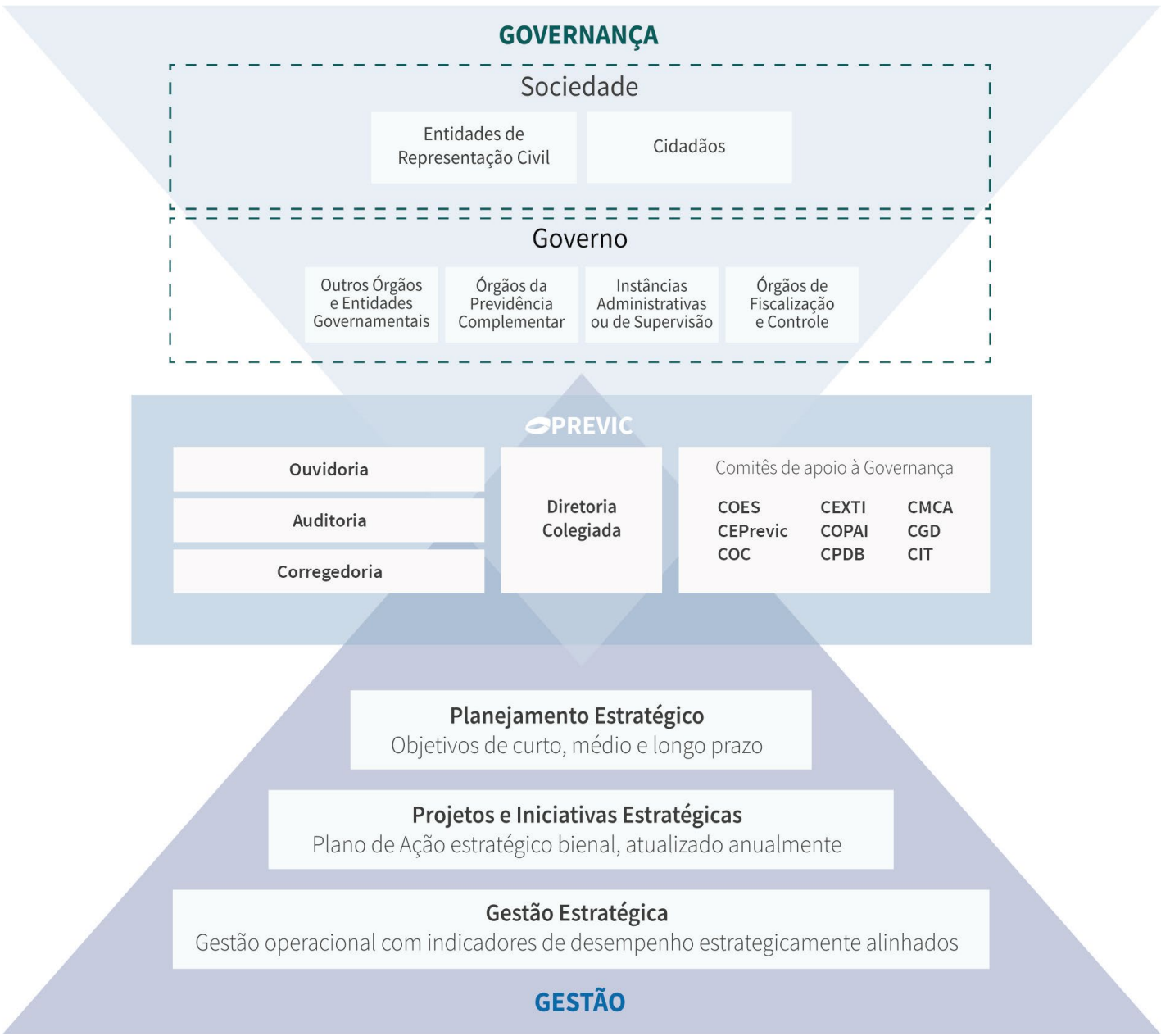


Tabela 4 - Comitês e comissões de apoio à governança

Siglas	Finalidade
COES	O Comitê Estratégico de Supervisão tem como atribuição avaliar os riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, especialmente aqueles que possam configurar risco sistêmico, e definir diretrizes e estratégias para a condução de processos relacionados ao monitoramento, à prevenção e à mitigação desses riscos.
CEPrevic	A Comissão de Ética da Previc tem como objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.
COC	O Comitê de Orientações e Consulta é um colegiado de caráter consultivo que tem como atribuições orientar acerca de estudos e consultas; emitir manifestações sobre planejamento e execução do Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento; e propor melhorias e diretrizes a assuntos correlatos à fiscalização.
COPAI	O Comitê de Análise de lavratura de Auto de Infração e instauração de Inquérito Administrativo tem como objetivo aperfeiçoar o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação do regime da previdência complementar inerente às operações das EFPC.
CMCA	A Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem tem a competência de promover a mediação e a conciliação entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar e entre estas e seus participantes, assistidos, patrocinadores ou instituidores, bem como dirimir os litígios que lhe forem submetidos na forma da Lei nº 9.307, de 1996.
CEXTI	O Comitê Executivo de Tecnologia da Informação é um colegiado de caráter propositivo e consultivo com objetivo de estabelecer ações relativas à Tecnologia da Informação e Comunicação e promover a integração da área de TI com as áreas de negócio da Previc.
CGD	O Comitê de Governança Digital é um órgão colegiado de caráter decisório e permanente para deliberar sobre assuntos relativos à implementação de ações de governança digital e para o uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como pela definição das demais diretrizes relacionadas à governança digital, conforme disposto no Decreto nº 10.332, de 2020.
CPDB	A Comissão Permanente de Desfazimento de Bens objetiva a avaliação dos bens, classificando-os de acordo com o disposto no Decreto nº 9.373, de 2018, solicitando, caso necessário, pareceres técnicos, bem como adotando, em observância às legislações em vigor, os demais procedimentos que se fizerem necessários para o desfazimento dos bens.
CIT	A Câmara Permanente de Interpretação e Teses objetiva identificar questões jurídicas relevantes afetas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico junto à Previc, relacionadas exclusivamente com as atividades finalísticas desenvolvidas pela autarquia; promover a discussão das questões jurídicas relevantes identificadas, buscando solucioná-las e fixando a interpretação da Constituição, das leis e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida e submeter manifestação jurídica conclusiva acerca das questões jurídicas relevantes identificadas à consideração do Procurador-Chefe da PF/Previc, para fins de posterior aprovação.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

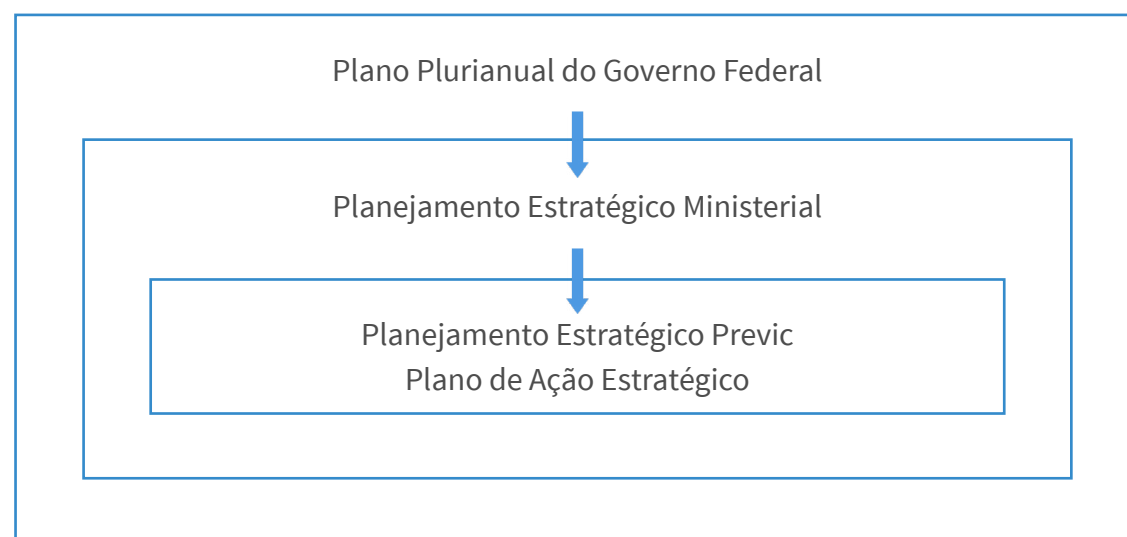
O planejamento estratégico é uma importante metodologia para subsidiar os gestores a direcionarem suas iniciativas, tomando por base a análise dos ambientes interno e externo nas constantes mudanças.

Tendo em vista sua missão de manter a hígidez dos planos de benefícios das EFPC, a Previc alinhou seu planejamento estratégico 2021-2023 ao plano plurianual do governo federal - PPA e ao mapa estratégico do então Ministério da Economia. Em dezembro de 2021, foi publicada a Lei nº 14.261, de 2021, que criou o Ministério do Trabalho e Previdência. A Previc irá alinhar sua estratégia ao novo Ministério nos próximos anos.

No PPA 2020-2023, a Previc está inserida no contexto do “Programa 2214 – Nova Previdência”, que tem como objetivo “Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços”. Os dados de total de ativos financeiros e de resultado técnico (superávit ou déficit) das EFPC fazem parte do “indicador de qualidade previdenciária”, que é utilizado para verificar o cumprimento da meta deste Programa. Dessa forma, a Previc contribui com o objetivo definido no PPA ao alinhar o seu planejamento estratégico para aumentar os ativos totais do sistema e para promover o resultado técnico positivo. Para mais detalhes sobre esse indicador, acesse os [Espelhos dos Programas do PPA 2020-2023](#).

Ainda em relação ao alinhamento do planejamento, a Previc está inserida na cadeia de valor do Ministério da Economia, no macroprocesso “11 - Gestão dos regimes previdenciários”.

Figura 6 – Alinhamento estratégico



O planejamento estratégico da Previc contempla sua missão e visão, os cenários externo e interno e o fortalecimento de seu sistema de governança.

A supervisão lato senso dos fundos de pensão é organizada para garantir a hígidez dos planos de benefícios.

As áreas de atuação da Previc são avaliadas durante o planejamento estratégico, de modo a identificar a necessidade de ações pontuais ou de promoção de debates e estudos para embasar a proposição de normativos e outras formas de orientação.

Figura 7 – Ciclo da estratégia



Adaptações estratégicas em relação à pandemia de Covid-19

Com a pandemia de Covid-19 no início de 2020, a Previc estabeleceu uma estratégia emergencial para lidar com os impactos e consequências da redução do nível de atividade econômica e com as novas condições do ambiente de trabalho e negócios. Essa estratégia envolveu adequações internas e externas, que basicamente se destinaram a:

- Possibilitar o trabalho remoto da maior parte de sua estrutura, a fim de viabilizar o distanciamento físico, com providências tais como a universalização do estabelecimento e acompanhamento de metas individuais, aquisição de VPNs e cessão de equipamentos de informática para acesso remoto dos servidores às bases de dados operacionais;
- Revisar os métodos de trabalho, especialmente das equipes de fiscalização, no intuito de minimizar a atuação presencial dos auditores e analistas;
- Prorrogar prazos de prestação de informações por parte das entidades, permitindo que estas também pudessem readequar seus procedimentos; e
- Digitalização de todos os processos de requerimento para licenciamento.

Planejamento estratégico para o triênio 2021-2023

Para reposicionar sua atuação conforme as novas demandas do cenário atual, a Previc estabeleceu seu planejamento estratégico para o período 2021 a 2023, buscando dar respostas aos desafios novos ou persistentes:

- Implementar um processo de monitoramento, mais tempestivo e abrangente, dos riscos principais inerentes às operações das EFPC, baseado em indicadores contábeis, atuariais e de investimentos;
- Implementar um novo sistema de avaliação dos riscos e controles das EFPC para sistematizar o processo de supervisão, melhor integrando os indicadores de monitoramento e os resultados dos trabalhos de supervisão direta, incluindo a avaliação da governança, além das ações de fiscalização de *compliance*;
- Induzir a discussão sobre a modernização do sistema de previdência complementar, especialmente aquelas direcionadas ao destravamento das regras de negócios e viabilização da implementação de um sistema mais atraente e competitivo no longo prazo, sem perder de vista o caráter previdenciário;
- Estimular o desenvolvimento de planos de benefícios capitalizados direcionados a indivíduos do mercado de trabalho formal e informal ou em modalidades mais flexíveis de trabalho formal, de modo a ofertar meios de economizar para a aposentadoria a uma maior fatia da população. São exemplos as EFPC que oferecem planos setoriais e familiares e as diversas “*fintechs*” com foco voltado à previdência que vêm sendo estabelecidas em período recente (“*prevtechs*”); e
- Autorizar a adesão dos entes federados aos planos para servidores públicos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

Para mais detalhes, clique em [Planejamento Estratégico 2021-2023](#).

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Para implementar a estratégia criada, são consideradas as abordagens requeridas para cada situação diagnosticada.

No Planejamento Estratégico 2021-2023, há cinco pilares sobre os quais são traçados os respectivos objetivos estratégicos: Licenciamento, Regulação e Normatização, Fiscalização e Monitoramento, Relacionamento Institucional e Gestão Corporativa. Esses objetivos são cumpridos por ações estratégicas, quando de natureza transformacional, ou por meio de metas para desempenho dos processos internos, acompanhadas por indicadores de gestão.

Gestão Estratégica e Cadeia de Valor

Para a concretização da estratégia global, além da execução do Plano de Ação Estratégico, todas as áreas da Previc devem ter visão sobre a convergência dos resultados esperados. Isso é obtido por meio da gestão estratégica de seus processos, assegurando-se que sejam operados de modo a atingir metas de indicadores estrategicamente alinhados. Com este fim, são formalizados os planos de trabalho de todas as áreas da Previc, cujas metas são validadas perante o Planejamento Estratégico.

A estratégia da Previc para cumprir seus objetivos institucionais pode ser representada pela maneira como os seus processos de negócio se relacionam para entregar valor à sociedade.

A cadeia de valor representa conjuntos de atividades finalísticas e de apoio desempenhadas pela sua estrutura, por meio da articulação entre seus órgãos e dos fluxos de informações necessárias a cada processo. É composta por quatro cadeias finalísticas (Regulação e Normatização, Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento e Relacionamento Institucional) e uma cadeia de apoio (Estratégia, Gestão e Suporte).

Em diversos casos, diferentes órgãos da estrutura organizacional atuam em uma mesma cadeia finalística. Essa abordagem transversal facilita a integração dos processos de trabalho, com incremento do valor final gerado para a sociedade.

Figura 8 - Cadeia de valor da Previc



Plano de Ação Estratégico 2022

O [Plano de Ação Estratégico de 2022](#) desdobra o Planejamento Estratégico em 15 iniciativas finalísticas nos pilares Licenciamento, Regulação e Normatização, Fiscalização e Monitoramento e Relacionamento Institucional e 10 iniciativas no pilar Gestão Corporativa.

Tabela 5 - Objetivos e iniciativas do Plano de Ação Estratégico de 2022

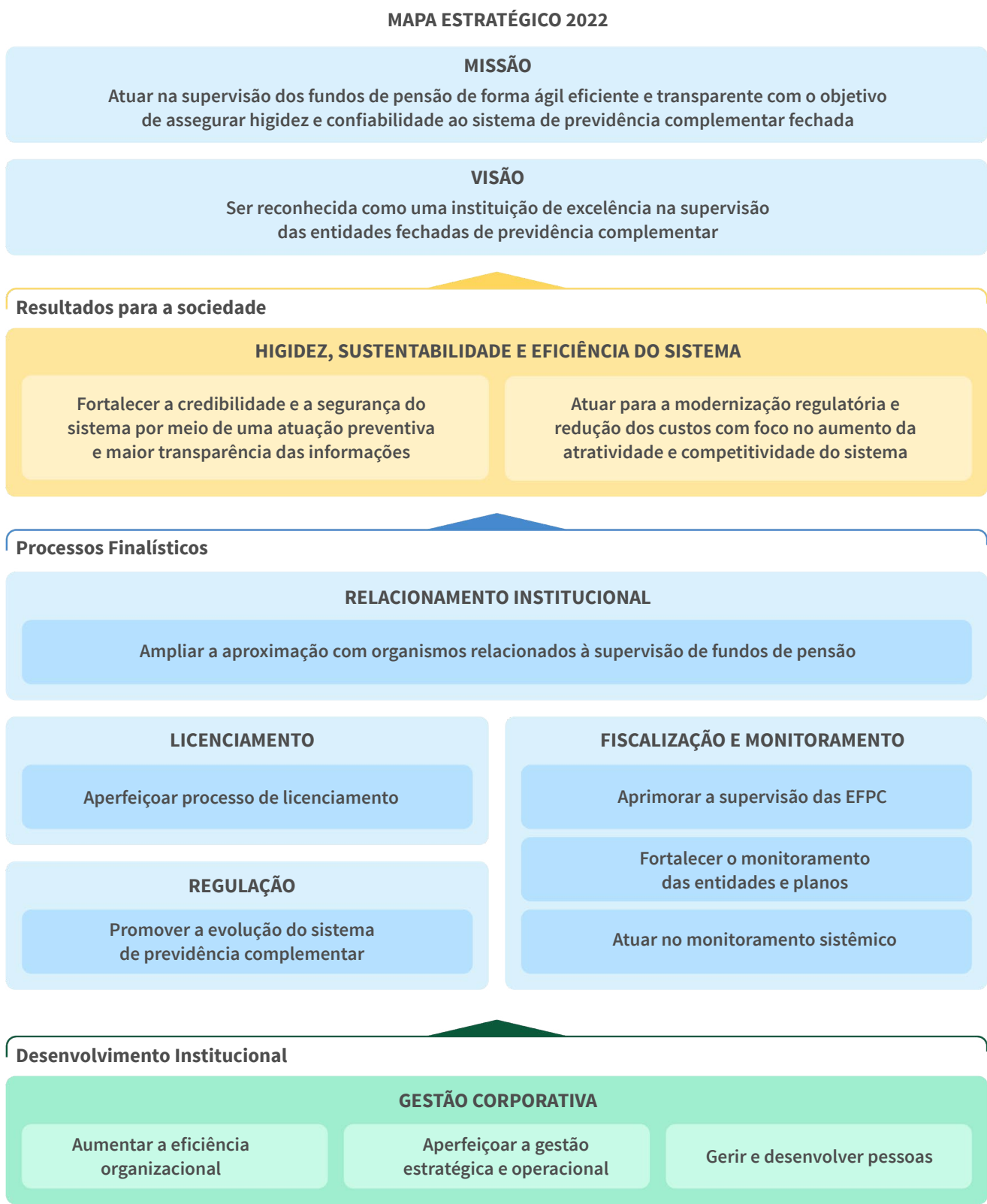
Pilares	Nº Objetivos	Nº Iniciativas
Regulação	1	3
Licenciamento	1	3
Fiscalização e Monitoramento	3	8
Relacionamento institucional	1	1
Gestão Corporativa	3	10
Total	9	25

Fonte: CGGI/Previc

Mapa Estratégico 2022

O mapa estratégico é a representação gráfica do plano de ação estratégico. No mapa estratégico da Previc, estão evidenciadas a missão e a visão, bem como os objetivos estratégicos traçados para cada pilar, segundo critérios de prioridade e oportunidade. Os objetivos estratégicos são apresentados em perspectivas hierarquizadas e correspondentes aos pilares estratégicos, partindo-se de uma base de desenvolvimento institucional, em que se cuida de aperfeiçoar os processos de trabalho e gestão, que compõem o pilar de Gestão Corporativa. A seguir, os objetivos finalísticos representam as atividades que a organização desempenha para cumprir sua missão, e que se enquadram nos pilares de Regulação, Licenciamento, Fiscalização e Monitoramento e Relacionamento Institucional. Tais objetivos convergem aos resultados para a sociedade e devem ser atingidos no período planejado para que seja cumprida a missão institucional segundo a visão projetada para o futuro da organização.

Figura 9 - Mapa estratégico 2022



Fonte: CGGI/Previc

ACORDO DE METAS DE GESTÃO E DESEMPENHO

A atuação administrativa e o desempenho finalístico da Previc são acompanhados e avaliados por uma comissão formada por representantes do Ministério do Trabalho e Previdência e da Casa Civil, por meio de metas de gestão e desempenho anualmente estabelecidas em comum acordo no Plano de Trabalho Anual, previsto no Acordo de Metas de Gestão e Desempenho celebrado entre Previc e o então Ministério da Fazenda, hoje com as competências atribuídas ao Ministério do Trabalho e Previdência.

O [Plano de Trabalho Anual 2021](#) foi composto por 12 ações relacionadas a 5 objetivos, conforme tabela a seguir:

Tabela 6 - Resultados do PTA 2021

Objetivo	Ação	Meta	Resultado
Aprimoramento do arcabouço regulatório	Aprimorar o processo de gestão de risco de crédito das EFPC	Editar instrução normativa com critérios para classificação do risco de crédito e constituição de provisões para perdas dos ativos financeiros.	Meta cumprida
	Aperfeiçoar o sistema de consultas públicas	Identificar e propor aperfeiçoamento no sistema de consultas públicas da Previc para possibilitar melhor interface e aprimorar a análise das contribuições.	Meta cumprida
	Atualizar a publicação dos normativos da Previc conforme Decreto nº 10.139, de 2019	Atualizar os normativos publicados no portal da Previc.	Meta cumprida
Aprimorar o monitoramento dos riscos relevantes e do desempenho das EFPC e planos de benefícios	Implementar sistema de avaliação com base em indicadores para atribuição de nota quantitativa (rating) a cada EFPC.	Aplicar e avaliar as EFPC e planos de benefícios com indicadores	Meta cumprida
Atuar no monitoramento sistêmico	Avaliar o sistema de previdência complementar fechada.	Realizar duas reuniões do Comitê Estratégico de Supervisão (COES) para avaliar a solvência, a liquidez e os riscos inerentes ao sistema, bem como o retorno dos investimentos.	Meta cumprida
	Divulgar análise de estabilidade do sistema de previdência complementar fechada	Elaborar um Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP) por ano.	Meta cumprida
Atuar na supervisão e fiscalização	Executar a supervisão permanente	Cumprir o programa de Supervisão Permanente nas EFPC selecionadas conforme o Plano Anual de Fiscalização (PAF) e suas atualizações se identificadas tais necessidades pela Fiscalização.	Meta cumprida
	Informar as ESI sobre apontamentos da fiscalização após o encerramento dos respectivos ciclos de supervisão	Comunicar formalmente às ESI, de acordo com o ciclo de supervisão, os apontamentos identificados durante os trabalhos de supervisão permanente.	Meta cumprida
	Executar as ações fiscais diretas	Cumprir o plano de Ações Fiscais Diretas conforme o Plano Anual de Fiscalização (PAF) e suas atualizações se identificadas tais necessidades pela Fiscalização.	Meta cumprida
	Proceder à instrução e julgamento de autos de Infração.	Eliminar as pendências de julgamento de autos de infração lavrados há mais de três anos.	Meta cumprida
Analisar dentro do prazo as demandas de licenciamento	Analisar os requerimentos de licenciamento recebidos.	Atender as demandas aptas recebidas no prazo regulamentar.	Meta cumprida
	Analisar os requerimentos de habilitação de dirigentes recebidas.	Atender as demandas aptas recebidas no prazo regulamentar.	Meta cumprida

GESTÃO DA INTEGRIDADE

Integridade é o alinhamento consistente e a aderência a valores éticos, princípios e normas para garantir e priorizar os interesses públicos sobre os interesses privados no setor público. Desse modo, é um dos princípios da governança e um objeto da gestão de riscos.

No intuito de fortalecer a governança e em alinhamento às normas da Administração, houve iniciativas voltadas à gestão dos riscos à integridade, com base no programa Integrar – Programa de Integridade Previc. Para acessar a íntegra do Programa de Integridade da Previc, [clique aqui](#).

Para 2022, a perspectiva é atualizar o Programa de Integridade e seu respectivo Plano, bem como revisar as ações que não puderam ser executadas em 2021.

Ações de gestão da integridade implementadas em 2021:

- Divulgação semestral, por e-mail, dos Canais de Comunicação da Previc para eventuais denúncias ou outras demandas relacionadas com o Programa de Integridade da Previc;
- Campanha permanente de promoção da integridade no âmbito da Previc, chamada “Ética no nosso dia a dia”, abordando temas como: Ética a distância; Ética, escolhas e evidências; Valores e princípios éticos; A cultura ética em nossas instituições, com transparência, clareza de posições e demonstrações de respeito à República; Comentários sobre o Decreto nº 9.758, de 2019, que trata das formas de tratamento na Administração Pública, dentre outros temas correlatos com a integridades e a ética no Serviço Público.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética da Previc (CEPrevic) é a instância deliberativa vinculada tecnicamente à Comissão de Ética Pública da Presidência da República e tem como finalidade realizar atividades educativas para auxiliar os agentes públicos a ampliarem o conhecimento ético-profissional no relacionamento com os pares, com o cidadão e no resguardo do patrimônio público; orientar, supervisionar e atuar como instância consultiva dos agentes públicos em exercício na Autarquia; e acolher e analisar denúncias contra desvios éticos. Para tanto, conta com o Código de Conduta Ética dos Agentes da Previc e seu Regimento Interno.

2021 foi marcado pela continuidade da pandemia de Covid-19 e permanência das medidas de contenção, a CEPrevic respondeu consultas sobre a possibilidade de conflito de interesses na execução de atividades privadas por servidores e desenvolveu trabalhos educativos e preventivos como o programa “Ética no Nosso Dia a Dia”, mediante boletim mensal encaminhado aos servidores, além da prestação de conta aos órgãos de controle, como CGU, CEP e Auditoria Interna.

Para 2022, a CEPrevic continuará com o programa Ética no Nosso Dia a Dia e ações focadas na educação e prevenção dos desvios éticos.

Tabela 7 - Resultados da Comissão de Ética

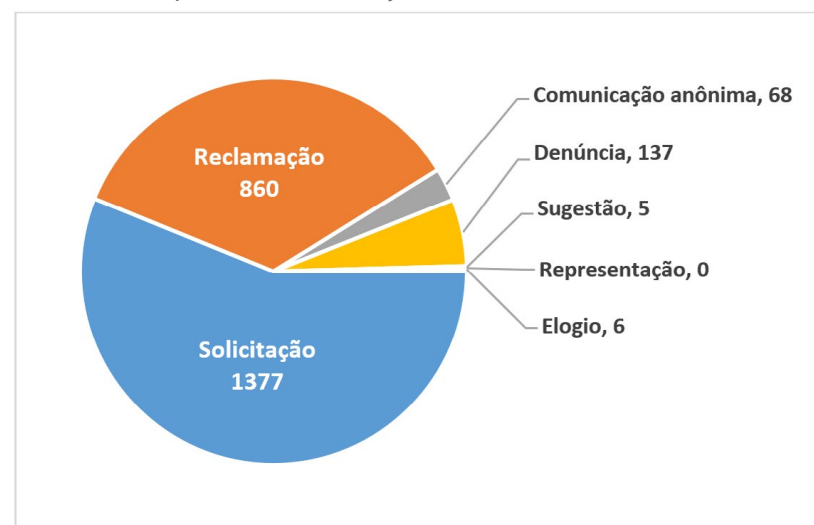
Denúncias ou consultas recebidas	3
Censuras aplicadas	Nenhuma
Ações preventivas realizadas	E-mails aos servidores do programa Ética no Nosso Dia a Dia

Fonte: CEPrevic

Ouvidoria

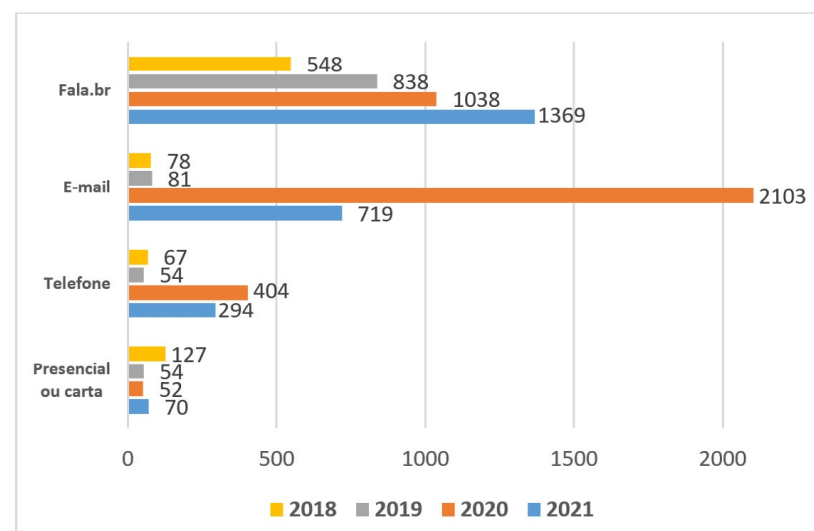
Em 2021, a Ouvidoria atendeu a todas as 2.452 demandas recebidas. Destacaram-se as manifestações acerca da governança nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar e da transferência de plano de benefício entre fundações. O prazo médio de resposta foi de 17 dias, ou seja, 56,67% do prazo legal de 30 dias.

Gráfico 3 – Tipos de manifestações



Fonte: Ouvidoria/Previc

Gráfico 4 – Manifestações recebidas por canal de acesso

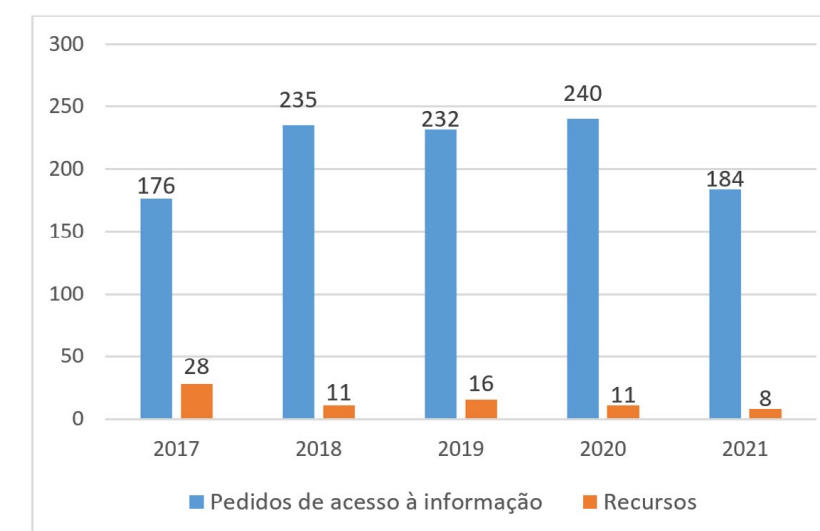


Fonte: Ouvidoria/Previc

Resultados do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

A Ouvidoria exerce também as atribuições de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que atende e orienta o público quanto ao acesso à informação. As solicitações de acesso a processos administrativos são as demandas mais frequentes. Em 2021, o SIC recepcionou e respondeu a 184 demandas, incluídos os recursos. O prazo médio de resposta foi de 10 dias, ou seja, 50% do prazo legal de 20 dias.

Gráfico 5 – Evolução dos pedidos de acesso à informação e eventuais recursos



Fonte: Ouvidoria/Previc

Corregedoria

Em dezembro de 2021, havia 9 denúncias em juízo de admissibilidade. Os processos em andamento encontram-se na seguinte situação:

Tabela 8 - Processos em correção

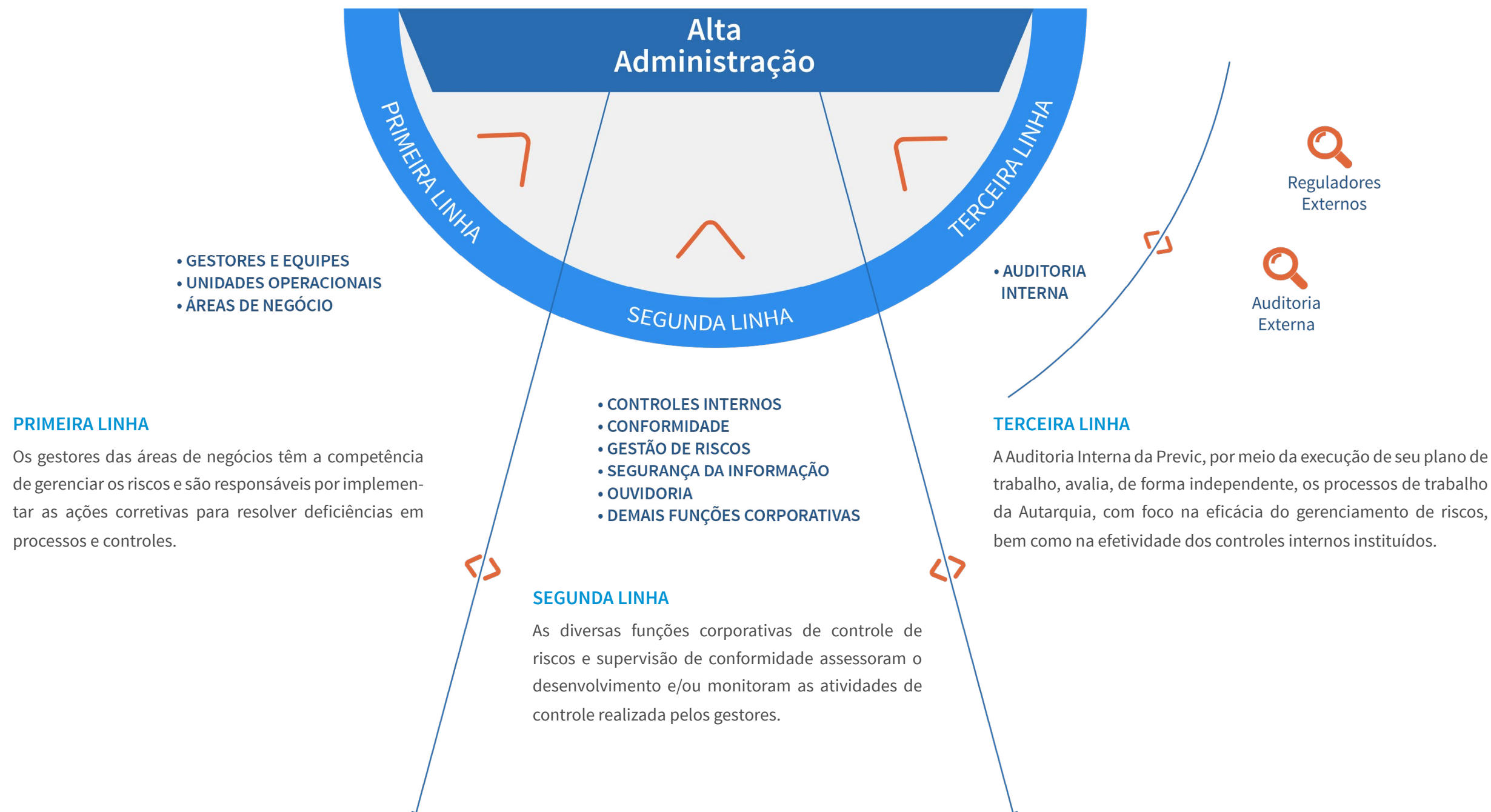
Instaurado em andamento	Instaurados e concluídos	Encaminhado ao Ministério
1	1	0

Fonte: Corregedoria/Previc

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Previc atua para aplicar o modelo de três linhas do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), atualizado em 2020, aos processos de gerenciamento de riscos e controles internos da Autarquia. Para acessar a íntegra do documento do IIA, [clique aqui](#).

Figura 10 - Modelo de três linhas do IIA



Riscos operacionais

Além dos riscos sistêmicos apresentados na seção sobre o Sistema de Previdência Complementar Fechada, há os riscos operacionais, que são os intrínsecos aos processos de trabalho.

A Política e a Metodologia de Gestão de Riscos da Previc preconizam a análise sistemática dos riscos dos processos de maior criticidade da organização, em avaliação revisada anualmente, com o objetivo de assegurar a continuidade e a atualização do processo de análise e mitigação de riscos. Para acessar a última versão da Política de Gestão de Riscos da Previc, [clique aqui](#).

Principais resultados de gestão de riscos

Em 2021, a Previc executou seu Plano de Gestão de Riscos, concluindo a análise em mais dois processos críticos:

- Elaborar e propor instrumentos regulatórios; e
- Autorizar operações de fusão, cisão, incorporação, migração, transferência de gerenciamento, retirada de patrocínio, reserva especial e encerramento de planos ou EFPC.

Figura 11 - Análises de riscos (acumulado)



Fonte: CGGI/Previc

Tratamento de recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo

A Auditoria Interna da Previc é um órgão seccional de apoio direto à Diretoria Colegiada e tem como missão prestar serviços de avaliação e consultoria que agreguem valor às práticas administrativas, particularmente as relacionadas à governança, à gestão de riscos e aos controles internos, de modo a proporcionar o alcance dos objetivos e cumprimento da missão institucional da Autarquia com maior eficiência. Possui competência para examinar a conformidade dos atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais, bem como para verificar o fiel cumprimento das diretrizes e normas vigentes, com o intuito de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle. Está submetida à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU).

Além disso, a Auditoria Interna acompanha as ações de auditoria externa executadas pela CGU e pelo TCU.

Em 2021, a CGU e o TCU realizaram ações de auditoria que avaliaram os controles exercidos pela Previc em relação aos processos: sancionador; de autorização de funcionamento de entidades; de contratação, de fiscalização e de cobrança administrativa de multas e inscrição em dívida ativa.

A Auditoria Interna executou o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT 2021, considerando o planejamento estratégico e a estrutura de governança da Previc. O Plano contempla o acompanhamento e o monitoramento das recomendações e determinações oriundas da CGU e do TCU, bem como as atividades administrativas e de gestão da própria unidade de auditoria, tendo sido avaliados os seguintes processos da Autarquia: a) Avaliar a utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI; b) Desenvolver e dar manutenção em sistemas, e c) Autorizar aplicação de regulamentos de planos de benefícios.

RESULTADOS DA GESTÃO



CADEIAS FINALÍSTICAS

Os processos finalísticos da Previc estão organizados em quatro Cadeias Finalísticas.

A Cadeia 1, Regulação e Normatização, compreende dois macroprocessos: elaboração de estudos técnicos e pesquisas e regulação e orientação.

A Cadeia 2, Licenciamento, abrange três macroprocessos: autorização de entidades e planos, monitoramento de estatutos e regulamentos e habilitação de dirigentes.

A Cadeia 3, Fiscalização e Monitoramento, compreende três macroprocessos: monitoramento do sistema e respectivos riscos, fiscalização e monitoramento de entidades e planos e processo saneador.

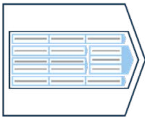


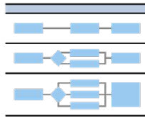
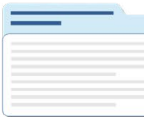



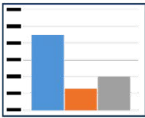

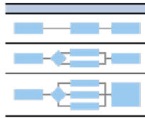
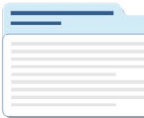

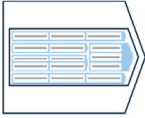
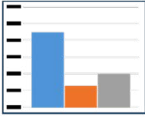

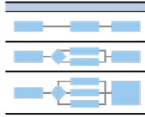



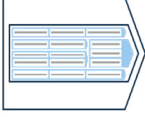
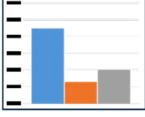





Por fim, a Cadeia 4, Relacionamento Institucional, tem um único macroprocesso: relacionamento com poder público, setorial e sociedade.

Como navegar neste relatório:

Para cada cadeia, há um infográfico sobre seu modelo de negócio, um resumo do custo da cadeia e participação sobre o total da Previc, seus macroprocessos e, para cada macroprocesso, uma descrição dos processos que o compõem, seguida dos principais resultados obtidos em 2021, inovações e melhorias introduzidas e, por fim, desafios e riscos esperados a curto e médio prazos.

A Figura 12, a seguir, apresenta esta estrutura. Cada ícone é um link que pode ser clicado para navegar diretamente ao item correspondente.

Figura 12 - Organização dos conteúdos das cadeias finalísticas

Cadeia	Infográfico	Custo	Resultados para a Sociedade	Macroprocessos	Processos	Principais Resultados	Inovações e Melhorias	Desafios e Riscos
1 Regulação e Normatização				• Estudos e Pesquisas				
				• Regulação e Orientação				
2 Licenciamento				• Autorização de entidades e planos				
				• Monitoramento de estatutos e regulamentos				
3 Fiscalização e Monitoramento				• Monitoramento do sistema e respectivos riscos				
				• Fiscalização e monitoramento de entidades e planos				
				• Processo saneador				
4 Relacionamento Institucional				• Relacionamento com Poder Público, Setorial e Sociedade				

CADEIA 1: REGULAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Desenvolvimento e interpretação do marco referencial da previdência complementar fechada.

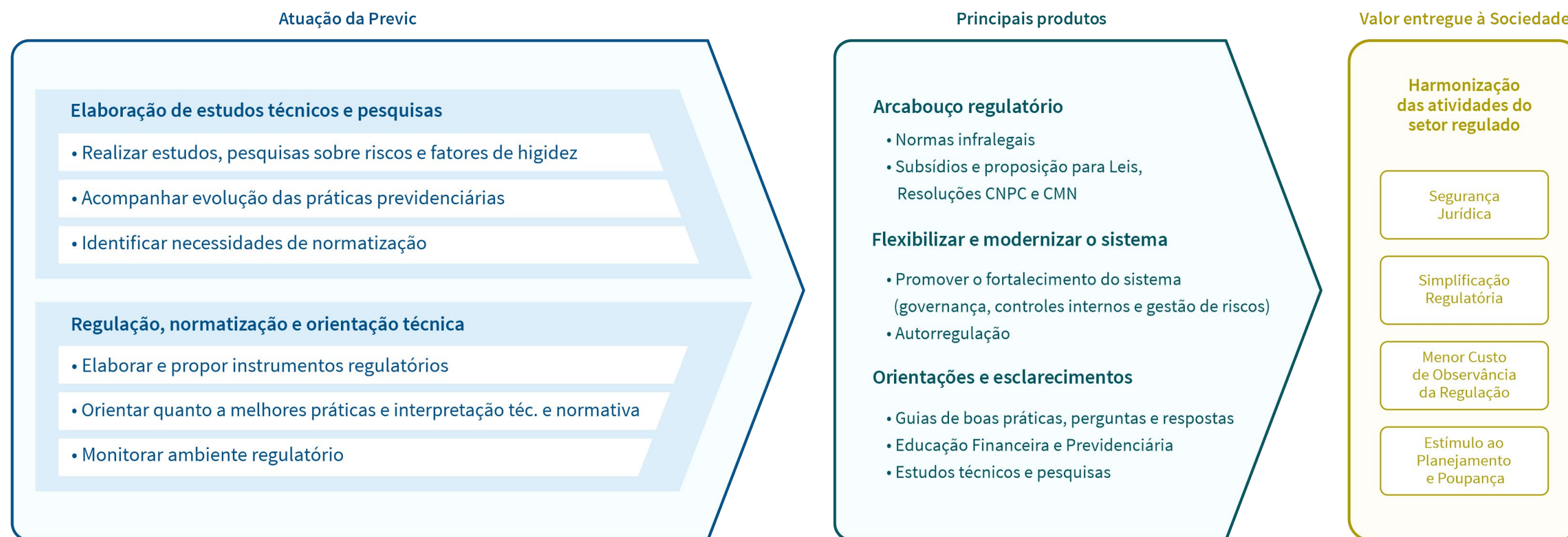
Como órgão de fiscalização e supervisão do regime de previdência complementar fechada, cabe à Previc atuar na disseminação de melhores práticas previdenciárias, assim como no esclarecimento quanto à aplicação da legislação e na determinação de padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, no intuito de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios de cada EFPC e no conjunto de suas atividades.

Os processos da Cadeia 1 direcionados às atividades de Regulação, Normatização e também de Orientação Técnica são realizadas por meio da revisão, consolidação e edição de atos normativos. Importante destacar que, em linha com as melhores práticas, os processos de estabelecimento de diretrizes e de orientação recebem sugestões e subsídios dos próprios

integrantes do sistema e da sociedade em geral, por meio de consultas públicas e seminários realizados pela Autarquia.

A Autarquia também contribui na elaboração de normativos de outros órgãos que afetem a previdência complementar fechada. Cabe à Previc a publicação de materiais como manuais de boas práticas e de perguntas e respostas e promover a orientação às EFPC, aos participantes e assistidos, aos patrocinadores e aos cidadãos, mediante atividades e projetos de educação financeira e previdenciária. São realizados estudos e pesquisas sobre diversos temas da previdência complementar, como atuária, investimentos, contabilidade, sustentabilidade, governança e outros.

Figura 13 - Cadeia 1: Regulação e Normatização



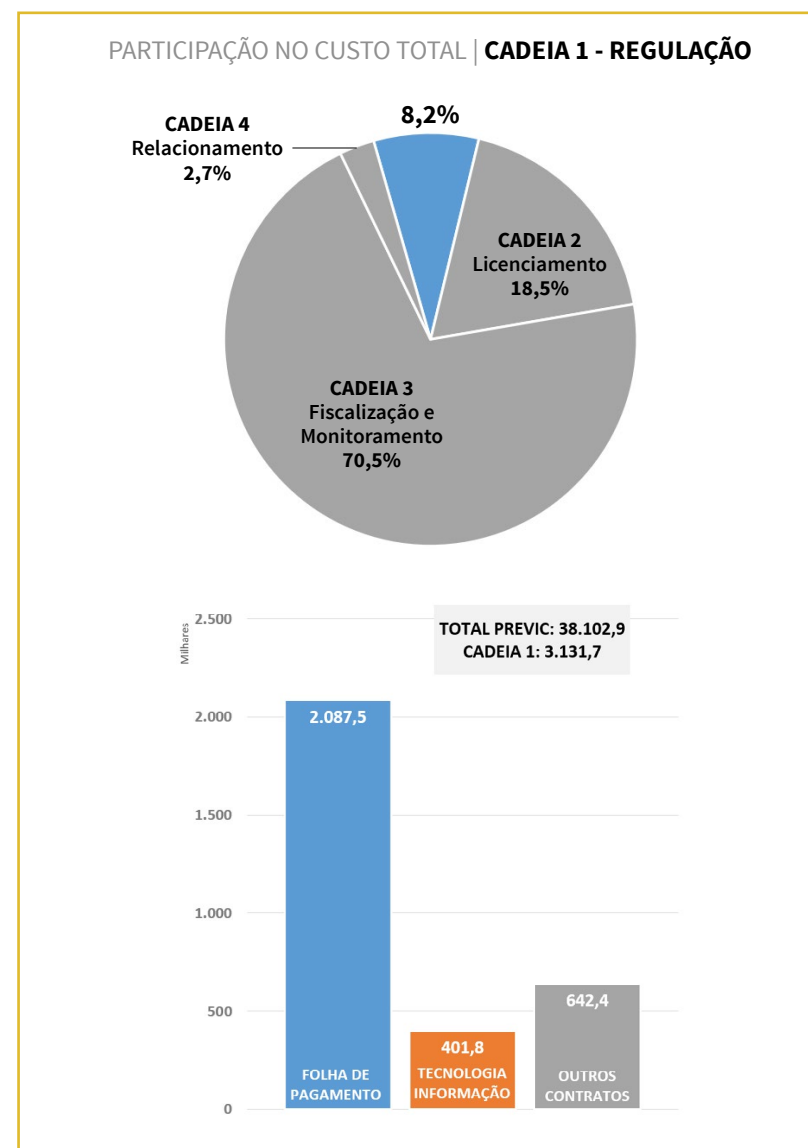
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

A Cadeia 1 – Regulação e Normatização, em 2021, concentrou-se sobre aspectos contábeis, atuariais e de investimentos das EFPC, agregando confiabilidade e transparência à operação das entidades, com atenção à redução, na medida do possível, do custo de observância regulatória. Assim, os objetivos estratégicos foram tratados por várias iniciativas:

- Elaboração, propositura e compartilhamento dos resultados do estudo e pesquisa ASG realizado com organismos nacionais e internacionais;
- Elaboração de consultas públicas e de análise de impacto regulatório para identificar necessidades de regulação;
- Atualização dos documentos orientativos como os guias de melhores práticas, perguntas e respostas, manuais e quadro de obrigações das EFPC junto à Previc;
- Auxílio ao CNPC e ao CMN para operacionalização das consolidações normativas de suas respectivas resoluções em decorrência do Decreto nº 10.139, de 2019.
- A Previc, conforme diretrizes e cronograma determinado pelo Decreto nº 10.139, de 2019, vem realizando o trabalho de consolidação normativa, que está divulgado no [Ementário da Previc](#) em seu sítio eletrônico.

Para conferir clareza e transparência a essas iniciativas, foram promovidos diversos eventos e *webinars*, bem como disponibilizadas consultas públicas. Para mais informações e detalhes, veja-se a seção “[Regulação e Normatização - Principais Resultados](#)”.

Figura 14 - Custos da cadeia 1 (R\$ 1000)



Fonte: CGOC/CGGI/Previc | Nota: Os custos da cadeia de gestão e suporte estão rateados entre as cadeias finalísticas (1 a 4).

PROCESSOS DA CADEIA 1 – REGULAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

ELABORAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS E PESQUISAS

Realizar estudos, pesquisas sobre riscos e fatores de higidez

Compreende a realização de estudos e pesquisas sobre temas relacionados à previdência complementar fechada, com intuito de aumentar a compreensão sobre riscos e fatores de higidez de fundos de pensão em geral, bem como de situações particulares de planos ou EFPC.

Acompanhar evolução das práticas previdenciárias

Engloba a realização de acompanhamento das práticas e tendências previdenciárias nacionais e internacionais, visando identificar oportunidades para aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema.

Identificar necessidades de normatização

Engloba a coleta de ideias, visando identificar as lacunas existentes na normatização do regime de previdência complementar fechada, para promover um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor regulado.

REGULAÇÃO, NORMATIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Elaborar e propor instrumentos regulatórios

Contempla a elaboração e proposição das normas aplicáveis ao regime de previdência complementar fechada, avaliando os benefícios, custos e impactos para o setor regulado.

Orientar quanto a melhores práticas e interpretação técnica e normativa

Contempla o esclarecimento e a orientação ao setor regulado e às áreas da Previc em relação aos normativos e entendimentos técnicos produzidos pela Previc.

Monitorar ambiente regulatório

Compreende o acompanhamento do ambiente regulatório nacional a fim de avaliar a efetividade e os impactos das normas aplicáveis ao regime de previdência complementar fechada com o objetivo de aperfeiçoar os processos internos e subsidiar alterações na legislação.



Regulação e Normatização – Principais Resultados

Orientar quanto a melhores práticas e interpretação técnica e normativa

- Realização de webinars: Aspectos contábeis: Atualizações normativas; Resultados da pesquisa sobre a utilização de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) na análise de riscos das EFPC; Relatório das despesas administrativas das EFPC; e Estudo sobre Educação Previdenciária nas EFPC: diagnóstico e boas práticas;
- Publicação do documento “Perguntas e Respostas sobre a Resolução nº 40, de 2021”;
- Publicação das atualizações dos documentos “Perguntas e Respostas sobre Atuária”, “Perguntas e Respostas sobre Investimentos da Previdência Complementar”, “Guia Previc Melhores Práticas de Licenciamento”, “Guia Previc Melhores Práticas Contábeis e de Auditoria” e “Guia Previc Melhores Práticas Atuariais”.

Figura 15 - Publicações de orientações da Previc em 2021



Elaborar e propor Instrumentos Regulatórios – âmbito Previc

- Revisão e consolidação de diversos atos normativos, conforme disposições do Decreto nº 10.139, de 2019.
- Elaboração e publicação de diversos outros atos normativos (portarias, instruções e resoluções) de competência da Autarquia:

Tabela 9 - Normativos publicados pela Previc em 2021

Normativos	Ementa
Instrução Previc nº 37, de 18 de fevereiro de 2021	Prorroga prazo para envio dos balancetes dos planos de benefícios, do Plano de Gestão Administrativa e do consolidado, relativos ao mês de janeiro de 2021 e das informações extracontábeis do período de janeiro a junho de 2021.
Instrução Previc nº 38, de 24 de março de 2021	Prorroga o prazo para apresentação e obtenção de certificado emitido por instituição autônoma certificadora.
Instrução Previc nº 39, de 20 de abril de 2021	Dispõe sobre normas procedimentais para envio das estatísticas de população e de benefícios.
Instrução Previc nº 40, de 22 de junho de 2021	Altera o prazo de envio das informações extracontábeis e o anexo IV da Instrução Previc nº 40, de 22 de junho de 2020.
Instrução Previc nº 41, de 3 de agosto de 2021	Estabelece procedimentos para habilitação de dirigentes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Instrução Previc nº 42, de 11 de outubro de 2021	Dispõe sobre os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Instrução Previc nº 43, de 11 de outubro de 2021	Altera a Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, que regulamenta critérios técnico-atuariais para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro, do ajuste de precificação, do estudo técnico de adequação das hipóteses atuarias, além de estabelecer procedimentos a serem adotados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit.
Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021	Altera a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, que estabelece normas para os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis.
Resolução Previc nº 3, de 22 de junho de 2021	Dispõe sobre os procedimentos de cobrança da Taxa de Fiscalização e Controle (Tafic), e estabelece normas relativas à restituição e à compensação de créditos tributários e não-tributários de competência da Previc.
Resolução Previc nº 4, de 18 de outubro de 2021	Dispõe sobre o enquadramento e da supervisão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) e dá outras providências.
Resolução Previc nº 5, de 27 de outubro de 2021	Disciplina a realização do processo de participação social no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Fonte: Dinor/Previc



Elaborar e propor Instrumentos Regulatórios – âmbito CNPC

- Elaboração de diversas propostas de resoluções ao CNPC:

Tabela 10 - Propostas normativas enviadas ao CNPC em 2021

Normativos que receberam propostas	Descrição
Resolução CNPC nº 39, de 30 de março de 2021	Aprimora processos de certificação, de habilitação e de qualificação no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Resolução CNPC nº 40, de 30 de março de 2021	Dispõe sobre os procedimentos para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações.
Resolução CNPC nº 41, de 9 de junho de 2021	Normatiza os planos BD, CV e CD, e dispõe sobre a identificação e o tratamento de submassa.
Resolução CNPC nº 42, de 6 de agosto de 2021	Dispõe sobre regras para contrato de dívida entre patrocinadores e EFPC.
Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021	Dispõe sobre os procedimentos contábeis para o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.
Resolução CNPC nº 44, de 6 de agosto de 2021	Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente e comitê de auditoria.
Resolução CNPC nº 45, de 1º de setembro de 2021	Dispõe sobre adoção de transações remotas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Resolução CNPC nº 46, de 1º de outubro de 2021	Dispõe sobre as condições e procedimentos para identificação e cadastramento de planos de benefícios no CNPB e no CNPJ.
Resolução CNPC nº 47, de 1º de outubro de 2021	Dispõe sobre as contratações de seguro para planos de benefícios pela Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021	Dispõe sobre os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas.
Resolução CNPC nº 49, de 8 de dezembro de 2021	Altera a Resolução CNPC nº 35, de 20 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, planos de benefícios e patrocinadores sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.

Fonte: Dinor/Previc

Identificar necessidades de normatização

- Realização de consulta pública sobre a proposta de Resolução que trata dos institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio em planos de EFPC.
- Disponibilização da consulta pública da minuta de normativo para disciplinar a segregação de ativos de planos de benefícios decorrente da implementação do CNPJ por plano de benefícios.
- Elaboração de análise de impacto regulatório e minuta de normativo para disciplinar a segregação de ativos de planos de benefícios decorrente da implementação do CNPJ por plano de benefícios, com aplicação subsidiária em processos de fusão, cisão, incorporação e transferência de gerenciamento.
- Publicação da Resolução Previc nº 5, de 2021, que disciplina a realização do processo de participação social no âmbito da Previc.

Realizar estudos e pesquisas sobre riscos e fatores de hígidez

- Realização e publicação de estudo técnico sobre “Utilização de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) na análise de riscos das EFPC”.
- Realização e publicação da décima edição do relatório sobre as despesas administrativas das EFPC.
- Publicação do “Estudo sobre Educação Previdenciária nas EFPC”, em parceria com Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar do Ministério da Economia.



Regulação e Normatização – Inovações e Melhorias

Informações das EFPC junto à Previc

Disponibilização no portal da Previc do “Quadro resumo das Informações Obrigatórias das EFPC junto à Previc”, que lista as principais obrigações das EFPC com o supervisor juntamente dos respectivos prazos, dispositivos legais, normativos de referência e meios de envio.

Aperfeiçoamentos no SISCONP

Realização de aperfeiçoamentos no Sistema de Normas e Consultas da Previc (SISCONP), de forma a facilitar a sua utilização pelos usuários internos e externos, bem como incrementar a segurança do sistema.

Aprimoramento das regras de precificação de ativos

Publicação da Instrução Normativa nº 43, de 2021, que alterou a Instrução nº 33, de 2020, permitindo que títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados como mantidos até o vencimento em fundos de investimentos exclusivos, sejam considerados para fins de ajuste de precificação.

Aperfeiçoamento do conteúdo e da forma de envio das estatísticas de população e de benefícios

Publicação da Instrução Normativa nº 39, de 2021, que dispõe sobre normas procedimentais para envio das estatísticas de população e de benefícios.

Aprimoramento da contabilização do patrimônio e de ativos financeiros das EFPC

- Publicação da Resolução CNPC nº 43, de 2021, consolidando as Resoluções CNPC nº 29, de 2018, e nº 37, de 2020, aprimorando a contabilização patrimonial e financeira das EFPC.
- Publicação da Instrução Normativa nº 42, de 2021, que dispõe sobre os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas EFPC.

Aperfeiçoamento do conteúdo e da forma de envio das informações relativas a investimentos

Publicação da Portaria nº 682, de 2021, que dispõe sobre o envio de informações à autarquia relativas aos investimentos das EFPC.

Ementário de Normativos

Atualização do ementário de normativos da Previc, contendo a relação das Instruções, Portarias e Ofícios Circulares em vigor, em conformidade com o Decreto nº 10.139, de 2019. Para acessá-lo, [clique aqui](#).

Regulação e Normatização – Desafios e Riscos

Fortalecer a aproximação institucional

Realização de *webinars*, consultas e audiências públicas, ampliando a participação da sociedade em eventos promovidos pela Previc.

Redução de assimetrias regulatórias

A Previc, no processo de redução de assimetrias regulatórias no regime de previdência complementar, participou de Grupo de Trabalho que propôs alterações na regulamentação para possibilitar o resgate parcial de recursos de participantes em planos patrocinados (CD ou CV) na fase de acumulação. Os objetivos gerais da proposta são estabelecer maior isonomia entre as regras aplicáveis aos planos patrocinados e instituídos e aproximar as regras de resgate das entidades fechadas das regras das entidades abertas de previdência complementar. A proposta, que também abrange alteração nas regras de outros institutos (benefício proporcional diferido, autopatrocínio e portabilidade), foi submetida à consulta pública e posteriormente encaminhada ao CNPC.

Operacionalização do CNPJ por Planos de Benefícios

Acompanhamento na operacionalização da implementação do CNPJ por plano de benefícios, estabelecido pela Resolução CNPC nº 31, de 2018, junto à Receita Federal do Brasil, com o apoio da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME) e da Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC/ME), cuja obrigatoriedade foi adiada para o final de 2022, conforme disposição da Resolução CNPC nº 46, de 2021.



CADEIA 2: LICENCIAMENTO

A atuação prévia do órgão supervisor para garantir a boa governança e a qualificação dos dirigentes objetiva proteger os direitos dos participantes, de forma a assegurar o cumprimento do contrato previdenciário.

Os atos com impacto na relação entre as EFPC e seus patrocinadores, participantes e assistidos estão sujeitos à aprovação prévia da Previc, por meio dos processos de licenciamento. Por isso, os processos da Cadeia 2 são altamente vinculados à legislação e seus principais interlocutores são pessoas e instituições do próprio sistema, do governo e do mercado financeiro.

Figura 16 - Cadeia 2: Licenciamento



RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

A Cadeia 2 – Licenciamento analisou, em 2021, requerimentos de licenciamento relativos a cerca de 35% dos planos existentes no sistema, apresentados por 251 entidades (90% das EFPC), que, no total, administram cerca de R\$ 1,1 trilhão em ativos.

Os objetivos estratégicos da cadeia foram o aperfeiçoamento dos processos de licenciamento, de habilitação e de monitoramento de estatutos, de regulamentos de planos, de convênios e de dirigentes. Com este fim, foram implementadas as seguintes iniciativas:

- Aperfeiçoamento das orientações oferecidas às EFPC, compreendendo a consolidação e a disponibilização individualizada de informações, abrangendo as listas de documentos necessários, as etapas dos processos, a legislação aplicável e os entendimentos a respeito de cada operação licenciada pela Dilic;
- Elaboração de modelos certificados de regulamentos e de convênios de adesão, destinados aos planos de benefícios que vierem a ser oferecidos pelas EFPC para os Entes Federativos;

- Revisão do “Guia de Melhores Práticas de Licenciamento” e realização de webinar sobre as novas normas para requerimentos sujeitos a licenciamento;
- Revisão das normas sobre os processos de habilitação de dirigentes e de licenciamento de retirada de patrocínio (ainda em curso), abrangendo os procedimentos e prazos para análise de requerimentos, resultando em redução de custos para as entidades na instrução dos processos e em maior agilidade na análise;
- Avaliação de 12 estatutos de EFPC e de 6 instituições certificadoras reconhecidas, no processo de monitoramento;
- Processamento de 1.872 requerimentos de licenciamento, que incluíram a autorização para a criação de 1 nova EFPC, de 35 novos planos de benefícios e de 229 novos convênios de adesão, bem como 511 habilitações de dirigentes.

Para mais informações e detalhes, veja-se a seção [“Licenciamento – Principais Resultados”](#).

PROCESSOS DA CADEIA 2 – LICENCIAMENTO

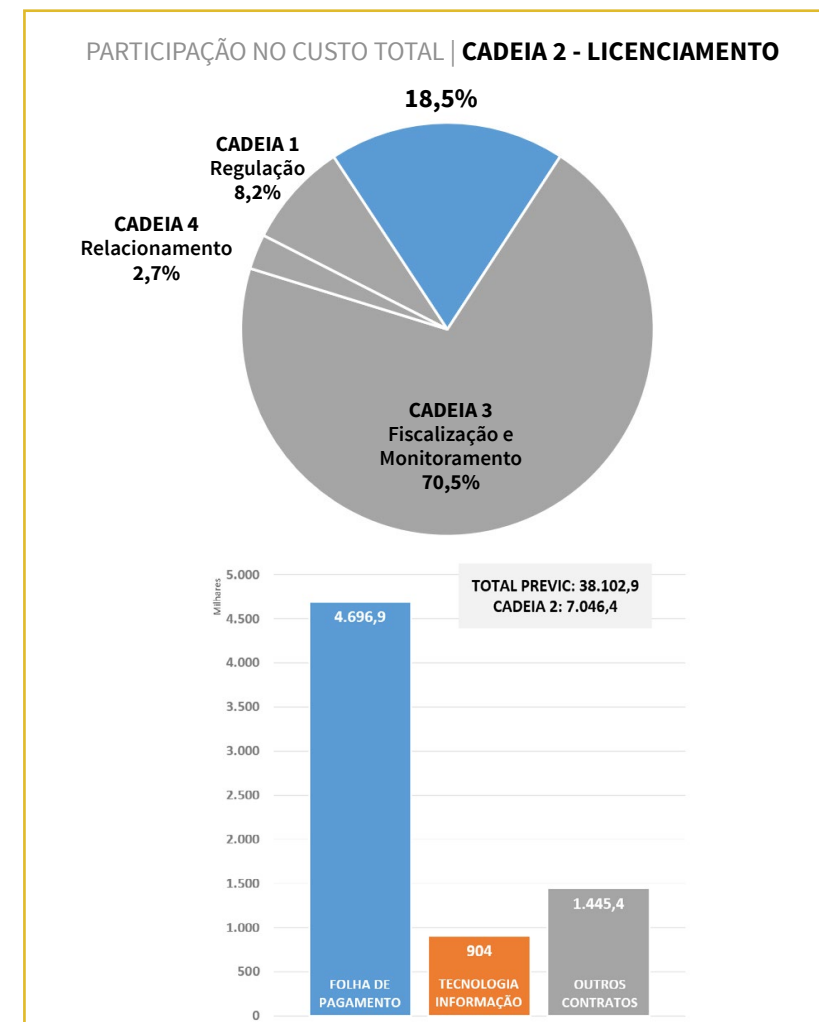
Autorizar entidades e planos

Envolve as atividades de análise e autorização da constituição, manutenção e encerramento de EFPC e de planos de benefícios de caráter previdenciário, bem como dos respectivos estatutos e regulamentos, englobando ainda a aprovação dos convênios de adesão celebrados por patrocinadores e instituidores, bem como certificação de modelos de regulamentos de planos de benefícios e de convênios de adesão.

Para tanto, a Previc disponibiliza modelos certificados de regulamento e de convênio de adesão que podem servir de base para as EFPC. Se adotados na forma integral, tais modelos podem ser objeto de Licenciamento Automático, mediante aprovação quando do seu protocolo junto à Previc, agilizando o processo de licenciamento.

Permeiam as atividades de licenciamento, ainda, a análise e a autorização de operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização, relativas aos planos de benefícios e às EFPC; as destinações de reserva especial que envolvam reversões de valores, as retiradas de patrocinadores e de instituidores e as transferências de gerenciamento entre EFPC. O licenciamento tem atuação direta do início ao fim da relação previdenciária (EFPC → Patrocinador/Instituidor → Participante/Assistido).

Figura 17 - Custos da Cadeia 2 (R\$ 1000)



Fonte: CGOC/CGGI/Previc | Nota: Os custos da cadeia de gestão e suporte estão rateados entre as cadeias finalísticas (1 a 4).



Monitorar estatutos e regulamentos

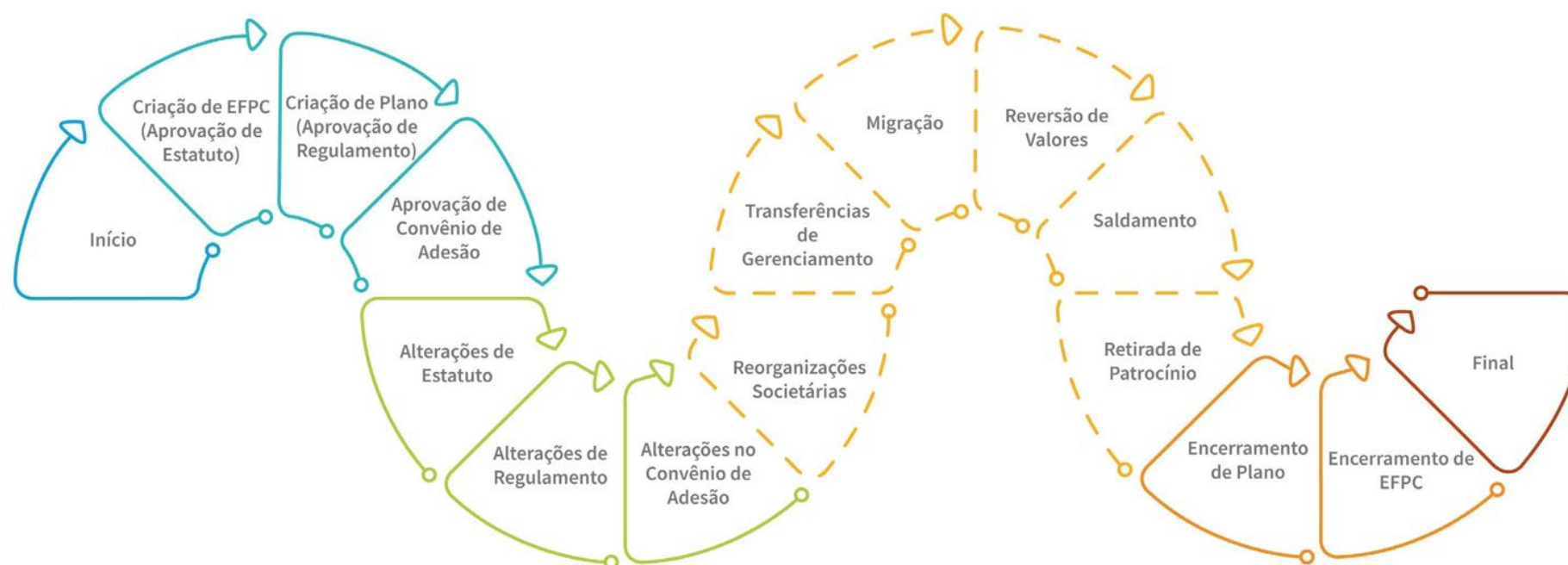
Consiste no monitoramento da conformidade legal e técnica dos estatutos, dos convênios e termos de adesão celebrados com patrocinadores ou instituidores e dos regulamentos de planos de benefícios das EFPC, podendo gerar determinações no sentido de que a entidade realize as alterações que se fizerem necessárias.

Habilitar dirigentes

Atividade que visa a confirmação do cumprimento de todos os requisitos estabelecidos na legislação de regência sobre os dirigentes e conselheiros das EFPC. Atualmente, este processo compreende a emissão de atestado de habilitação aos membros das diretorias executivas de todas as EFPC e aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal das Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), bem como a realização de entrevista técnica com o indicado para o cargo de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) das ESI.

A entrevista tem por objetivo confirmar se a pessoa indicada pela EFPC reúne as competências técnicas para o exercício do cargo, notadamente no que concerne à experiência na área de investimentos dos recursos garantidores das reservas matemáticas. Além da pessoa indicada para exercer a função de AETQ na EFPC, participam da entrevista técnica, na qualidade de membros da Comissão de Entrevista, representando a Previc, pelo menos três das seguintes autoridades: o Diretor de Licenciamento, o Diretor de Fiscalização e Monitoramento, o Diretor de Orientação Técnica e Normas, o Coordenador-Geral de Inteligência e Riscos e o Coordenador-Geral de Autorização para Funcionamento.

Figura 18 - Licenciamento ao longo da vida de uma EFPC e um plano de benefícios

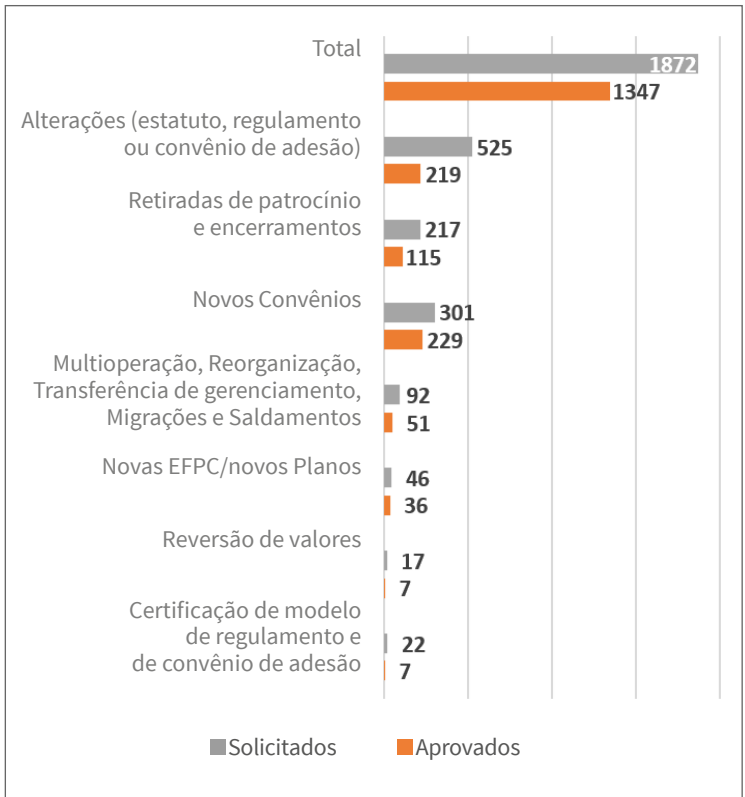


Licenciamento – Principais Resultados

Licenciamentos em 2021

Em 2021, houve a criação de 1 nova EFPC, de 35 novos planos e de 229 novos convênios de adesão, o que significa o ingresso de novos patrocinadores no sistema ou o movimento de patrocinadores na busca por uma melhor solução previdenciária para seus empregados (seja por uma mudança de plano de benefícios ou pela troca da EFPC que o administra).

Gráfico 6 - Requerimentos de licenciamento solicitados e aprovados

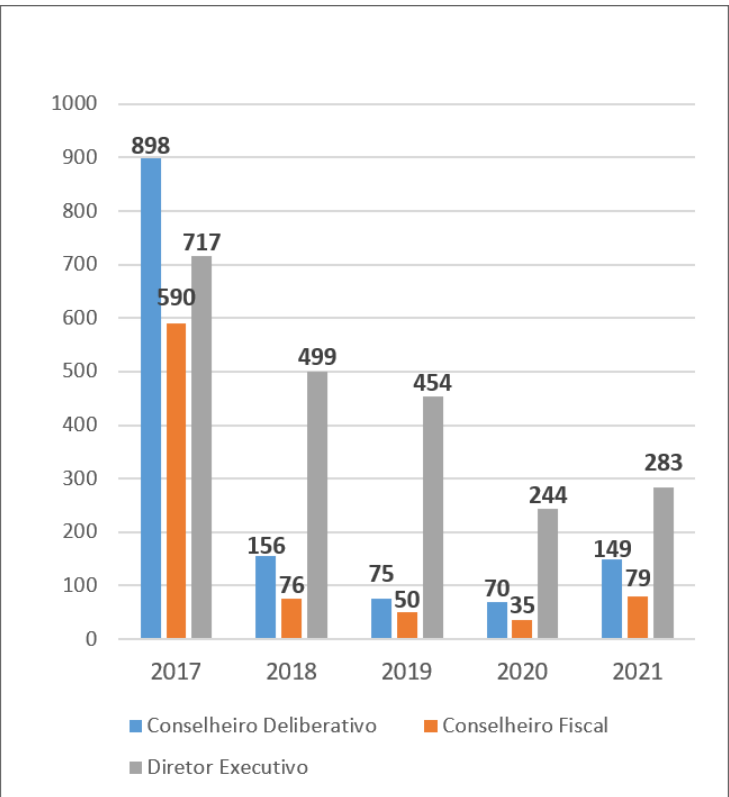


Fonte: Dilic/Previc

Habilitação de Dirigentes

Após o pico de solicitações de habilitação de dirigentes, que se estendeu da introdução da exigência, em 2016, até o final de 2017, a demanda por habilitações reduziu-se para um quantitativo compatível com a renovação periódica dos quadros de dirigentes das EFPC, fato que se deu principalmente pela alteração da legislação, que dispensou a habilitação de conselheiros de entidades não enquadradas como sistemicamente importantes.

Gráfico 7 - Habilitações concedidas por órgão estatutário



Fonte: Dilic/Previc

Abrangência dos licenciamentos

As análises de processos de licenciamento realizadas pela Previc trataram de cerca de 35% dos planos do sistema, cujos requerimentos foram apresentados por 251 EFPC (aproximadamente 90% do total).

Planos para Entes Federativos e Setoriais

Em 2021, deu-se início aos processos de licenciamento de novos planos de benefícios e convênios de adesão celebrados por Entes Federativos (13 planos e 99 convênios de adesão foram aprovados) e de certificação de modelos de regulamento e de convênio de adesão (3 regulamentos e 1 convênio).

Também foram aprovados 5 novos planos família instituídos e certificado 1 modelo de regulamento para esse tipo de plano.

Os segmentos de planos para entes federativos e de planos família instituídos vêm apresentando incremento significativo e representam elevado potencial de crescimento do número de participantes no sistema de previdência complementar fechada.



Licenciamento – Inovações e Melhorias

Instituições Autônomas Certificadoras

O TCU emitiu determinação (Acórdão nº 5.412, de 2020) para que a Autarquia apresente nos próximos relatórios de gestão (exercícios 2020, 2021 e 2022), os resultados das medidas tomadas para implementar a recomendação constante do item 1.9 do Acórdão nº 5.794, de 2019, que trata da definição de requisitos objetivos e suficientes a serem demandados das instituições autônomas certificadoras elencadas na Portaria Previc nº 169, de 2018. A referida demanda foi atendida com a publicação da Instrução Previc nº 29, de 2020, e o monitoramento de oito certificadoras.

Novo Sistema de Licenciamento

Encontra-se em desenvolvimento o novo sistema eletrônico, que tem por objetivo principal substituir o atual CADPREVIC e o CAND, unificando-os.

Quando concluído, todos os dados cadastrais relativos a entidades, a planos de benefícios e a dirigentes constarão do novo sistema.

Além disso, os requerimentos de licenciamento passarão a ser submetidos à Previc por meio desse novo sistema, unificando a forma de encaminhamento atualmente adotada, que se dá por meio do CADPREVIC e do SEI.

Aprimorar processos de licenciamento

Está em curso projeto de aprimoramento dos processos de licenciamento, que visa à melhor orientação às EFPC, à simplificação e à padronização das análises dos referidos processos.

Destaca-se a revisão do Guia de Licenciamento e a elaboração do relatório padronizado para as operações de Cisão de Planos e de Migração de Participantes e Assistidos.



CADEIA 3: FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

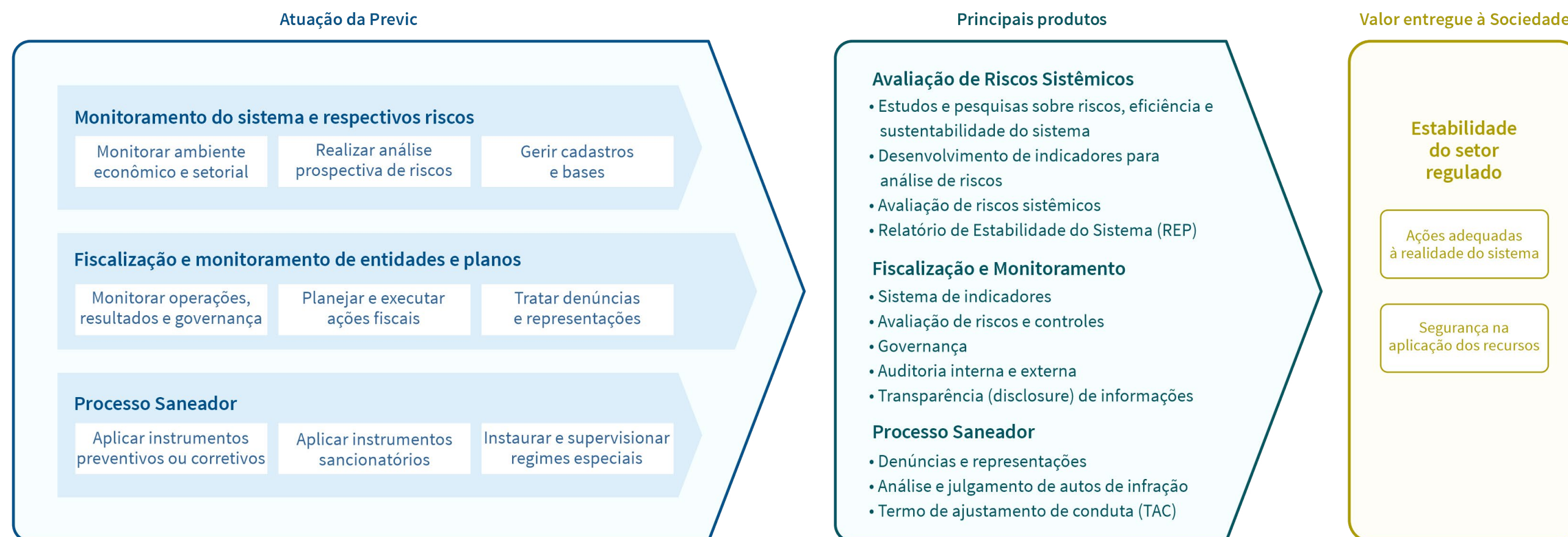
Monitoramento e fiscalização da governança, da conformidade e dos riscos incorridos pelas entidades do sistema.

A Fiscalização e Monitoramento têm por objetivo garantir a estabilidade financeira dos fundos de pensão e o pagamento dos benefícios aos assistidos. As ações de fiscalização abrangem o controle eficaz sobre a governança das EFPC e o papel desempenhado pelos auditores, internos e externos, assim como a supervisão permanente nas entidades de maior risco sistêmico.

A Previc desenvolve atividades de investigação e de inteligência para identificação e mensuração dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, com vistas à produção de informações estratégicas que subsidiem as ações regulatórias e fiscais.

A Autarquia acompanha sistematicamente as atividades das EFPC, por meio de um sistema de regras prudenciais, entre as quais destacam-se os limites à concentração de riscos e as regras de investimento e governança dos fundos de pensão, bem como a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Figura 19 - Cadeia 3: Fiscalização e Monitoramento



RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

A Cadeia 3 – Fiscalização e Monitoramento monitorou, em 2021, todas as entidades e planos de benefícios da previdência complementar fechada, em profundidade proporcional à importância sistêmica e aos riscos identificados no monitoramento em cada caso, verificando a governança das entidades, a solvência dos planos de benefícios e a aplicação dos recursos.

O objetivo estratégico da cadeia foi aprimorar o processo de gestão e análise das informações aplicadas à supervisão direta e indireta, envolvendo tanto a qualidade dos dados quanto os processos de análise. Com este fim, foram priorizadas as iniciativas de aperfeiçoar o processo de monitoramento dos riscos relevantes e do desempenho das EFPC e respectivos planos de benefícios, com foco em:

- Qualidade de dados e tecnologia, integrando a base de dados dos fundos de investimentos da CVM à base de dados da Previc e implementando a cobrança automática das pendências de entregas de demonstrativos por parte das EFPC.

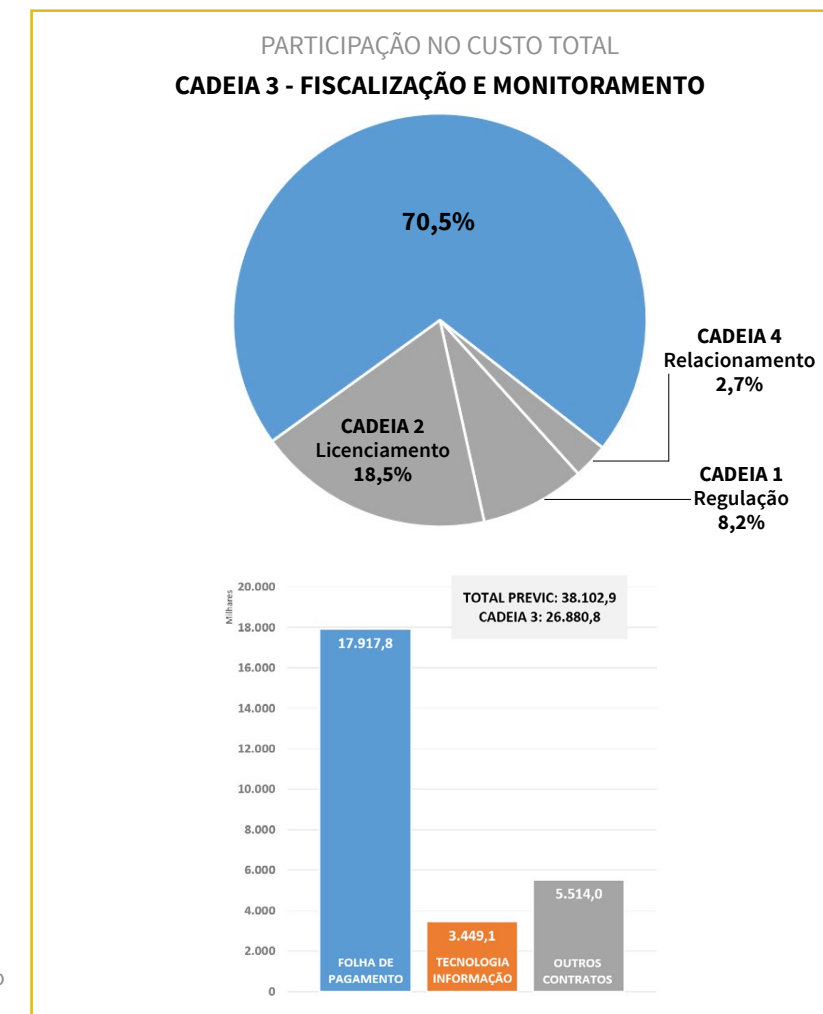
- Monitoramento com base em indicadores, consolidando o rol de indicadores econômico-financeiros utilizados na supervisão indireta das EFPC, efetuando o tratamento dos principais casos identificados e desenvolvendo um modelo de *rating* para classificação das EFPC.

No plano operacional, foi efetuado o monitoramento constante do sistema como um todo, pela área de inteligência, e executado na sua totalidade o Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento (PAF), que incluiu o monitoramento de *compliance* de 100% das entidades, a supervisão permanente em 24 entidades selecionadas; o acompanhamento especial em 16 entidades selecionadas e a realização de 6 ações fiscais diretas específicas em entidades com problemas de governança e controles internos.

Para mais detalhes, veja Principais Resultados de [Monitoramento do Sistema e Respectivos Riscos](#), [Fiscalização e Monitoramento e Processo Saneador](#).

Fonte: CGOC/CGGI/Previc | Nota: Os custos da cadeia de gestão e suporte estão rateados entre as cadeias finalísticas (1 a 4).

Figura 20 - Custos da Cadeia 3 (R\$ 1000)



PROCESSOS DA CADEIA 3 – FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - MONITORAMENTO DO SISTEMA E RESPECTIVOS RISCOS

Monitorar ambiente econômico e setorial

Consiste no levantamento de informações e tendências que possam embasar novas ações de supervisão ou aprimoramento das ações atuais.

Realizar análise prospectiva de riscos

Consiste na identificação e mensuração dos riscos inerentes ao sistema de previdência complementar fechada, com vistas à produção de informações estratégicas que subsidiem as ações da Previc.

Gerir cadastros e bases

Engloba as atividades que asseguram a atualização das bases cadastrais necessárias à atividade de inteligência, como dados de custodiantes, dados de operações financeiras, dados fornecidos mediante convênios com outros supervisores etc.; engloba também a atualização das bases cadastrais de EFPC, planos de benefícios e dirigentes a cada ato de licenciamento, bem como sua manutenção e curadoria.



Monitoramento do sistema e respectivos riscos Principais Resultados

Apresentação dos resultados à sociedade

A análise de riscos que afetam o sistema produz informações estratégicas que subsidiam o processo decisório e as ações da Previc. É publicado no Portal da Previc o Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar (REP), no qual se apresenta um panorama analítico do sistema, sob a ótica das premissas econômicas e riscos inerentes, bem como a evolução regulatória recente. Já se encontram publicados seis REP, expedidos em outubro de 2017, junho de 2018, fevereiro e setembro de 2019, julho de 2020 e junho de 2021. Para acessá-los, [clique aqui](#).

Discussão dos riscos em nível estratégico

O Comitê Estratégico de Supervisão (COES) se reuniu ao longo de 2021 para acompanhar a situação de solvência das EFPC, a evolução dos aspectos econômicos particulares de planos, como a rentabilidade e o nível de exposição aos riscos financeiros, e promoveu estudos sobre a adequação da utilização das premissas atuariais, especialmente em relação à taxa de juros atuarial dos benefícios.

Monitoramento do sistema e respectivos riscos Inovações e Melhorias

Monitoramento dos riscos relevantes e do desempenho das EFPC e respectivos planos de benefícios

- Aprimoramento das métricas de riscos das EFPC aplicadas na supervisão.
- Ganho de eficiência na geração das referidas métricas de riscos, por meio de informatização dos processos.

Aprimoramento da supervisão baseada em riscos - desenvolvimento do Sistema de Riscos e Controles

Em 2021, o novo modelo de Supervisão Permanente foi implementado em sua primeira versão. Tal modelo compreende uma nova forma de organização das informações avaliadas de cada EFPC submetida.

Foram criados os primeiros manuais de fiscalização e a primeira versão da ferramenta informatizada em nível institucional para registros referentes ao novo modelo (Sistema Virtus).

Monitoramento do sistema e respectivos riscos Desafios e Riscos

Impacto do cenário econômico na gestão dos ativos e passivos pela EFPC e na supervisão realizada pela Previc

A tendência de elevação da Selic concomitantemente com a incerteza em relação ao patamar futuro dessa taxa pode ter como resultado o encurtamento do prazo dos títulos públicos mantidos pelas EFPC em carteira. Por outro lado, os altos níveis dos índices inflacionários em 2021 e a perspectiva de manutenção desses em patamar superior ao observado nos últimos anos deve pressionar as EFPC pela busca de rentabilidades nominais mais elevadas, a fim de compensar a alta inflacionária, e, por consequência, aumentar os riscos financeiros das carteiras.

Mantém-se a expectativa de busca pelas EFPC por maior diversificação das carteiras de ativos, com potencial elevação de interesse por ativos mais correlacionados com os índices de preços, como renda fixa pós-fixada (indexada à Selic e índices inflação) e ativos ligados a *commodities* e ao setor imobiliário.

O contexto de incertezas econômicas e aumento da complexidade dos portfólios de investimentos torna a missão de monitorar a premissa de taxas atuariais, ao mesmo tempo, desafiadora e imperiosa. A Previc percebe o risco de desajustamento das taxas atuariais, juntamente com o risco de mercado, entre os maiores do sistema e vem intensivando os esforços de supervisão nessas áreas.

Sob a perspectiva da normatização, a esperada elevação



...continuação

da diversificação das carteiras e a variabilidade dos contextos das obrigações atuariais, por exemplo, em relação a maturidade dos planos (coexistem no sistema planos de benefício definido constituídos há mais de 30 anos e planos patrocinados por entes federados com poucos anos de existência), estimulou a Autarquia a conduzir estudos para avaliar conveniência de se alterarem as normas que regem essa taxa de juros atuarial no sentido de tornar as regras mais ajustadas às especificidades de cada plano de benefícios, observando características do ativo e passivo.

PROCESSOS DA CADEIA 3 – FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO - FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE ENTIDADES E PLANOS

Monitorar operações, resultados e governança

Compreende as atividades de acompanhamento, tratamento e avaliação de dados e informações disponíveis, nas áreas de investimentos, atuarial e contábil, obtidos em fontes internas ou externas. Visam identificar tendências e comportamentos atípicos nas atividades das EFPC, com objetivo de subsidiar ações de supervisão direta.

Planejar e executar ações fiscais

Isto possibilita ao corpo técnico especializado dedicar-se à análise de inteligência dos riscos por trás das informações avaliadas e direcionar os seus esforços para ações prudenciais que tratem e evitem os riscos, antes que eles se materializem. A abordagem prudencial se alia à supervisão de condutas e à supervisão permanente com a finalidade de incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança e gestão de riscos dos supervisionados.

Tratar denúncias e representações

Compreende a atividade de receber, controlar e proceder ou encaminhar a análise de denúncias e representações acerca de infrações administrativas cometidas no âmbito da legislação da previdência complementar.

As principais medidas adotadas para correção da irregularidade são as seguintes: determinação, advertência, recomendação e envio da denúncia aos Escritórios de Representação.



Fiscalização e monitoramento – Principais Resultados

Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento (PAF)

As ações do PAF promovem avanços na consolidação da supervisão indireta baseada em riscos e nas ações de fiscalização direta, mediante denúncias, indícios e informações compartilhadas.

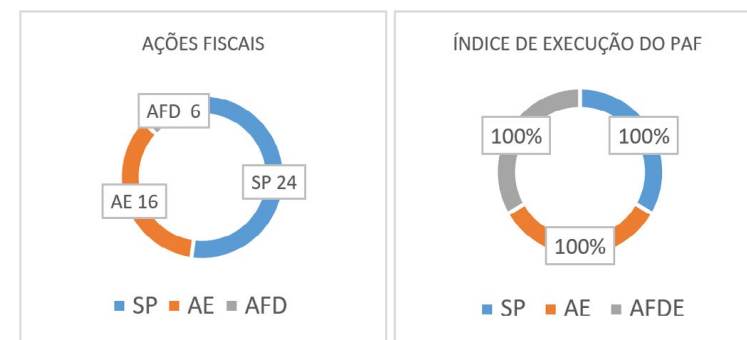
Em relação ao PAF 2021, foram executados 24 procedimentos de Supervisão Permanente (SP) nas entidades sistemicamente importantes e em outras entidades selecionadas pela matriz de risco de governança.

Ademais, foram executados 16 procedimentos de Acompanhamento Especial (AE) nas EFPC com situações pontuais que necessitam acompanhamento contínuo por parte da supervisão.

Além disso, foram executadas 6 Ações Fiscais Diretas (AFD) em entidades com indícios de aquisição de ativos em desconformidade legal, ou outros problemas específicos de governança e controles internos.

Quanto ao monitoramento executado a partir dos indicadores de risco, foram selecionadas 403 ocorrências, abrangendo total de 156 EFPC, o que representa 56% do sistema.

Gráfico 8 - Indicadores de Fiscalização



Fonte: CGFD/Previc

Supervisão Permanente

Com a alocação de dois terços da força de trabalho da fiscalização, a Supervisão Permanente é o acompanhamento constante das EFPC selecionadas, permitindo a ação imediata em caso de situações problemáticas, diminuindo o tempo necessário para implementar as soluções e ampliando a abrangência e a eficiência das atividades de fiscalização.

As EFPC são selecionadas de uma matriz de risco de governança, que leva em consideração o porte (total de provisões matemáticas), a qualidade da governança da entidade e a avaliação dos riscos e seus controles. As EFPC de maior risco são selecionadas para a Supervisão Permanente. As demais serão objeto de monitoramento e outros procedimentos de fiscalização.

Figura 21 - Matriz de riscos

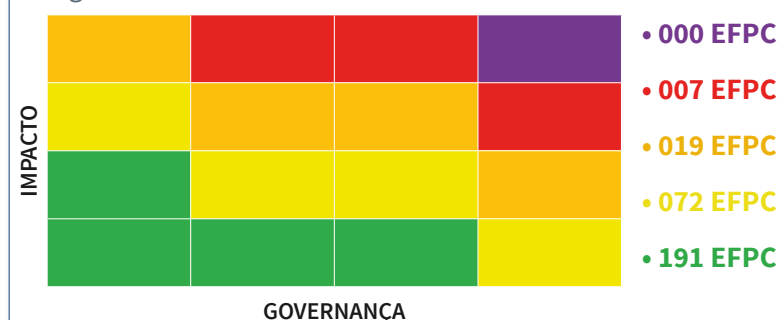
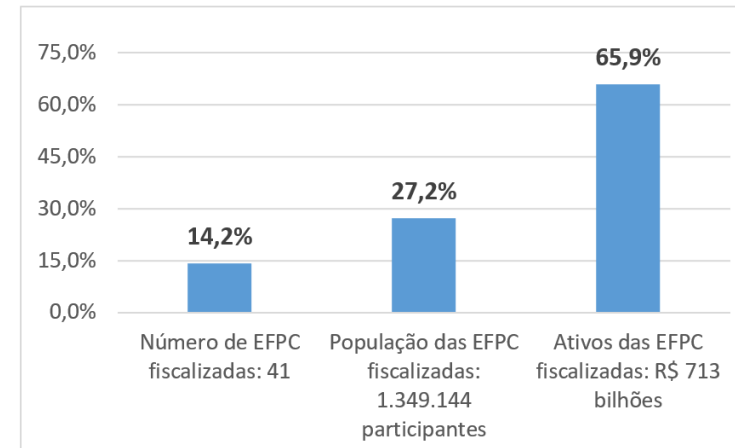


Gráfico 9 - Representatividade no sistema



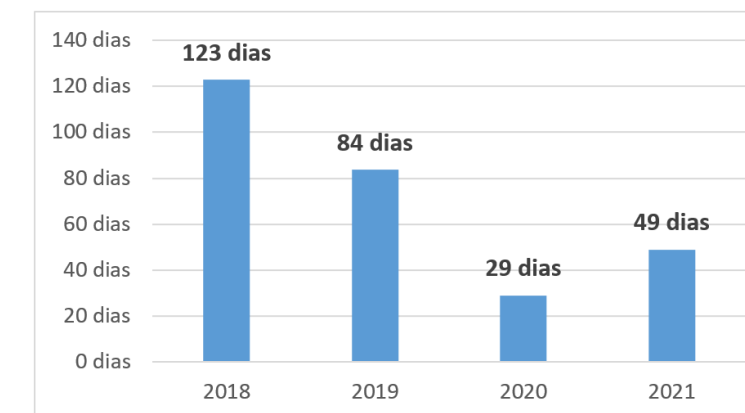
Fonte: CGFD/Previc

Tratamento das denúncias e representações

O resultado da atuação é medido de duas formas:

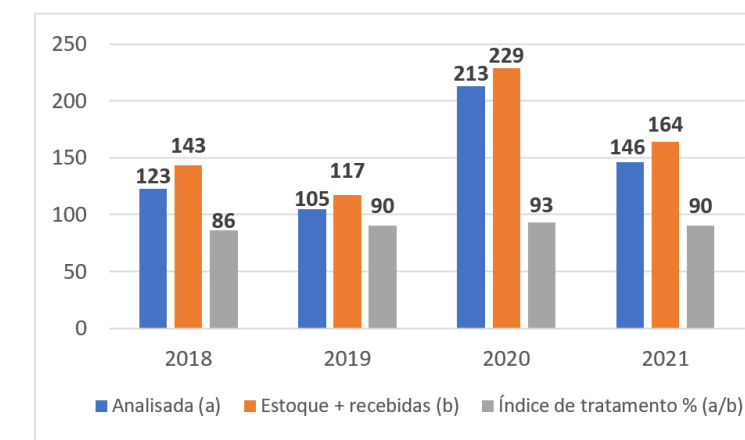
- Índice de tempo médio de tratamento de denúncias e representações: tempo de análise de denúncias e representações (em dias) dividido pela quantidade de denúncias e representações analisadas;
- Índice de tratamento de denúncias e representações: quantidade de denúncias e representações analisadas dividido pela quantidade de denúncias e representações recebidas mais o estoque.

Gráfico 10 - Tempo médio em dias de tratamento



Fonte: CGPS/Previc

Gráfico 11 - Tratamento de denúncias e representações



Fonte: CGPS/Previc

Fiscalização e monitoramento – Inovações e Melhorias

Consolidação da Supervisão Permanente das ESI

- Aperfeiçoamento do processo de supervisão permanente de fundos de pensão que apresentaram elevados níveis de risco e que se enquadraram em critérios de importância sistêmica. Nessas entidades, a fiscalização da Autarquia foi permanente, com equipes dedicadas avaliando diferentes aspectos de governança e gestão.
- Utilização dos manuais de Riscos e Controles e do Manual de Governança da Supervisão Permanente para uniformizar e difundir as melhores práticas dentro das equipes fiscais.
- Implementação da metodologia de supervisão de riscos e controles nas entidades sob Supervisão Permanente. Neste primeiro ano, o sistema proporcionou a identificação e o monitoramento dos principais riscos assumidos pelas EFPC, a avaliação dos seus sistemas de controles, bem como de sua governança.

Melhoria da qualidade dos dados disponíveis

Em 2021, foram realizadas melhorias na qualidade dos dados da Previc, com destaque para a área de investimentos que passou a receber da CVM as informações de fundos de investimentos, integrando com a base já existente da Previc. Além disso, foi consolidada a cobrança automática das pendências de entregas de demonstrativos por parte das EFPC.

Inclusão do procedimento de Acompanhamento Especial no PAF

Como inovação ao conjunto de procedimentos de fiscalização disponíveis ao PAF, em 2021 foram executados 16 procedimentos de Acompanhamento Especial em entidades selecionadas. Este novo tipo de ação compreende os procedimentos de fiscalização destinados ao acompanhamento contínuo de situações específicas, mas que terão um escopo reduzido em relação aos procedimentos de Supervisão Permanente.

Implementação da Metodologia de Riscos e Controles

Em 2021, foi implementada a metodologia de supervisão de riscos e controles nas entidades sob Supervisão Permanente. Formado por três pilares (Governança, Riscos e Gestão dos Riscos e Aspectos Econômicos Financeiros), o sistema proporciona a identificação e monitoramento dos principais riscos assumidos pelas EFPC, a avaliação dos seus sistemas de controles e de sua governança de maneira que a supervisão possa formar uma opinião abrangente sobre as EFPC, apontar as principais fontes e as principais deficiências das entidades e induzir a alta governança das entidades a aprimorar seus controles internos.

Neste primeiro ano, foram trabalhados os pilares de Governança e Riscos e Gestão dos Riscos (Risco Atuarial, Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de Liquidez) em 10 entidades, utilizando o sistema Virtus e os manuais de análise destes pilares. Além disso, foram realizadas reuniões devolutivas com as entidades para apresentação dos trabalhos realizados durante o ano.

Fiscalização e monitoramento – Desafios e Riscos

Geração automatizada dos indicadores de risco e de monitoramento de operações atípicas

No ano de 2021, foi consolidado o rol de indicadores econômico-financeiros utilizados na supervisão indireta das EFPC, assim como desenvolvidos indicadores específicos para detecção de operações atípicas, restando implementar a sua geração automatizada.

Aperfeiçoamento da Metodologia de Riscos e Controles

Para 2022, além da execução dos dois pilares já trabalhados em 2021, está prevista a execução do terceiro pilar, análise dos aspectos econômico-financeiros das entidades sob Supervisão Permanente. Com base nos resultados obtidos no primeiro ano dessa nova metodologia, o desafio será aprimorar as análises dos pilares de Governança e de Riscos e Gestão dos Riscos. Serão realizados seminários para discussão entre as equipes fiscais de todo o país, bem como eventuais revisões dos manuais.



PROCESSOS DA CADEIA 3 – FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO – PROCESSO SANEADOR

Aplicar Instrumentos Preventivos e Corretivos

Consiste na aplicação de instrumentos preventivos ou corretivos para adequação de conduta ou conformidade de informações das EFPC, por exemplo: solicitações de regularização de informações e termos de ajuste de conduta.

Aplicar Instrumentos Sancionatórios

Contempla a instauração e instrução de autos de infração e comissões de inquérito para julgamento dos processos sancionadores, em primeira instância, pela Diretoria Colegiada da Previc, bem como o julgamento de eventuais pedidos de reconsideração e o acompanhamento do julgamento, em 2ª instância, na Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC).

Instaurar e Supervisionar Regimes Especiais

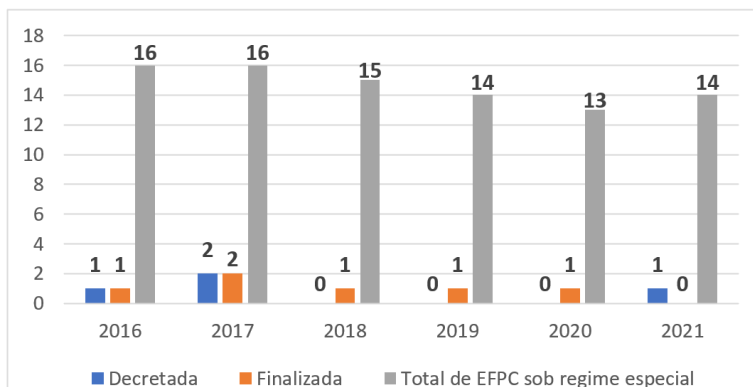
Compreende a elaboração de proposta para decretar liquidação extrajudicial ou intervenção nas EFPC ou administração especial dos planos de benefícios, bem como a supervisão e o encerramento dos regimes especiais já instaurados.

Processo Saneador – Principais Resultados

Entidades sob regimes especiais

Ao final de 2021, dois planos de benefícios previdenciários estavam sob administração especial com poderes de liquidação extrajudicial, duas entidades estavam sob intervenção e dez entidades estavam em liquidação extrajudicial. Ainda, foi decretada a liquidação extrajudicial na Mendesprev Sociedade Previdenciária (MENDESPREV).

Gráfico 12 - Histórico de regimes especiais decretados e finalizados

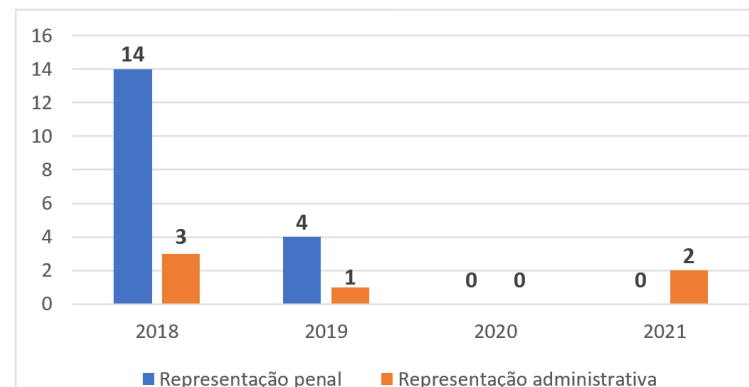


Fonte: CGRE/Previc

Representações penais e administrativas

Ao final de um procedimento de fiscalização, se for constatado indício de práticas irregulares ou indícios de crimes, a Previc encaminha representação penal ou administrativa sobre tais fatos aos órgãos competentes. Em 2021, houve o encaminhamento de duas Representações Administrativas.

Gráfico 13 - Representações penais e administrativas

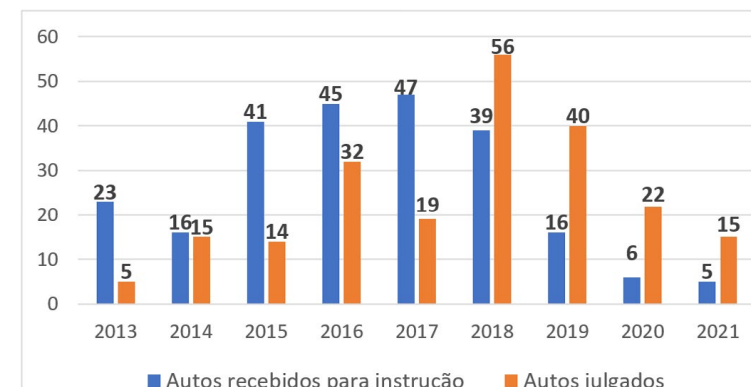


Fonte: CGRE/Previc

Julgamento de Autos de Infração

Em 2021, cinco autos de infração foram recebidos para instrução e parecer e 15 autos foram julgados em 1ª instância pela Diretoria Colegiada, reduzindo o estoque anual de autos em 32%.

Gráfico 14 - Histórico de Autos de Infração julgados



Fonte: CGRE/Previc

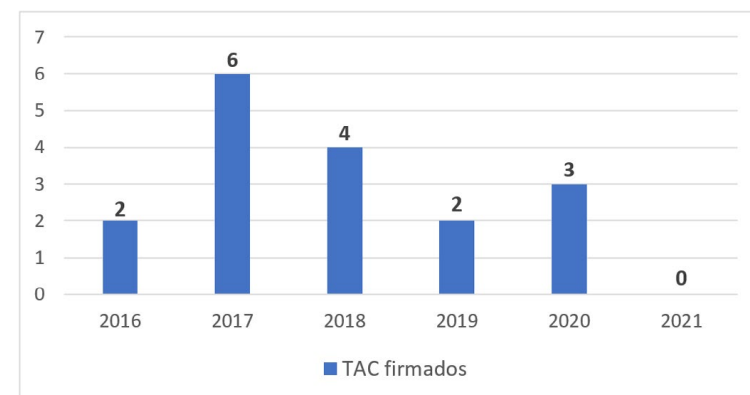


Termos de Ajustamento de Conduta

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tem a finalidade de promover a adequação de condutas irregulares pela legislação ou contrárias ao interesse público, nas ocasiões em que for possível corrigir a irregularidade mediante a adequação de determinada prática às normas em vigor.

Em 2021, não foi firmado nenhum TAC, mas continuaram em andamento quatro TAC firmados em anos anteriores.

Gráfico 15 - Histórico de TAC firmados



Fonte: CGRE/Previc

Processo Saneador - Inovações e Melhorias

Aprimoramento do processo de instrução e julgamento de autos de infração

- Implementação do Programa de Gestão na CGDC (Resolução Previc nº 1, de 2020 – início previsto para janeiro/fevereiro) para aperfeiçoar a gestão interna da área;
- Atualização de manuais para rotinas de trabalho e melhoria de gestão – Manual de Rotinas Administrativas da CGDC elaborado e em constante atualização;
- Reuniões semanais, quinzenais e/ou mensais via presencial ou por videoconferência, conforme demanda, com registro em ata dos temas tratados.

Processo Saneador – Desafios e Riscos

Aperfeiçoar processo de instrução e julgamento de autos de infração

- Implementação e análise das métricas estabelecidas no Programa de Gestão da CGDC (celeridade, controle de prazos e adequado funcionamento do processo de análise e emissão de parecer para subsidiar a decisão da Diretoria Colegiada nos julgamentos dos autos de infração);
- Implementação e análise dos critérios de prioridade para tramitação dos autos de infração – Portaria Previc nº 867, de 2021.

Aprimorar a qualidade do processo de instrução e julgamento de autos de infração

- Consolidar entendimentos e ementário das decisões proferidas pela Diretoria Colegiada;
- Acompanhar o julgamento em 2ª instância pela Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) – registro documental e relato à Diretoria Colegiada - e eventuais decisões judiciais que possam ter reflexos no processo sancionador (Portaria Previc nº 579, de 2021).



CADEIA 4: RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Diálogo com a sociedade, por meio de comunicação institucional e parcerias com órgãos públicos, entidades privadas e organismos internacionais.

O estabelecimento e a implementação de políticas públicas para a previdência complementar fechada envolvem instâncias distintas, tanto governamentais quanto civis, para as fases de proposição, avaliação, aprovação e implementação. Para tanto, os processos da Cadeia 4 buscam estabelecer relacionamentos com os diversos atores do setor, voltados à celebração de convênios e acordos de cooperação, troca de informações e tecnologia, capacitação de equipes e ações conjuntas com supervisores do sistema financeiro nacional e órgãos de fiscalização e controle, de modo a otimizar os recursos e fortalecer a atuação da Autarquia.

A Previc atua na organização de eventos e na promoção de estudos, pesquisas e debates com

instituições atuantes do segmento, visando ao aperfeiçoamento do sistema. Também trabalha com organismos e agências internacionais para o desenvolvimento de ações e projetos conjuntos, perseguindo melhores práticas globais e capacitação de equipes. Adicionalmente, a Cadeia 4 abrange a coordenação, supervisão e execução de iniciativas, projetos e programas de educação financeira e previdenciária, além de artigos e estudos sobre o tema. Finalmente, cabe-lhe o acompanhamento estratégico de demandas, projetos e proposições de interesse da Previc em tramitação no Congresso Nacional e articulação política com órgãos do executivo.

Figura 22 - Cadeia 4 - Relacionamento Institucional



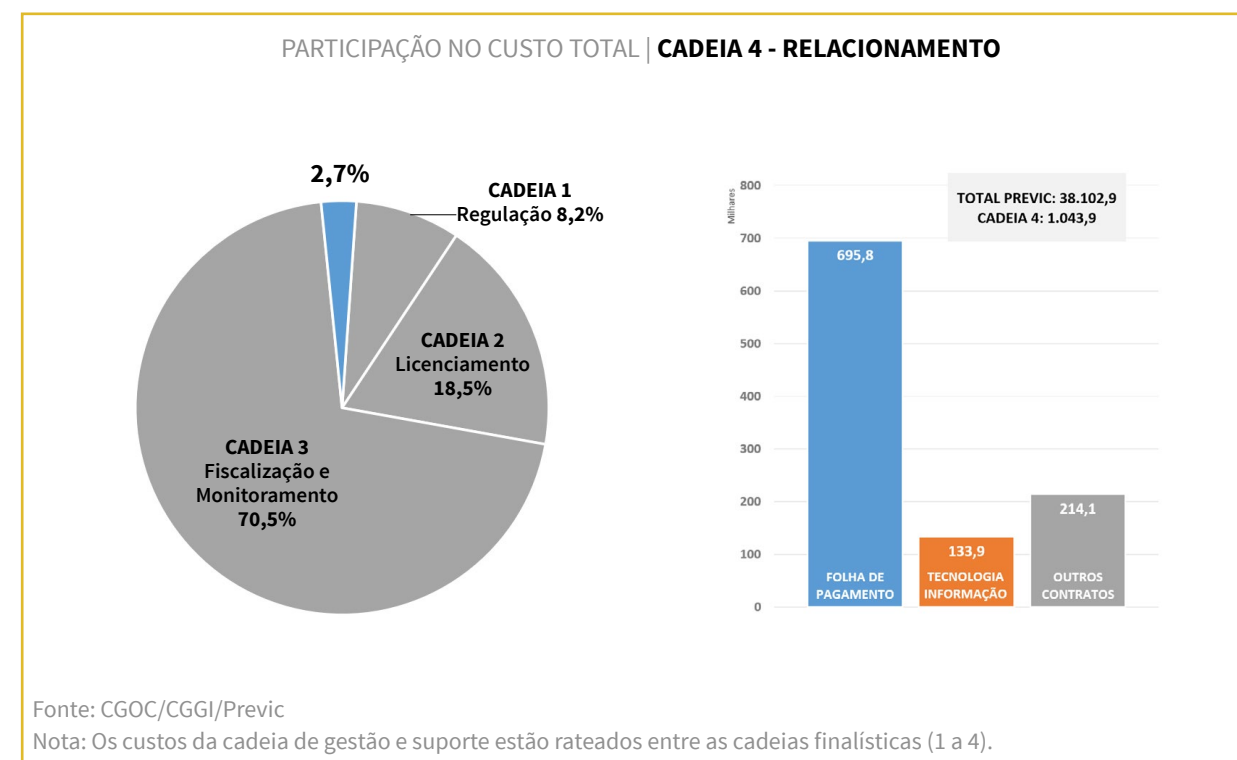
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

A Cadeia 4 – Relacionamento Institucional atua para promover a previdência complementar fechada, por meio de ações de educação e de fomento, e também para dar suporte à atuação das demais cadeias finalísticas, pela celebração e gestão de convênios e acordos de gestão com órgãos governamentais, agentes do sistema financeiro e organismos internacionais relacionados à previdência, além da realização de eventos públicos e da disponibilização de publicações de conteúdo normativo e informacional. Entre as principais ações de 2021, destacam-se:

- Promoção, em conjunto com os membros do Fórum Nacional de Educação Financeira (FBEF), da Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), atingindo um número recorde de 34.551 ações e atraindo a participação de mais de 106 milhões de pessoas, principalmente na modalidade online, com ações e iniciativas de educação financeira e previdenciária. A educação financeira tem como objetivo conscientizar o indivíduo sobre a importância do planejamento financeiro, para que desenvolva uma relação equilibrada com o dinheiro e para tomar decisões sobre finanças e consumo que promovam o seu bem-estar.
- Diversas publicações de manuais, guias e relatórios, além da realização de *webinars* e publicações em rede social.

Para mais detalhes, veja [Principais Resultados](#).

Figura 23 - Custos da Cadeia 4 (R\$ 1000)



PROCESSOS DA CADEIA 4 – RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

RELACIONAMENTO COM PODER PÚBLICO, SETORIAL E SOCIEDADE

Promover alinhamento com supervisores do sistema financeiro nacional e órgãos de fiscalização e controle

Consiste na elaboração e execução de convênios e acordos de cooperação, troca de informações e tecnologia, capacitação de equipes e ações conjuntas com supervisores do sistema financeiro nacional e órgãos de fiscalização e controle, de modo a otimizar os recursos e fortalecer a atuação do Estado.

Promover aproximação institucional com entidades representativas e sociedade

Consiste na interlocução com associações do segmento, englobando a participação em eventos e atuação conjunta visando o aperfeiçoamento do sistema.

Gerir articulação com órgãos do executivo e atuação parlamentar

Consiste no acompanhamento estratégico de demandas, projetos e proposições de interesse da Previc em tramitação no Congresso Nacional e articulação política com órgãos do executivo para aumento da influência e relevância da Previc.

Gerir colaboração com organismos internacionais

Compreende a interlocução com organismos e agências internacionais para desenvolvimento de ações e projetos conjuntos, perseguindo melhores práticas globais e capacitação de equipes.

Promover e coordenar ações de educação financeira e previdenciária

Contempla a promoção, coordenação, supervisão e execução de iniciativas, projetos e programas de educação financeira e previdenciária, além da elaboração de artigos e estudos sobre o tema.



Relacionamento – Principais Resultados

A Semana ENEF

A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), do qual a Previc faz parte, para promover ações de educação financeira no país.

A Semana ENEF conta com a participação de instituições e de pessoas físicas que promovem ações de educação financeira, previdenciária, securitária ou fiscal. São palestras, cursos, oficinas, campanhas de divulgação e envio de mensagens que devem observar as finalidades da ENEF, expressas no Decreto nº 10.393, de 2020, e os critérios de gratuidade, ausência de qualquer viés comercial e a proibição de venda de produtos ou serviços.

A 8ª Semana Nacional de Educação Financeira foi realizada entre 8 e 14 de novembro de 2021 e teve como tema Planejamento, Poupança e Crédito Consciente: O “PLA-POU-CRÉ” e a sua saúde financeira.

A Previc realizou dois eventos online durante a Semana ENEF. O primeiro foi o *Webinar* do dia 08/11/2021 com o tema “Como funciona um fundo de pensão?” realizado em conjunto com a Abrapp e a SURPC/ME disponível no [canal da Abrapp](#) no Youtube.

Figura 24 - *Webinar* da Semana ENEF



A Semana ENEF

O Segundo evento foi o *Webinar*: “Educação Previdenciária nas EFPC: diagnóstico e boas-práticas” realizada no dia 11/11/2021 e disponível no [Canal do Youtube da Previc](#).

Figura 25 - *Webinar* da Semana ENEF



Participação em Fóruns Institucionais

- A Previc participou de discussões junto ao Fórum Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK), que é um fórum de discussões ligado ao Ministério da Economia.
- Retomou o processo de discussão do Acordo de Cooperação Técnica com a CVM.
- Estabeleceu fluxo de conversas junto à ANBIMA.
- Participou de reuniões técnicas com o Grupo de Trabalho de Previdência Privada do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon.
- A Previc também se fez presente na Comissão Técnica de Fechadas do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), fórum que colaborou com as regulamentações atuariais de 2021.

Relacionamento Internacional

A Previc fortaleceu a sua participação no cenário internacional, visando o compartilhamento de conhecimentos e experiências nas áreas de regulação e supervisão dos fundos de pensão no mundo, de forma a melhorar a qualidade e a eficácia da supervisão de fundos de pensão.

Dentre os eventos internacionais, que foram realizados online em virtude da pandemia de Covid-19, destacaram-se:

- Participação em todos os eventos da IOPS - organização internacional de supervisores de pensão - veja <http://www.iopsweb.org/events>;
- Apresentação do estudo sobre a utilização de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) na análise de riscos das EFPC na sessão “Tour d’Horizon” do evento do *Working Party on Private Pensions (WPPP)/ International Organisation of Pension Supervisors (IOPS)*, realizado nos dias 14 a 16/06/2021;
- Participação nas Reuniões do Comitê executivo da IOPS;
- Participação nas reuniões do *Working Party on Private Pensions (WPPP/OCDE)*. O fórum reúne os formuladores de políticas dos países da OCDE para discutirem as políticas públicas para previdência privada, com foco na regulamentação;
- Participação de conferências técnicas promovidas pela Associação Internacional de Pesquisa em Pensões (IPRA);
- Apresentação da Previc sobre aspectos de supervisão no seminário IOPS sobre Supervisão baseada em Riscos, realizado em dezembro de 2021.



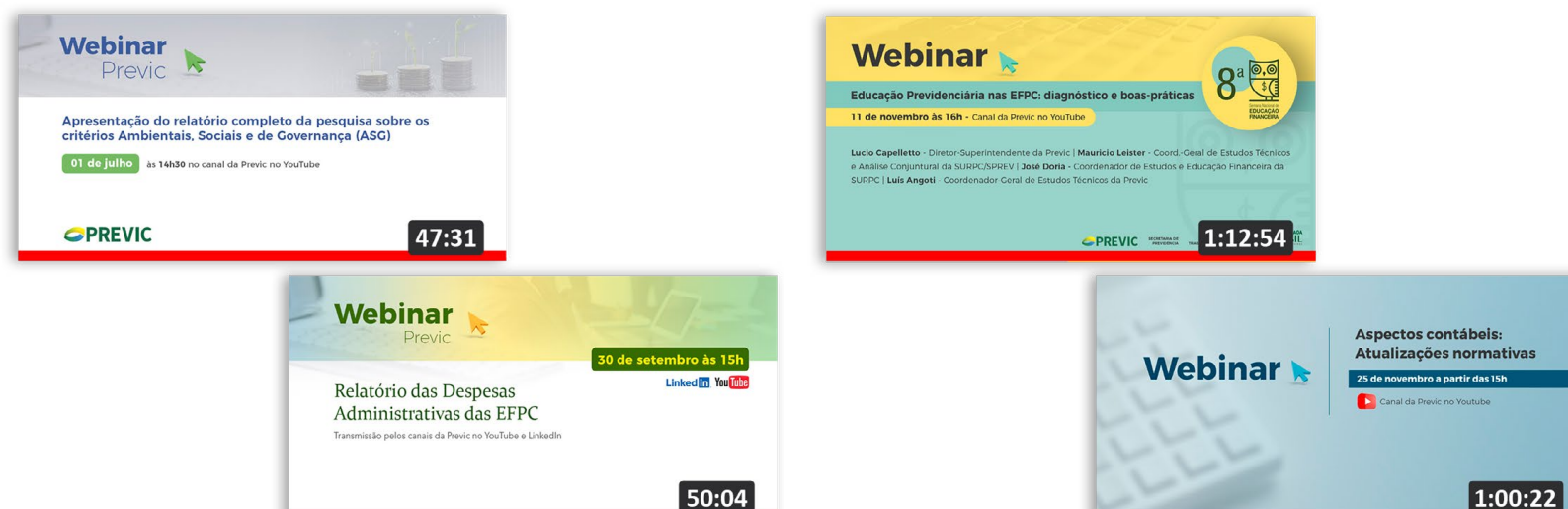
Publicações

Figura 26 - Principais publicações



Canal da Previc no Youtube

Figura 27 - Principais vídeos de 2021



Relacionamento - Inovações e Melhorias

Estudos Técnicos

- Foi elaborada a 10ª edição do Estudo sobre as **Despesas Administrativas das EFPC**, base 2020. O Estudo contempla informações e análises das despesas administrativas relacionadas ao funcionamento e à operação dos planos de benefícios, contribuindo para o aumento da eficiência na gestão e maior equilíbrio operacional das EFPC.
- A Previc e a SURPC/ME realizaram o estudo conjunto sobre **Educação Previdenciária nas EFPC** que traçou um diagnóstico do nível de Educação Financeira e Previdenciária, o histórico recente de iniciativas e legislação relativa ao assunto.
- Pesquisa **ASG**: Realização de pesquisa junto às EFPC sobre a utilização de aspectos ambientais, sociais e governamentais (ASG) na avaliação de investimentos. A partir das respostas de 93 EFPC, houve a elaboração de um relatório resumo com a síntese dos resultados e de um relatório completo. Os relatórios contemplaram questões como a motivação para utilização de ASG na análise dos investimentos, a percepção de impactos a riscos ASG, a promoção de capacitações sobre o tema, dentre outras.
- A Autarquia adotou medidas para ampla divulgação dos documentos e realizou apresentação em diversos fóruns e para diferentes *stakeholders*: Laboratório de Inovação Financeira (LAB); seminários da Abrapp e do IPCOM; Discussão Regulatória sobre Finanças Verdes *Brasil-UK*; *Working Party on Private Pensions* (WPPP)/ *International Organisation of Pension Supervisors* (IOPS); *Webinar* no canal da Previc no Youtube; etc.

Página da Previc no Linked In

Figura 28 - Previc no Linked In



Dados da página em 2021:

52 - Publicações; 84.108 - Impressões das publicações; 3.418 - Seguidores.

Consultas Públicas e Análises de Impacto Regulatório

Consultas Públicas: Disponibilização de duas consultas públicas, por meio do sistema de consultas da Previc, sobre proposta de Resolução sobre institutos do benefício proporcional diferido, da portabilidade, do resgate e do autopatrocínio e proposta de Instrução para implementação da segregação de ativos nos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Análise de Impacto Regulatório (AIR): Elaboração do primeiro relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR), nos termos do Decreto nº 10.411, de 2020. O problema regulatório considerado foi o normativo complementar para a operacionalização da identidade própria e individualizada dos planos de benefícios. Como resultado da AIR tem-se a proposição de Instrução Normativa, para vigência concomitantemente com a implementação do CNPJ por plano de benefícios.

Relacionamento – Desafios e Riscos

Educação Financeira e Previdenciária

Promover a incorporação das boas experiências à prática das organizações, tornando a educação financeira e previdenciária uma ferramenta de compreensão do ambiente e a necessidade de economia de longo prazo.



CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO



Mensagem da Diretora de Administração

A Diretoria de Administração (Dirad) integra a estrutura da Previc, conforme o Decreto nº 8.992, de 2017. Suas competências regimentais encontram-se regidas pela Portaria MF nº 529, de 2017, e se constituem em planejar, coordenar e executar as atividades relacionadas aos sistemas federais de organização, planejamento e orçamento, administração financeira, contabilidade, administração dos recursos de tecnologia da informação, recursos humanos, serviços gerais, documentação e arquivo, sujeitando-se à orientação normativa e à supervisão técnica dos respectivos órgãos centrais e exercendo, portanto, papel articulador entre as unidades gestoras e executoras da Previc e os respectivos órgãos setoriais.

O gerenciamento dos recursos, como orçamento, pessoas e tecnologia, e os principais processos administrativos (administração predial e logística de bens e serviços, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação, gestão orçamentária e financeira) são executados de forma centralizada pelas unidades que compõem a estrutura da Dirad.

Em relação às fontes de receitas da Previc, a taxa de fiscalização e controle da previdência complementar (Tafic) arrecadou 77,1 milhões de reais.

Sobre a gestão de pessoas, o Programa de Gestão da Previc (PDG), definido pela Resolução nº 1, de 2020, representou importante instrumento de administração da política de pessoal, buscando maior eficiência e eficácia pela promoção da cultura orientada para resultados e pelo aperfeiçoamento da qualidade de vida dos servidores.

Entre as despesas, pessoal e encargos representaram 68% do total executado.

Entre os principais desafios do momento, destacam-se:

- Preservar e ampliar a força de trabalho da Previc, que sofreu redução de 9% nos últimos 4 anos, e está sujeita a perder mais 17% por aposentadorias, até 2025; e
- Aumentar a capacidade de ofertar serviços digitais, uma vez que as atividades finalísticas da Autarquia são intensivas nessa área.

A conformidade e a confiabilidade de gestão, objetos deste capítulo, estão fundamentadas em informações extraídas dos principais sistemas gerenciais da Administração Pública (Siafi, SIASG, Siape, Sigepe, SIADS, SIOP e SIASS) e foram atestadas nas declarações apresentadas pelos gestores responsáveis.

Concluindo, DECLARO que os padrões de gestão da Previc atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade, conforme legislação pertinente.

Rita de Cássia Corrêa da Silva

Diretora de Administração

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Declarações Legais

DECLARAÇÃO

Eu, Marcos da Silva Alves, CPF 858.795.251-04, Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes aos contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2021, por esta Unidade Prestadora de Contas, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, inclusive o que diz respeito às transferências externas de créditos, registros realizados no SIAFI, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOC
Diretoria de Administração – DIRAD
Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC

DECLARAÇÃO

Eu, Marcos da Silva Alves, CPF 858.795.251-04, Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, declaro junto aos órgãos de Controle Interno e Externo que todas as informações referentes à execução física e financeira das Ações Orçamentárias da LOA de 2021, exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são desta Unidade Prestadora de Contas, estão devidamente atualizados conforme orientações do Ministério da Economia.

Brasília, 31 de dezembro de 2021.

Coordenador-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOC
Diretoria de Administração – DIRAD
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual de 2021 autorizou créditos à Unidade Orçamentária Previc na ordem de R\$ 75,7 milhões. Com alterações durante o exercício, o total disponibilizado foi de R\$ 76,1 milhões. Retirando os R\$ 35,1 milhões de reserva de contingência, que não ficam disponíveis para execução, os créditos foram assim distribuídos:

Figura 29 - Créditos orçamentários anuais



Comparando com o exercício de 2020, no que diz respeito à dotação após alterações orçamentárias (sem considerar os valores da reserva de contingência), houve um decréscimo de 1,9% no crédito total em 2021, passando de R\$ 41,7 milhões para R\$ 40,9 milhões, devido à redução do crédito para investimentos (89,22%).

Tabela 11 - Comparativo da LOA entre 2020 e 2021

	Dotação Inicial			Dotação Definitiva		
	2021	2020	Variação (%)	2021	2020	Variação (%)
Pessoal e Encargos Sociais	25.379.995,00	35.500.780,00	-28,51	26.396.848,00	26.271.976,00	0,48
Outras Despesas Correntes	13.628.101,00	14.953.992,00	-8,87	14.208.446,00	12.345.990,00	15,09
Investimentos	1.576.905,00	622.000,00	153,52	336.000,00	3.117.100,00	-89,22
Reserva de Contingência	35.188.188,00	2.014.445,00	1.646,79	35.188.188,00	2.014.445,00	1.646,79
Total	75.773.189,00	53.091.217,00	42,72	76.129.482,00	43.749.511,00	74,01

Fonte: CGOC/Previc

O valor empenhado manteve-se perto do valor de 2020 (aumento de 0,45%):

Tabela 12 - Comparativo de despesas empenhadas e liquidadas entre 2020 e 2021

	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas		
	2021	2020	Variação (%)	2021	2020	Variação (%)
Pessoal e Encargos Sociais	24.620.578,45	24.306.872,63	1,29	24.515.319,61	24.111.806,27	1,67
Outras Despesas Correntes ¹	13.587.611,54	11.925.162,00	13,94	11.485.308,20	11.094.265,00	3,52
Investimentos	300.520,00	2.104.909,80	-85,72	0,00	5.179,00	-100,00
Total	38.508.709,99	38.336.944,43	0,45	36.000.627,81	35.211.250,27	2,24

Fonte: CGOC/Previc

A execução orçamentária é realizada pela unidade orçamentária centralizada em Brasília. Do crédito total disponível, foi executado 94,06% (R\$ 38,5 milhões), sendo 98,54% diretamente na unidade orçamentária e 1,46% na forma de descentralização de crédito (560,7 mil), por intermédio de termos de execução descentralizada celebrados com o INSS, BCB, ME (para manutenção dos Escritórios de Representação sediados nas edificações desses órgãos) e ESAF (para capacitação de servidores). Do total executado, foram liquidados R\$ 36 milhões e R\$ 2,5 milhões inscritos em restos a pagar não processados.

A execução da despesa no exercício foi de 63,94% com pessoal e encargos, 33,83% em outras despesas correntes, 1,46% por destaque e 0,78% em investimentos.

Gráfico 16 - Despesas empenhadas



Fonte: CGOC/Previc

Tabela 13 – Execução orçamentária de programas e ações (R\$ 1.000)

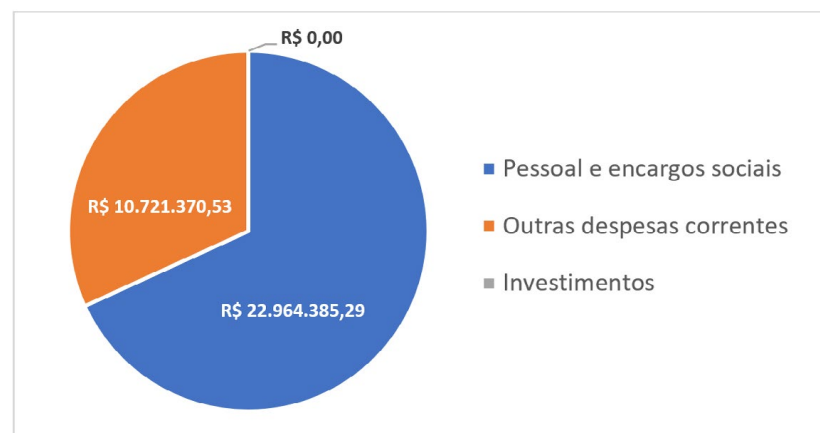
		Despesas Empenhadas (R\$ 1.000)		
Programa	Ação	2021	2020	VAR %
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Aposentadorias e Pensões Civis da União	2.393	2.294	4,32
Gestão da Participação em Organismos Nacionais e Internacionais	Contribuições	35	33	6
Autorização, Monitoramento e Fiscalização	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	3.896	2.497	56,03
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações RPPS	2.216	2.179	2
	Administração da Unidade	8.303	9.798	-15,26
	Funcionamento dos Escritórios de Representação da Previc	606	719	-15,72
	Capacitação de Servidores Públicos Federais	12	16	-25,00
	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis	284	228	24,56
	Ativos da União	20.012	19.833	0,90
	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis	598	615	-2,76
	Ajuda de Custo para Moradia	153	124	23,39
Total – Programas e Ações		38.508	38.336	0,45

Fonte: CGOC/Previc

EXECUÇÃO FINANCEIRA

O montante desembolsado na execução do orçamento do exercício foi de R\$ 33,6 milhões, sendo R\$ 22,9 milhões (68,17%) com pessoal e encargos e R\$ 10,7 milhões (31,83%) com outras despesas de custeio e capital.

Gráfico 17 - Despesas pagas



Fonte: CGOC/Previc

Comparado com o montante desembolsado com o orçamento de 2020, houve aumento de 3,26%.

Tabela 14 - Comparativo das despesas pagas entre 2020 e 2021

	Despesas Pagas		
	2021	2020	VAR %
Pessoal e Encargos Sociais	22.964.385,29	22.523.077,05	1,96
Outras Despesas Correntes¹	10.721.370,53	10.095.538,92	6,20
Investimentos	0,00	5.179,00	-100
Total	33.685.755,82	32.623.794,97	3,26

1. Incluídos R\$ 560,7 mil de transferência externa de créditos (TED) Fonte: CGOC/Previc

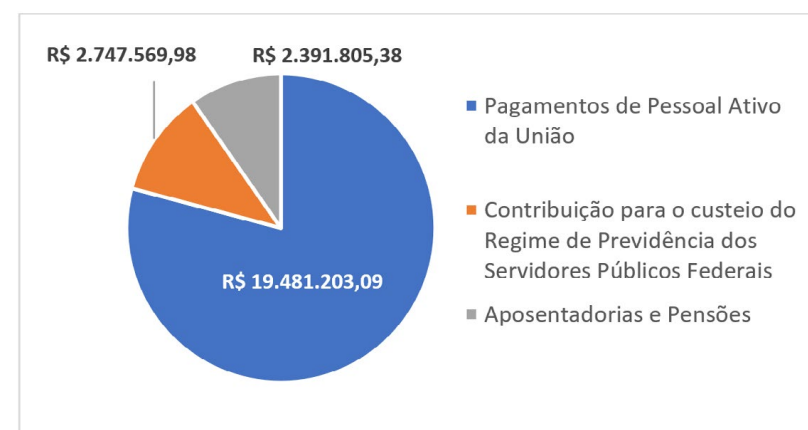
Houve também pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores. Dos R\$ 5,4 milhões contabilizados, R\$ 3,9 milhões foram pagos durante o exercício, R\$ 444 mil foram cancelados e R\$ 1,1 milhão transferido para o exercício seguinte, acrescido ao montante inscrito ao final do exercício de 2021.

O cronograma de desembolso financeiro para pagamentos das despesas do exercício e obrigações anteriores foi realizado sem restrições, cumprindo o decreto de programação orçamentária e financeira do exercício.

Despesas com pessoal e encargos

O total de despesas com pessoal foi de R\$ 24,6 milhões. Desse montante, R\$ 22,96 milhões foram pagos no exercício e R\$ 1,65 milhão inscritos em restos a pagar.

Gráfico 18 - Despesa com pessoal e encargos sociais



Fonte: CGOC/Previc

Outras despesas de custeio

Nesse grupo são classificados os principais contratos com pessoas jurídicas. Ainda, figuram os demais contratos com pessoal de apoio administrativo e operacional, conservação e limpeza e outras, além das despesas realizadas com capacitação de servidores e ajuda de custo para moradia.

Tabela 15 - Outras despesas de custeio

	Valor Empenhado (R\$)		
	2021	2020	VAR %
Locação de mão de obra	2.072.699,14	1.862.798,96	11,27
Serviços de Terceiros - PJ	3.720.628,64	3.241.724,00	14,77
Serviços de TIC	4.889.000,07	4.452.400,72	9,81
Demais Serviços	2.022.570,95	1.762.679,32	14,74
Total	12.704.898,80	11.319.603,00	12,24

Fonte: CGOC/Previc

Tabela 16 - Outras despesas de custeio - benefícios assistenciais

	Valor Empenhado (R\$)		
	2021	2020	VAR %
Auxílio - Pré-Escolar e Natalidade	122.586,13	119.486,00	2,59
Auxílio - Alimentação	464.499,85	468.875,99	-0,93
Auxílio - Transporte	10.910,16	15.640,43	-30,24
Assistência Médica	284.716,60	239.692,58	18,78
Total	882.712,74	843.695,00	4,62

Fonte: CGOC/Previc

Investimentos

Em 2021, houve redução de 89,22% do crédito destinado a investimentos. Tal diferença se deu, principalmente, pelo tipo de contratação que se buscou durante o exercício, que foi a aquisição de aplicações de TI, na modalidade de assinatura por prazo determinado. Assim, embora tenha havido substancial destinação de recursos para tecnologia da informação (R\$1,26 milhão), grande parte se deu como custeio.

Tabela 17 - Despesas com investimentos

	Valor Empenhado (R\$)		
	2021	2020	VAR %
Serviços de TIC	0,00	1.235.306,00	-100,00
Equipamentos de TIC	300.520,00	869.603,00	-65,44
Total	300.520,00	2.104.909,00	-85,72

Fonte: CGOC/Previc

Contingenciamento de despesas

O contingenciamento implementado no primeiro semestre foi desfeito no segundo, de forma que todo o crédito constante da Lei Orçamentária Anual ficou disponível para execução.

Receitas

A Previc possui duas fontes de receitas: a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar (Tafic), criada pelo artigo 12 da Lei nº 12.154, de 2009. Principal receita da instituição, com arrecadação de R\$ 77,1 milhões. Do montante arrecadado, 30% não são contabilizados pela Previc, por força da desvinculação de receitas da união (DRU), instituída pela Emenda Constitucional nº 93, de 2016.

No exercício de 2021, foi contabilizada receita de R\$ 54,1 milhões na unidade orçamentária da Previc e a diferença transferida para o caixa do Tesouro Nacional. A segunda fonte de receitas que se destaca é a decorrente do processo sancionador, em consequência da aplicação de multas aos autuados do sistema fiscalizado pela Previc. No exercício, o montante foi de R\$ 688,4 mil.

GESTÃO DE CUSTOS

A estimativa de custo está presente desde o momento do planejamento orçamentário até a efetiva execução da despesa, considerando que a mesma produzirá uma prestação de serviço, atendendo ao objetivo da Autarquia.

Os custos são apurados por atividades e projetos, atribuindo-se os insumos formadores do custo de cada segmento. A contabilização dos custos se dá por área finalística. Importa destacar que a remuneração dos servidores cedidos não estão computados na unidade orçamentária da Previc.

Estimativa de custos e execução do orçamento

Contabilmente, a Previc agrega os seus custos operacionais diretos de fiscalização e supervisão no programa Previdência Social, correspondendo a R\$ 3,89 milhões. Neste valor não são incluídas as despesas de pessoal e encargos com aposentadorias, pensões e áreas de suporte.

Tabela 18 - Estimativa de custo total

Apropriação	LOA + Créditos	Execução	%
Área finalística - outras despesas correntes	3.978.196	3.895.108	97,91
Área finalística - pessoal, encargos e benefícios - estimativo	14.953.130	14.329.121	95,83
Área de Suporte - outras despesas correntes	9.294.309	8.809.790	94,79
Área de Suporte - pessoal, encargos e benefícios - estimativo	9.164.821	8.782.365	95,83
Subtotal Custeio	37.390.456	35.816.385	95,79
Investimentos	336.000	300.520	89,44
Aposentadorias e Pensões	3.214.838	2.391.805	74,40
Reserva de Contingência	35.188.188	0	-
Total	76.129.482	38.508.710	50,5 ¹

¹ Considerando os valores de Reserva de Contingência. Sem considerá-los a execução foi de 94%. Fonte: CGOC/Previc

Separando os custos por programa de governo, R\$ 33,7 milhões (82,3% do total) estão agregados ao programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, que incluem as despesas de pessoal ativo da área finalística e de suporte.

Tabela 19 - Estimativa de custo por programa de governo

Programa	LOA + Créditos	Execução	%
Nova Previdência	3.978.196	3.895.108	97,91
Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33.708.260	32.188.419	95,49
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	24.117.951	23.111.486	95,83
Custeio e Investimentos	9.590.309	9.076.933	94,65
Operação Especiais - Participação em Organismos	40.000	33.377	83,44
Previdência de Inativos e Pensionistas	3.214.838	2.391.805	74,40
Reserva de Contingência	35.188.188	-	-
Total	76.129.482	38.508.710	50,5 ¹

¹ Considerando os valores de Reserva de Contingência. Sem considerá-los a execução foi de 94%. Fonte: CGOC/Previc

GESTÃO DE PESSOAS

Legislação Aplicada

A Previc observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle. Sendo a Lei 8.112, de 1990, a que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Esse repertório de dispositivos legais objetiva manter a conformidade na gestão no campo estratégico, tático ou operacional. Assim, a Previc segue o ordenamento dos atos de composição do Governo Federal, principalmente as normas publicadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, órgão central do SIPEC, e ainda emite atos internos de gestão, quando necessário.

Tabela 20 - Quantidade de normativos observados

Leis	Decretos	Portarias	Notas	Outros ¹	Total
19	44	87	65	67	282

1. Instruções e orientações normativas; resoluções; pareceres; súmulas, ofícios circulares, comunicações do Siape, etc.

Fonte: CGGP/Previc

INDICADORES DE CONFORMIDADE

Avaliação de conformidade

A avaliação da conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados, não havendo pendência por parte da Previc:

1. Controle e acompanhamento da entrega das declarações de bens e renda: a maioria dos servidores optou pelo preenchimento do formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).
2. Controle e registro de informações no sistema “e-Pessoal”: Em 2021, foram enviados dois registros, sendo uma exoneração e um falecimento.
3. Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle: todas as demandas foram atendidas.
4. Ainda em alinhamento com os órgãos de controle, convém informar que a Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia realiza auditoria online na folha de pagamento, não havendo pendências registradas.
5. Reposição ao erário: nenhum evento em 2021.
6. Concessões de licenças e benefícios: todas as concessões das licenças e benefícios encontram-se publicadas nos atos oficiais na intranet da Previc, sem pendências de conformidade.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Distribuição dos servidores por situação funcional

A força de trabalho é composta por 216 servidores. 74 pertencem ao Plano de Cargos e Carreiras da Previc (PCC Previc), 5 dos quais cedidos a outros órgãos. Somam-se ainda 95 Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, 23 servidores requisitados de outros órgãos, 12 em exercício descentralizado de carreira (dez Procuradores Federais e dois Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental) e 12 sem vínculo com Administração Pública.

Tabela 21 - Servidores do PCC Previc

Cargos e carreiras	Nº de Servidores
Especialista em Previdência Complementar	36
Analista Administrativo	12
Técnico Administrativo	8
Egressos da Secretaria de Previdência Complementar	18
Total PCC Previc	74

Fonte: CGGP/Previc

Tabela 22 - Situação funcional dos servidores da Previc

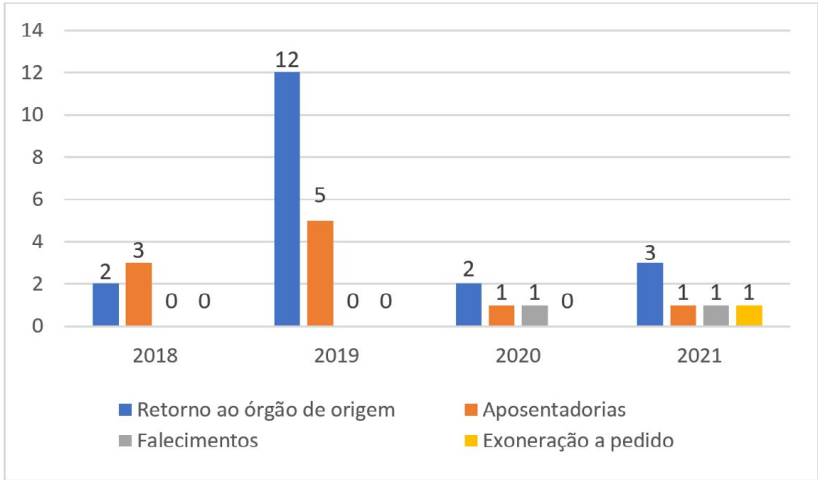
PCC Previc	PCC Previc (cedidos a outros órgãos)	AFRFB	Requisitados	Sem Vínculo	Exercício Descentralizado
69	5	95	23	12	12
32%	2%	44%	11%	5,5%	5,5%
Total: 216 servidores					

Fonte: CGGP/Previc

Evolução anual da força de trabalho

Em 2021, foram enviados dois registros no sistema “e-Pessoal”, sendo o falecimento de um técnico administrativo, em 15/05/2021, e a exoneração a pedido de um especialista em previdência complementar, no dia 20/08/2021, ambos cargos tornados vagos. Além disso, houve retorno à origem de outros 3 servidores.

Gráfico 19 - Retorno ao órgão de origem e vacâncias



Fonte: CGGP/Previc

Necessidade de Recursos Humanos

Destaca-se como estratégia para o provimento da força de trabalho a publicação de editais de oportunidades para movimentação interna de servidores com base legal no Decreto nº 10.835, de 2021, para identificar servidores efetivos de outros órgãos para atuar nesta Autarquia, por meio de cessão/movimentação.

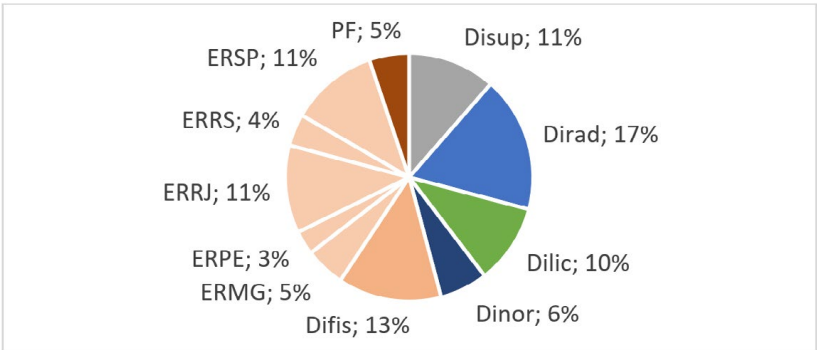
Foram publicados seis editais de processos seletivos visando à ocupação das Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, havendo a cessão de três servidores do Ministério da Saúde para compor o quadro de pessoal da Previc.

Além disso, foi feito pedido de autorização ao Ministério da Economia para a abertura de concurso público com a finalidade de dar provimento aos 148 cargos vagos previstos na estrutura para a Autarquia, cujo objetivo é melhorar o gerenciamento e a distribuição da força de trabalho, um desafio para a gestão de pessoas, e por conseguinte o desenvolvimento das finalidades institucionais desta.

Distribuição dos servidores por área

As áreas finalísticas concentram 63% da força de trabalho. Os demais compõem as áreas de apoio das Diretorias de Administração e Colegiada, bem como da Procuradoria Federal.

Gráfico 20 - Distribuição de servidores por unidades da Previc



Fonte: CGGP/Previc

Ocupação dos cargos gerenciais

Dos 51 cargos em comissão DAS ou FCPE em níveis de 1 a 4, 37 estão ocupados por servidores de carreira, 12 por servidores sem vínculo e 2 estão temporariamente vagos. Dos 6 cargos em comissão DAS em níveis 5 e 6, todos estão sendo ocupados por servidores de carreira. Esses valores são superiores aos mínimos estabelecidos no Decreto nº 10.835, de 2021.

Tabela 23 - Ocupação dos cargos gerenciais

DAS	Total	Servidores de carreira	Servidores sem vínculo	Vagos
DAS-101.6	1	1	-	-
DAS-101.5	5	5	-	-
DAS/FCPE-101.4	13	12	-	1
DAS/FCPE -102.4	1	-	1	-
DAS/FCPE -101.3	16	10	6	-
DAS/FCPE -101.2	15	9	5	1
TOTAL	51	37	12	2

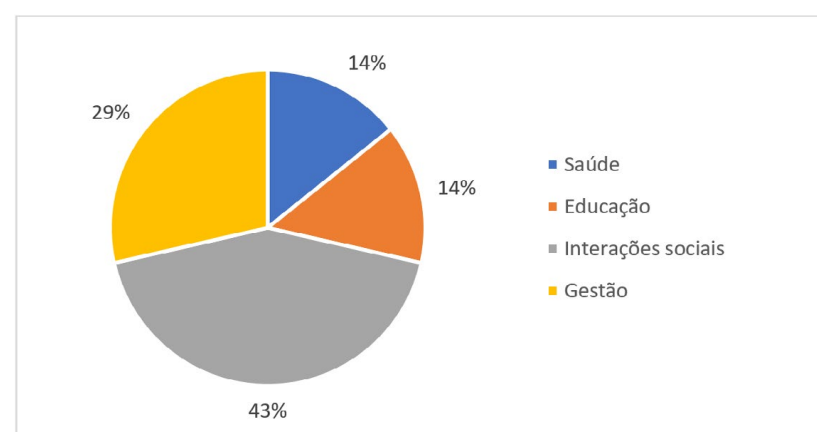
Fonte: CGGP/Previc

QUALIDADE DE VIDA

Em 2018, foi instituída a política de promoção à saúde e qualidade de vida da Previc, estruturando as diretrizes da área e estabelecendo programas, projetos e ações nos eixos: saúde, educação e interações sociais, além do eixo gestão, com as ações que viabilizam os trabalhos da área.

Foram propostas 14 ações, cuja execução superou a meta estabelecida.

Gráfico 21 - Ações de qualidade de vida por eixo



Fonte: CGGP/Previc

Tabela 24 - Principais ações sobre qualidade de vida no trabalho

Acompanhamento do Programa de Gestão (Teletrabalho)	Exames Médicos Periódicos
Imunização contra a gripe H1N1 (58 servidores imunizados)	Protocolo de retorno seguro e gradual ao trabalho presencial
Campanha de doação de sangue	Ginástica laboral

Fonte: CGGP/Previc

Ações de enfrentamento à COVID-19

Como medidas de prevenção adotadas pela Previc, foram feitas recomendações para a retomada das atividades presenciais de forma gradual e segura, adotando o Programa de Gestão – PDG para toda a Autarquia. Até dezembro de 2021, 30% dos servidores aderiram ao PDG. Os servidores do grupo de risco, conforme previsão da IN SGP/SEDGG/ME Nº 90, de 2021, representam 23% da força de trabalho e encontram-se em home office. O retorno presencial está sendo efetuado de forma gradual e segura de 47% dos servidores, distribuídos entre a sede em Brasília e os Escritórios de Representação em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Recife e São Paulo.

Figura 30 - Campanha de ações de enfrentamento à Covid-19



Fonte: CGGP/Previc

Foram divulgados o plano de retorno às atividades presenciais e peças de conscientização sobre a COVID-19 com o objetivo de reforçar as recomendações fundamentais: principais sintomas, formas de transmissão, etiqueta respiratória, distanciamento mínimo entre os colegas de trabalho, dentre outras.

Implementação do Programa de Gestão - Trabalho remoto

Com a edição da Instrução Normativa SGP/ME nº 65, de 2020, a Previc publicou a Resolução nº 1, de 2020, que estabelece os procedimentos gerais para a implementação do PDG no âmbito da Autarquia e tem se apresentado como um importante instrumento de administração da política de pessoal a fim de possibilitar melhor gerenciamento da produtividade por meio da promoção da cultura orientada para resultados e pelo incremento da eficiência, além de proporcionar melhoria na qualidade de vida dos participantes.

Um panorama do PDG na Previc em 2021:

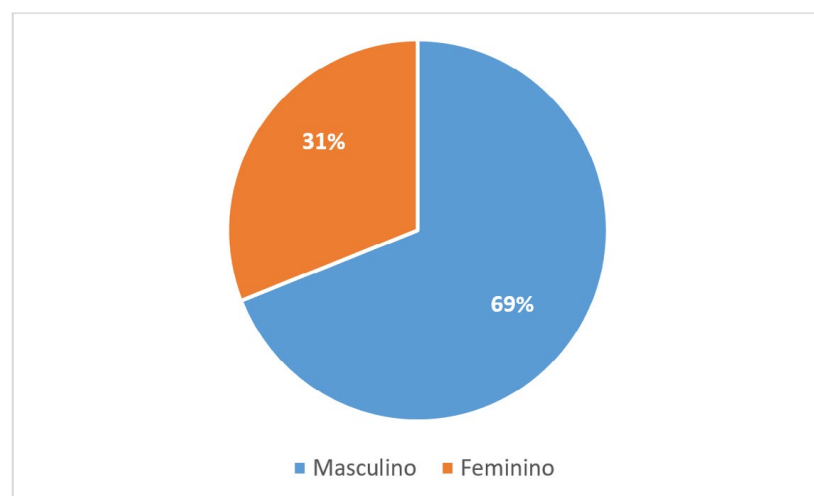
- 33% das áreas da Previc no PDG;
- 91% dos PDGs na modalidade teletrabalho integral;
- 9% dos PDGs na modalidade teletrabalho parcial;
- 3 dias prazo médio de comparecimento presencial; e
- 30% de servidores participantes.

PERFIL DOS SERVIDORES

Gênero e raça

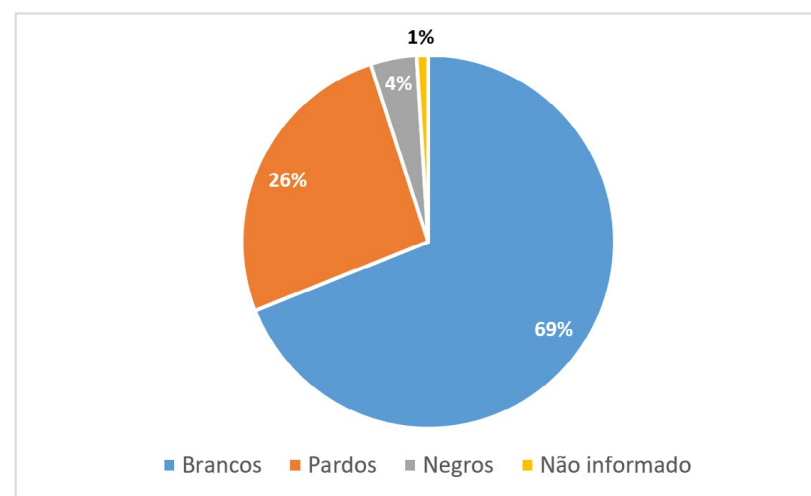
Dos 216 servidores ativos da Previc, 148 (69%) são homens e 68 (31%) são mulheres. Dos 137 cargos em comissão e funções gratificadas, 117 estão atualmente ocupados, 86 por homens (74%) e 31 (26%) por mulheres. Proporcionalmente à quantidade de cada um dos gêneros, 58% dos homens e 46% das mulheres ocupam esses cargos ou funções. Quanto à distribuição por raças, 69% dos servidores se declararam brancos, 26% pardos, 4% negros e 1% preferiu não informar.

Gráfico 22 - Servidores por gênero



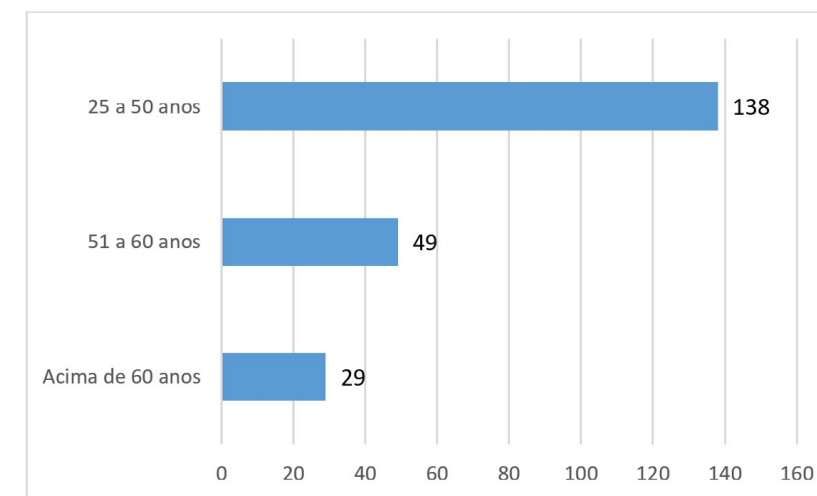
Fonte: CGGP/Previc

Gráfico 24 - Servidores por raça



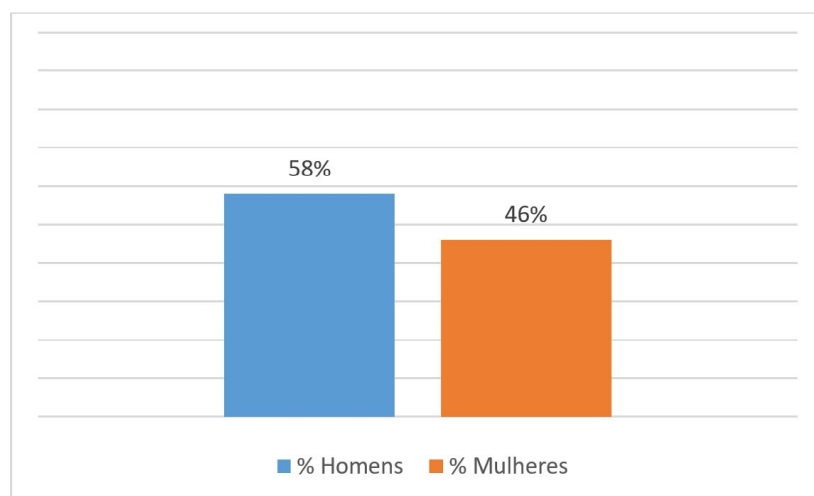
Fonte: CGGP/Previc

Gráfico 25 - Distribuição dos servidores por faixa etária



Fonte: CGGP/Previc

Gráfico 23 - Proporção dos homens e das mulheres em cargos comissionados ou funções gratificadas em relação à população em cada gênero.



Fonte: CGGP/Previc

Portadores de deficiência

Na carreira da Previc, quatro servidores (5%) são portadores de deficiência, em atendimento ao que prevê a Lei nº 8.112, de 1990, e o Decreto nº 3.298, de 1999.

Idade dos servidores

A força de trabalho tem a média de idade de 48 anos.

REMUNERAÇÃO E DESPESAS DE PESSOAL

Remuneração

A força de trabalho atualmente é composta por sete carreiras estruturadas na Administração Pública Federal Direta e Indireta da União, conforme demonstrativo:

Figura 31 - Faixas salariais dos cargos de servidores em exercício na Previc^{1,2}



1- Tabela de remuneração e subsídios do MP. Os valores considerados são referentes aos tetos das carreiras.

2- NI = Nível Intermediário, NS = Nível Superior

Fonte: CGGP/Previc

Despesas de pessoal

Sobre as despesas com pessoal, verifica-se acréscimo nominal na despesa gerada com a Folha de Pagamento (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil) devido, principalmente, ao aumento das despesas com sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, ressarcimento de requisitado e aposentadoria e pensões. O reflexo pode ser percebido no quadro demonstrativo de pagamento dos exercícios de 2021 em relação ao de 2020, com 1,27% de aumento das despesas.

DESEMPENHO

Avaliação de Desempenho

A remuneração dos servidores da carreira específica da Previc possui uma parcela variável, que tem como função estimular o servidor na busca da melhoria contínua de performance.

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo regular, utilizando como referência as metas de desempenho institucional e individual definidas para cada ciclo avaliativo.

A metodologia de avaliação dá ênfase especialmente às premissas voltadas para o foco em resultados e à perspectiva de trabalho sistêmico e cooperativo, trazendo subsídios à política de gestão de pessoas no estabelecimento de programas, projetos e ações.

Tabela 25 - Despesas com pessoal e encargos

		2020	2021	Variação %
Pessoal e Encargos Sociais	Aposentado RPPS; Reserva Remunerada e Reforma Militar	2.252.643,80	2.391.805,38	6,18
	Contribuição a entidade fechada e Previdência	336.996,6	324.043,44	-3,84
	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	18.622.520,00	18.808.281,46	1,06
	Obrigações Patronais	2.384.511,83	2.423.526,54	1,64
	Outras Despesas variáveis - Pessoal Civil	294.521,43	171.502,18	-41,77
	Despesas de exercícios anteriores	1.678,97	4.331,96	158,01
	Ressarcimento despesas pessoal requisitado	419.308,1	455.000,00	8,51
Total		24.312.180,73	24.620.578,45	1,27

Fonte: CGGP/Previc

Progressão e Promoção Funcionais

A avaliação de desempenho também gera insumos para a progressão (passagem de um padrão para outro imediatamente superior) e para a promoção (passagem do último padrão de uma classe para o padrão inicial da classe imediatamente superior) dos servidores da Previc, visto que um dos requisitos é ter, respectivamente, avaliação superior a 80% e 90% na avaliação de desempenho individual para a progressão e promoção.

Em janeiro e julho de cada exercício, inicia-se o processo de progressão/promoção de todos servidores ativos que não estão posicionados no topo da carreira e que cumpriram o interstício de 18 meses de efetivo exercício da última alteração de situação funcional. Em 2021, houve 43 progressões, sendo 34 progressões verticais.

Tabela 26 – Quantidade de servidores com progressões em 2021

Cargo	Progressão para Classe/Padrão	Nº de Servidores
Especialista em Previdência Complementar	B-I	21
	B-II	7
	A-III	1
Analista Administrativo	B-I	8
Técnico Administrativo	B-II	5
	B-I	1

Fonte: CGGP/Previc

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Capacitação

A execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas baseou-se em ações realizadas virtualmente, devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19. Diante desse contexto, foram executadas 66 ações, alcançando 87 servidores, 40,3% da força de trabalho. Esse acréscimo em torno de 140% pode ser explicado pelo levantamento, acompanhamento e registro encaminhado pelas unidades, bem como pela ampliação das ações internas de capacitação. O montante inicial direcionado para a ação foi de R\$ 215.143,00. Por decisão da Diretoria Colegiada, R\$ 189.432,00 foram remanejados. Do valor restante, R\$ 25.711,00, foi executado R\$ 12.250,00, ou seja, 47,6%.

Tabela 27 – Horas e investimento em capacitação

2020		2021	
Horas	Valor (R\$)	Horas	Valor (R\$)
1.652	16.603,00	1.454	12.250,00

Fonte: CGGP/Previc

Licenças-capacitação

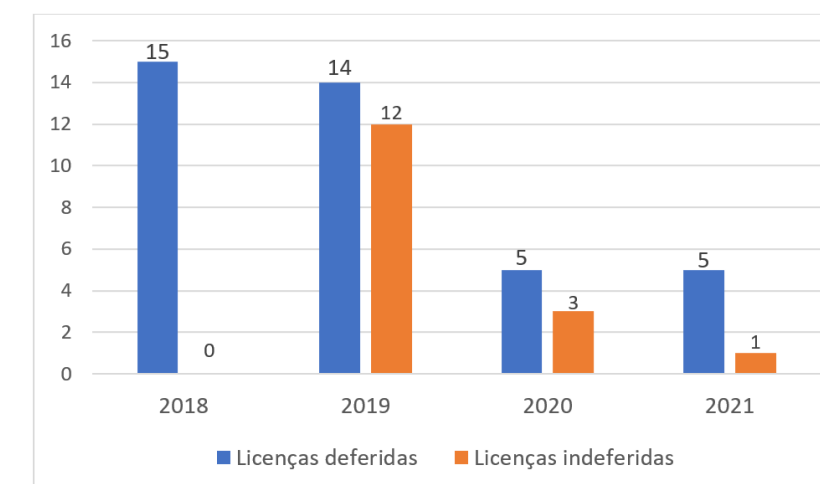
Em 2021, foram recebidas 6 solicitações de licença para capacitação, das quais 5 foram deferidas. Não houve alterações em relação ao ano anterior, mantendo-se estável o número de requerimentos para usufruto da licença. Houve um único indeferimento motivado em razão do não atendimento aos critérios impostos pela nova Política de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal - PNPD, que alterou significativamente os critérios para uso da licença.

Tabela 28 - Temas de capacitação implementados

2020	2021
Gestão Orçamentária e Financeira	Administração Pública
Ouvidoria, Corregedoria e Setor Público	Previdência
Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas
Compliance e Governança Corporativa	Controle Interno
Gestão de Fundos de Investimentos	Tecnologia da Informação
Gestão da Informação	Gestão, Organização e Inovação Institucional
Elaboração de Documentos Oficiais	Ouvidoria
Gestão Pública	Direito
Gestão Atuarial	Serviços Gerais/Logística
Auditoria e Contabilidade	Contabilidade
Análise Fundamentalista	Ética
Gestão de Tecnologia da Informação	Correição
Mercado Financeiro e de Capitais	Economia e Finanças
Área Jurídica	Comunicação
	Planejamento e Orçamento
	Ciências Atuariais
	Governança
	Documentação e Arquivo

Fonte: CGGP/Previc

Gráfico 26 - Licenças-capacitação deferidas e indeferidas

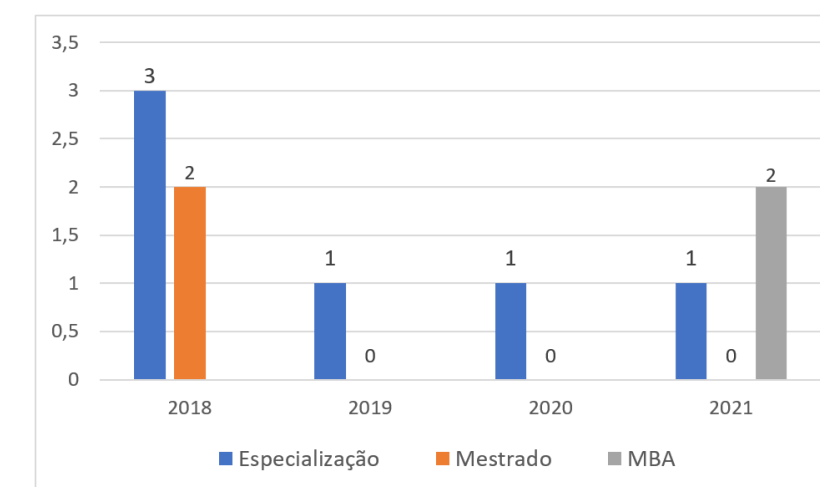


Fonte: CGGP/Previc

Bolsas de Pós-Graduação

Em 2021, três bolsas de pós-graduação foram ofertadas, limitadas a oitenta por cento do valor da despesa com matrícula e mensalidades.

Gráfico 27 - Bolsas de pós-graduação



Fonte: CGGP/Previc

Desafios e Riscos

Gestão de Pessoas

- Acompanhar o programa de gestão no âmbito da Previc (teletrabalho);
- Adoção de um sistema informatizado de Avaliação de Desempenho, a fim de otimizar a execução das diretrizes estabelecidas pela Portaria Previc nº 1.097, de 2017;
- Recomposição da força de trabalho;
- Atualização do mapeamento de competências.

Qualidade de Vida

Diversificar ações na área da saúde, educação em saúde e interações sociais, considerando o repertório descrito na Política de Promoção à Saúde e Qualidade de Vida.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

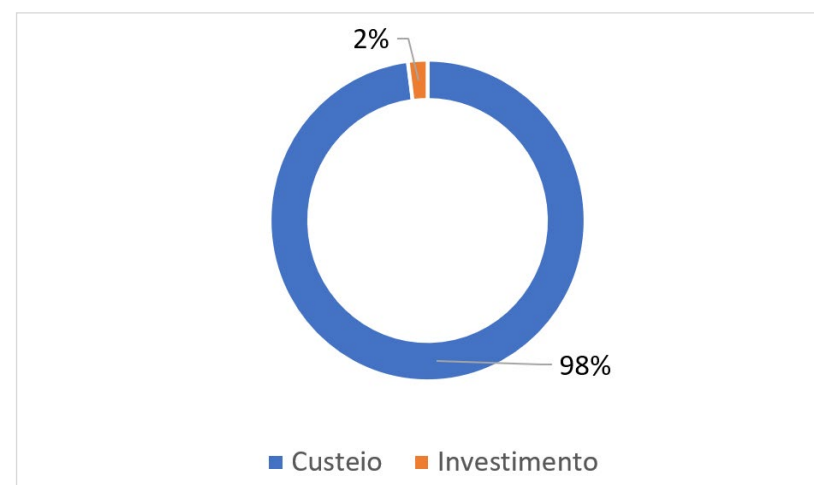
CONFORMIDADE LEGAL

Cabe aos ordenadores de despesas da unidade garantir a conformidade das contratações com as normas vigentes, em especial com as Leis nº 8.666, de 1993, 14.133, de 2021, e 10.520, de 2002, normas infralegais como o Decreto nº 10.024, de 2019, e Instruções Normativas do Ministério da Economia nº 5, de 2017, e nº 1, de 2019. Para tanto, além dos controles internos integrantes dos sistemas gerenciais, há também o auxílio do controle jurídico prestado pelas consultorias e assessorias da Procuradoria Federal junto à Previc, a fim de contribuir para a prevenção de situações irregulares e representação judicial na defesa dos interesses da Autarquia.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

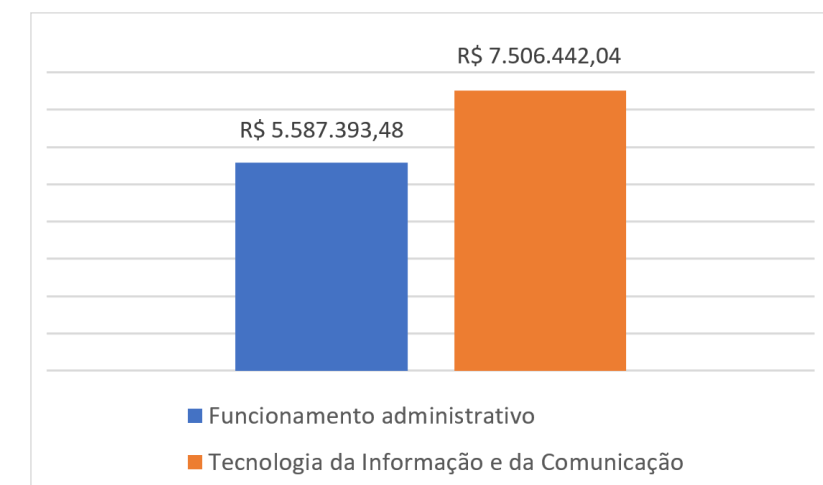
Em 2021, foram celebradas 18 novas contratações, sendo 13 relacionadas à área da administração da unidade (contemplando inclusive as áreas de gestão de pessoas, Escritórios de Representação e áreas finalísticas) e 5 ligadas à área de TIC.

Gráfico 28 - Contratações por ação (investimento e custeio)



Fonte: CGPL/Previc

Gráfico 29 - Gastos por finalidade



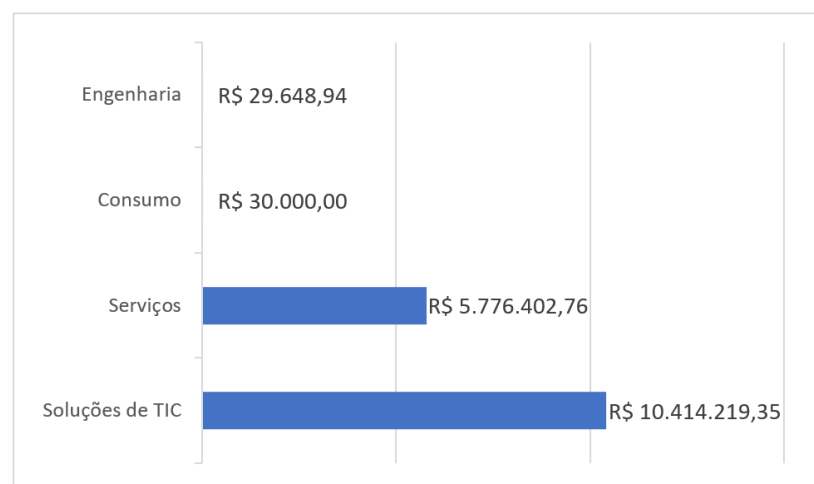
Fonte: CGPL/Previc

PLANEJAMENTO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Em consonância com o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 2019, foi devidamente instituído no âmbito desta Autarquia o Plano Anual de Contratações.

Foram previstas 83 ações, perfazendo o valor total médio estimado em R\$ 16.250.271,05, distribuídas pelas ações dispostas no gráfico abaixo:

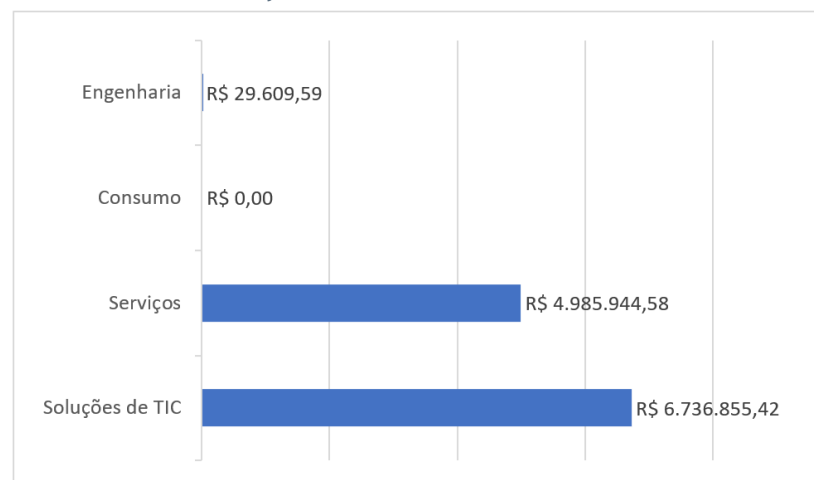
Gráfico 30 - Planejamento do PAC 2021



Fonte: CGPL/Previc e PNCP (portal nacional de compras públicas)

Foram contratadas 60 ações, perfazendo o valor total médio em R\$ 11.752.409,59, que corresponde a 72% das ações planejadas:

Gráfico 31 - Contratações¹ do PAC 2021



Fonte: CGPL/Previc e PNCP (portal nacional de compras públicas)

1. Há ações contratadas, porém não inseridas no PAC, como por exemplo as despesas relativas aos Escritórios de Representação que são executados por intermédio de Acordos de Cooperação Técnica.

GESTÃO PATRIMONIAL

Controle Patrimonial

Em 2021, a Previc iniciou o procedimento para a adesão ao Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, instituído pela Portaria ME nº 232, de 2020. O SIADS é uma solução que possibilitará um controle ainda mais efetivo dos estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte.

Dessa forma, sua utilização acarretará diversas vantagens, tais como promoção da eficiência dos gastos públicos; potencialização da racionalização financeira, processual e de pessoas; melhoria quanto às informações para apoiar as decisões governamentais de alocação de recursos; dentre outros.

Escritórios de representação

A Previc dispõe de cinco Escritórios de representação fora de sua sede: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre.

Em 2021, foram realizadas no Escritório do Rio de Janeiro adequações e adaptações de bens móveis e espaço físico, com preservação das características originais dos bens em razão da redução do espaço de área útil do escritório de 850,01 m² para 460,96 m², promovendo a melhor alocação de recursos e de pessoas, acomodações dos setores e salas da Instituição.

Suporte ao Trabalho Remoto Durante a Pandemia

Para enfrentamento à pandemia de Covid-19 em 2021, a Previc continuou adotando medidas com vistas ao estabelecimento do trabalho remoto (em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 90, de 2021). Além disso, a área patrimonial concedeu suporte material, por meio de disponibilização de notebooks e *desktops* aos servidores e colaboradores da Instituição para o exercício regular de suas atividades.

Também com a intenção de aumentar a mobilidade de realização de videoconferências, de forma a se evitar contato direto, foram adquiridos 6 equipamentos modelo “*all in one*”, que englobam câmera, microfone e alto-falante.

Sustentabilidade

A Previc tem sua sede instalada no Shopping ID, em Brasília. O empreendimento dispõe de um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) moderno e alinhado à legislação pertinente, em especial a Lei Distrital nº 5.610, de 2016.

Desde 2019, período em que foi instituída a campanha Seja Sustentável, o Shopping ID vem trabalhando comportamentos como a redução e reutilização dos copos descartáveis e uso consciente da energia elétrica, além do incentivo à correta destinação dos resíduos sólidos nas lixeiras seletivas disponíveis em todos os andares.

Em 2021, foi feita a renovação da adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e que tem como objetivo estimular as instituições públicas do país a implementar práticas de sustentabilidade, otimizar e modernizar a gestão pública e permitir a construção de uma administração mais eficiente e sustentável.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

CONFORMIDADE

Para conformidade legal em gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC), a Previc observa e aplica o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer aos normativos internos.

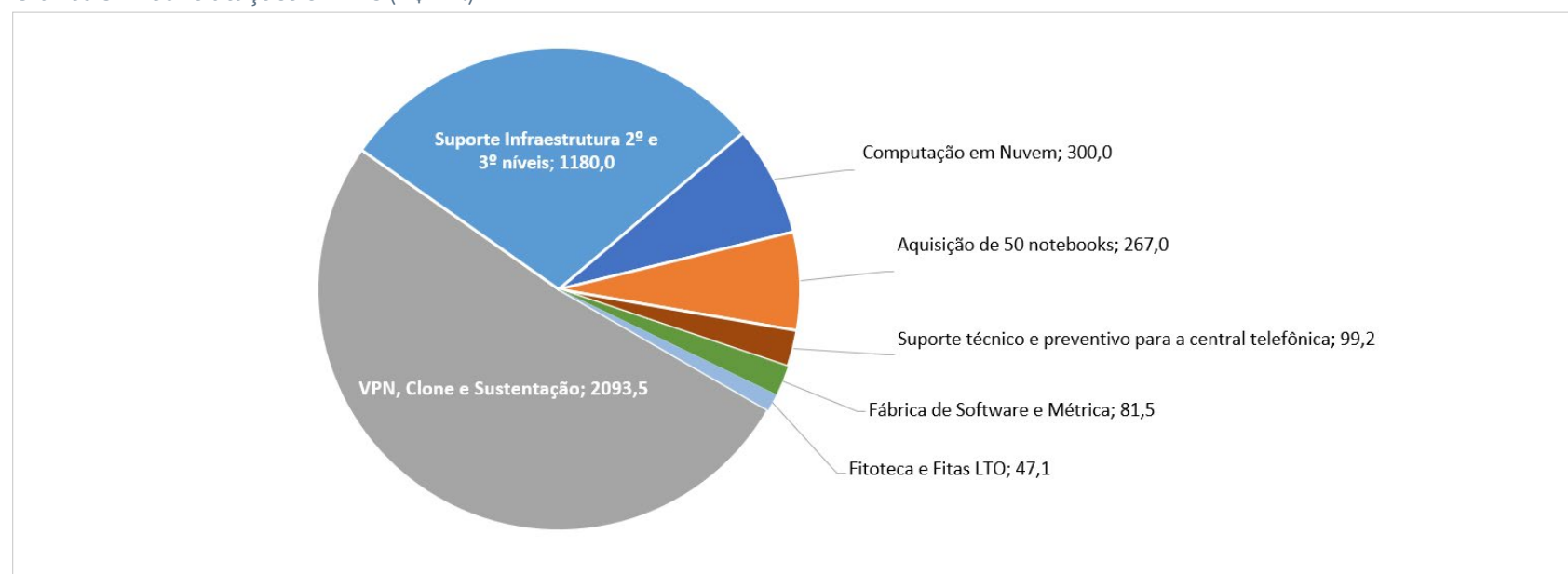
Além disso, a Autarquia evolui continuamente seus padrões referentes à captação de dados para monitoramento e fiscalização das EFPC de forma eficaz e eficiente sem se descuidar da fiscalização de contratos, da disponibilização de dados abertos, da segurança da informação, da infraestrutura e da disponibilidade dos sistemas sustentados internamente ou externamente.

GOVERNANÇA DE TIC

O modelo de governança de TIC tem como principal instância o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CEXTI). Esse comitê tem natureza propositiva e consultiva com objetivos de elaborar políticas relativas à TIC, estabelecer mecanismos para a comunicação e institucionalização, além de monitorar e avaliar sistematicamente estas políticas. É responsável pela proposição de ações que são elencadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Essas ações são priorizadas pela Diretoria Colegiada conforme alinhamento com o Planejamento Estratégico. Para acessar o PDTI, inclusive suas versões anteriores, [clique aqui](#).

O CEXTI também exerce as funções de Segurança da Informação, de natureza consultiva, assessorando na elaboração, implementação e manutenção da Política de Segurança da Informação em consonância com o PDTI.

Gráfico 32 - Contratações em TIC (R\$ mil)



Fonte: CGTI/Previc

Principais Resultados

Melhorias de Software e Sistemas

- Implementação das contas com informações extracontábeis no leiaute, recepção e processamento dos arquivos XML dos balancetes recebidos via STA Previc e atualização do validador *desktop*.
- Desenvolvimento e conclusão do sistema Defensor para gestão das demandas de Ouvidoria.
- Melhorias e implementação do sistema Venturo.
- Implementação do Sistema de Consultas e Normas da Previc – SISCONP.
- Conclusão do sistema de Automatização de *Complice* – Módulo de Demonstrativo Contábil e DPAP.
- Implementação do sistema de Riscos e Controle - Virtus.
- Manutenção de serviço de Infraestrutura Contratação/ Renovação de infraestrutura e softwares para manutenção do ambiente tecnológico da Previc garantindo assim a execução das atividades das áreas fins tendo em vista as novas diretrizes para contratação desses serviços.
- Manutenção de serviços de sustentação de sistemas com acesso aos dados em ambiente segregado e VPN.

Melhorias de Hardware e Equipamentos

- Aquisição de equipamentos e serviço de instalação da *Tape Library* (Fitoteca) e repasse de conhecimento para a operação.

Plano de Transformação Digital

O Plano de Transformação Digital desenvolvido pela Previc em parceria com a Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia e com Secretaria de Governo da Presidência da República prevê a digitalização dos serviços em até dois anos. Isso significa que o cidadão e as entidades do setor terão a opção de solicitar e acompanhar digitalmente os serviços prestados pela Autarquia reduzindo assim tempo e custos.

O Plano conta com a participação de todas as áreas de negócios para realização de um levantamento dos serviços, coordenados pelo Comitê de Governança Digital. Inicialmente foi feito um diagnóstico dos serviços prestados pela Previc, em seguida foi traçado os objetivos de forma a otimizar a prestação destes serviços aos clientes e depois a verificação dos elegíveis para a digitalização.

Atualmente a Previc conta com serviços disseminados nas áreas de Cadastro, Fiscalização, Monitoramento, Normas e Administração. A Previc tem como público-alvo usuários ligados às EFPC na condição de beneficiários ou prestadores de informações.

- Integração das bases de dados (CNPJ, CPF e CEP);
- Migração do sítio da Previc para o gov.br;
- Inclusão de serviços digitais na plataforma gov.br.

Desafios e Riscos

Serviços digitais

- Aumentar a capacidade e oferta de serviços digitais.
- Aperfeiçoar a segurança dos dados em relação a guarda e utilização.
- Integração com a base de dados disponíveis.

Sustentação da ação supervisória

Incentivo, suporte e provisão de soluções para que as áreas da Previc, principalmente a finalística, utilizem ferramentas de *Business Intelligence* para atividades de monitoramento e fiscalização das EFPC.

Redução de efetivos

Tendência de agravamento da perda de servidores na área de TI, com os seguintes riscos/consequências:

- Alongamento dos prazos de execução de projetos;
- Limitações à automação de processos internos;
- Perda do conhecimento técnico sobre os sistemas existentes;
- Concentração de gestão de contratos de TI em poucos servidores.
- Dificuldade de cumprimento de normativos relacionados a TI principalmente nas áreas de governança, desenvolvimento e segurança da informação.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOC) tem a responsabilidade de responder pelas demonstrações contábeis e emitir notas explicativas, definidas pelo Decreto 8.992, de 2017, e pelo Regimento Interno da Previc (Portaria MF nº 529, de 2017).

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas da Previc, tendo como base as seguintes unidades administrativas:

- Órgão 33206 – Previc, Unidades Gestoras;
- 333001 – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – Unidade Orçamentária (CGOC);
- 333002 – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP); e
- 333005 – Coordenação-Geral de Patrimônio e Logística (CGPL).

As unidades gestoras têm sede em Brasília/DF, ou seja, não há unidades orçamentárias e financeiras em outra unidade da Federação.

A conformidade das demonstrações contábeis é realizada pelo contador da autarquia de acordo com os procedimentos descritos no manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil do governo federal brasileiro.

A CGOC participa de inovações e modernização do SIAFI, encaminhando sugestões de alterações de normas, orientações, participação de reuniões técnicas e da manutenção e funcionamento de tabelas dos sistemas corporativos (SIAFI, SIOP, SIASG, Sistemas Senha Rede e Operacional, SCDP) utilizados no desenvolvimento das atividades contábeis.

A área contábil de Autarquia é responsável pelas competências relacionadas no artigo 8º do Decreto nº 6.976, de 2009.

As demonstrações contábeis completas encontram-se na página do [Relatório de Gestão Integrado](#).

As Demonstrações Contábeis disponíveis do Órgão 33206, Gestão 33206, são seguintes:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos da autarquia;
- **Balanco Orçamentário** – registra informações do orçamento aprovado em confronto com sua execução – receita aprovada/executada e despesa aprovada/executada;
- **Balanco Financeiro e Demonstração de Fluxo de Caixa** – demonstram o fluxo financeiro orçamentário e extraorçamentário no período – entradas e saídas de recursos;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – visa apurar o resultado patrimonial do período, resultado do confronto das variações patrimoniais aumentativas em confronto com as variações patrimoniais diminutivas das despesas orçamentárias e extraorçamentárias; e
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – registra as variações do patrimônio líquido e a evolução no período.

Figura 32 - Declaração do Contador afirmativa de fidedignidade

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DENOMINAÇÃO DA AUTARQUIA		Código do Órgão	
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc		33206	
Período de atuação do responsável pela gestão contábil		01.01.2021 a 31.12.2021	
<p>Declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis do Órgão 33206 – Previc, disponíveis no SIAFI: Balanço Patrimonial- BP, Balanço Orçamentário – BO, Balanço Financeiro-BF, e as Demonstrações de Fluxo de Caixa – DFC, Demonstrações das Variações Patrimoniais – DVP e das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, relativas ao exercício de 2021, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Prestadora de Conta – UPC/Previc, que apresenta este Relatório de Gestão, na forma de Relato Integrado, e estão de acordo com a Lei nº 4320/64, com as Normas Brasileiras de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Manual SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	31.12.2021
Contador Responsável	 Edson Dias Pinheiro CPF 539867507-97	CRC nº	43601-0 CRC T RJ

Fonte: CGOC/Previc

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Previc é uma autarquia federal de natureza especial, pessoa jurídica de direito público interno, criada pela Lei nº 12.154, de 2009, CNPJ 07.290.290/0001-02, domiciliada em Brasília-DF, e tem como atividade principal a fiscalização e supervisão das atividades das EFPC.

Em conformidade com o modelo de contabilidade adotado pelo setor público federal, seguem os principais critérios e políticas contábeis aplicadas:

No encerramento do exercício financeiro de 2021, as demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei nº 4.320, de 1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Técnicas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição e o manual de contabilidade SIAFI.

O SIAFI é o sistema utilizado para os registros dos atos e fatos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Administração Pública Federal e, consequentemente, a elaboração das Demonstrações Contábeis e registros de Notas Explicativas, disponíveis no Balanço Geral da União.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Em conformidade com o modelo da contabilidade aplicada ao setor público, seguem os principais critérios e políticas contábeis aplicadas:

Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a recursos aplicados na Conta Única e avaliados com acréscimos dos rendimentos auferidos até a data de 31 de dezembro e, também, os disponibilizados à Conta de Vinculação de Pagamentos, no conceito de unidade de tesouraria – conta única do Tesouro Nacional (artigo 1º e 2º do Decreto nº 93.872, de 1986).

Créditos a curto prazo

Direitos a receber a curto prazo referentes a bens de consumo no almoxarifado, gastos antecipados e adiantamentos de salários. São validados pelo valor original, acrescidos de atualizações e juros quando devidos.

Ativo realizável a longo prazo

Direitos a receber a longo prazo com créditos a receber e dívida ativa. São valores avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são atualizados com correção monetária e juros.

Ajuste para perdas dos créditos não tributários

O ajuste realizado para os créditos a receber e dívida ativa tem como critério a aplicação de metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, recomendado no manual do SIAFI.

Imobilizado

O imobilizado da Autarquia possui somente bens móveis reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição. Após reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Intangível

Direitos de uso de bens incorpóreos como softwares destinados a manutenção das atividades da autarquia. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição deduzido da respectiva amortização acumulada.

Depreciação de bens móveis

Aplica-se o método das quotas constantes ao cálculo da depreciação. A base de cálculo é o custo do ativo imobilizado. É iniciada no primeiro mês seguinte à data do bem em utilização. É utilizado o Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA).

Passivo

São obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e outras obrigações, evidenciadas pelos seus valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos de variações monetárias ocorridas até a data do encerramento do exercício.

Resultado patrimonial

O resultado patrimonial é apurado pelo sistema em que são confrontadas as variações patrimoniais aumentativas (VPA) versus as variações patrimoniais diminutivas (VPD). A VPA refere-se às receitas tributárias e não tributárias, no caso da Autarquia, as transferências financeiras recebidas e outros movimentos patrimoniais aumentativos (entrada de recursos). As VPD são as saídas de recursos, como: despesas, transferências financeiras concedidas e outros movimentos patrimoniais diminutivos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 29 - Ativo e Passivo (R\$ mil)

Ativo	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Ativo Circulante		5.315	6.092	-13
Caixa e Equivalente de Caixa	1	2.470	2.440	1
Aplicações Financeiras		699	643	9
Limite de Saque Vinculação	1	1.771	1.797	-1
Créditos a Curto Prazo		2.845	3.652	-22
Estoque		17	18	-6
VPD pagas antecipadamente		289	37	681
Adiantamento TED	1A	2.380	3.576	-33
Demais Créditos		159	21	657
Ativo Não Circulante		25.616	19.810	29
Realizável a Longo Prazo		21.634	16.320	33
Créditos não Tributários	2	21.634	16.320	33
Dívida Ativa		26.871	20.360	32
Multas a Receber		10.753	6.599	63
(-) Ajuste para perdas		15.990	10.639	50
Imobilizado	3	2.362	3.490	-32
Bens Móveis		7.432	6.404	16
(-) Depreciação		5.070	4.510	12
Intangível	4	1.620	1.596	2
Total do Ativo		30.931	25.902	19

Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Passivo Circulante	5	2.339	2.188	7
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		1.824	1.411	29
Fornecedores Nacionais		148	325	-54
Depósito de Terceiros		96	92	4
Outras Obrigações		271	360	-25
Passivo não Circulante		0	0	-
Total do Passivo		2.339	2.188	7
Patrimônio Líquido		28.592	23.714	21
Resultados Acumulados	6	28.592	23.714	21
Total do Passivo + PL		30.931	25.902	19

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

NE 1 - Caixa e Equivalente de Caixa

Demonstra os recursos disponíveis à autarquia, ou seja, considerando o modelo de conta única do Tesouro Nacional, os valores são mantidos no BCB e disponibilizados por programação financeira, considerando a real necessidade de liquidação e pagamentos das obrigações contabilizadas. O montante disponível de R\$ 1,7 milhão na Conta de Vinculação de Pagamento, está compromissado para pagamento do Passivo Circulante de R\$ 2,3 milhões, com necessidade de R\$ 600 mil para pagamento de restos a pagar processados inscritos em 2021 e depósitos de terceiros.

NE 1A - Adiantamento TED

Registra o montante acumulado até o exercício de 2021, correspondente a adiantamentos de recursos para ressarcimentos de despesas e outras, controlados por Termo de Execução descentralizada de crédito, denominado TED. Referem-se, principalmente, a ressarcimento de despesas dos Escritórios de Representação da Previc. A baixa contábil do saldo ocorrerá pela prestação de contas dos termos.

NE 2 - Créditos não tributários

Representam créditos a receber (fase administrativa) e Dívida Ativa (fase procuradoria/judicial). São créditos não tributários com origem em multas administrativas de autos de infração e Comissão de Inquérito; atividade regida pelo Decreto 4.942/2003. Do montante a receber, da ordem de R\$ 37 milhões, foi contabilizado um ajuste de perdas de R\$ 15,9 milhões, considerando metodologia do manual de contabilidade SIAFI.

NE 3 - Imobilizado

No imobilizado estão contabilizados os bens móveis, reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, os quais ficam sujeitos à depreciação, valor recuperável e à reavaliação. Assim, o valor dos bens móveis, líquido de depreciação acumulada, é de R\$ 2,3 milhões; os bens de tecnologia da informação e comunicação tem participação de 62% do montante do imobilizado total.

NE 4 - Intangível

Representam softwares destinados à manutenção das atividades e projetos da autarquia. São mensurados e avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, com a redução da respectiva amortização acumulada, quando possuem vida útil definida. O saldo líquido de R\$ 1,6 milhão refere-se a software com vida útil indefinida e parcela a amortizar de software com vida útil definida.

NE 5 - Passivo Circulante

São obrigações a pagar a curto prazo, ou seja, os restos a pagar processados: despesa liquidada e em fase de pagamento. Também registra valores a ordem de terceiros, na ordem de R\$ 96 mil, referente a depósitos para recursos de Autos de Infração, quando isso era permitido, e as demais obrigações.

NE 6 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio da autarquia soma R\$ 28,5 milhões; formado com os Resultados Acumulados do exercício e de anteriores, bem como os ajustes realizados. Considerando a atual sistemática de caixa único adotado pelo Governo Federal, a programação financeira elimina os efeitos de superávit ou déficits patrimoniais, ou seja, o Resultado Patrimonial acumulado é representado, principalmente, pelos ativos a receber, imobilizado e bens intangíveis (software).

Balanço das Variações Patrimoniais

Tabela 30 - Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)

Variação Patrimoniais Aumentativas	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	7	77.134	70.917	9
Taxas (Tafic)		77.134	70.917	9
Variações Patr. Aumentativas Financeiras		208	358	-42
Juros e Encargos de Mora		149	315	-53
Remuneração de Depósitos Bancários		59	43	37
Transferências e Delegações Recebidas	8	77.314	72.701	6
Valorização e Ganhos c/Ativos e Des. de Passivos		562	606	-7
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		12.138	6.962	74
Total das Variações Patr. Aumentativas (I)		167.356	151.544	10

Fonte: Siafi/CGOC/Previc ▲

▼ Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Variações Patrimoniais Diminutivas	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Pessoal e Encargos	9	23.410	22.815	3
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10	2.454	2.293	7
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	11	10.328	10.204	1
Transferências e Delegações Concedidas	8	118.156	110.149	7
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		7.138	2.830	152
Ajustes para Perdas	12	5.353	2.481	116
Desincorporação de Ativos		1.785	349	411
Tributárias e Não Tributárias		566	526	8
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		298	87	243
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		162.350	148.904	9
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	13	5.006	2.640	90

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

NE 7 - Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

A receita é contabilizada pelo regime de competência. A Previc arrecada a taxa TAFIC, sua principal fonte de financiamento, e as multas - Autos de Infração, com aplicação do Decreto 4.942, de 2003. A arrecadação registrou um acréscimo corrente de 9% comparando os dois exercícios de 2021/2020.

NE - 8 Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

Montante equivalente à movimentação financeira do exercício e de restos a pagar, inclusive a saída dos recursos arrecadados pela autarquia que foram transferidos para o Tesouro Nacional. Representa toda movimentação financeira de repasses entre a Setorial Financeira do ME e a Setorial Financeira da Previc e sub-repasses entre a Setorial de Programação Previc e suas Unidades Gestoras, os quais têm origem no decreto de programação financeira de pagamentos das despesas e restos a pagar.

NE 9 - Pessoal e Encargos

Registros de pagamentos de salários e encargos patronais de servidores da autarquia. Importa citar que não estão somados os salários dos Auditores Fiscais e Procuradores Federais, que são pagos na origem de lotação. Houve um decréscimo corrente de 3% na comparação entre 2021/2020.

NE 10 - Benefícios Assistenciais e Previdenciários

Nos benefícios previdenciários e assistenciais estão computados os pagamentos de aposentadorias e benefícios a servidores. Houve um acréscimo corrente de 7%, considerando entrada crescente de servidores no regime de aposentadoria.

NE 11 - Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo

Nesse classificador, estão os pagamentos tomados a terceiros, pessoas físicas e jurídicas, pagamentos de diárias, passagens, depreciações e amortizações e outros. Nesse grupo, apurou-se um acréscimo corrente de 1%, ou seja, uma igualdade de gastos entre os dois últimos exercícios.

NE 12 - Ajuste para perdas

Registrou-se no exercício ajuste de perdas de Créditos a Receber e Dívida Ativa, referentes a multas aplicadas (auto de infração) na ordem de R\$ 5,3 milhões, considerando metodologia do manual do SIAFI. Houve substancial acréscimo de créditos a receber no exercício anterior.

NE 13 - Resultado Patrimonial do período

O resultado patrimonial do exercício de 2021 registrou um positivo de R\$ 5 milhões; em 2020 apresentou um resultado positivo de R\$ 2,6 milhões. O superávit registrado tem origem na movimentação das transferências e delegações recebidas/concedidas. Ou seja, as operações de entrada e saída de valores necessários às movimentações orçamentárias e extraorçamentárias, considerando principalmente a sistemática de caixa único do governo federal. No exercício de 2021, o substancial acréscimo de créditos a receber de autos de infração é a origem principal do superávit contabilizado.

Balanço Orçamentário

Tabela 31 - Balanço orçamentário (R\$ mil)

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes	14	49.507	49.507	54.889	-5.382
Tributárias - Taxas		49.403	49.403	54.143	-4.740
Patrimonial		22	22	58	-36
Outras		82	82	688	-606
Receita de Capital/Operação de Crédito		551	551	0	551
Total das Receitas Orçamentárias (I)		50.058	50.058	54.889	-4.831

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	15	39.008	40.605	37.648	35.439	33.685	2.957
Pessoal e Encargos		25.379	26.396	24.621	24.515	22.964	1.775
Outras		13.629	14.209	13.027	10.924	10.721	1.182
Despesas de Capital	16	1.577	336	300	0	0	36
Investimento		1.577	336	300	0	0	36
Reserva de Contingência		35.188	35.188	0	0	0	35.188
Total das Despesas Orçamentárias (II)		75.773	76.129	37.948	35.439	33.685	38.181
Resultado Orçamentário III=(I)-(II)	17			16.941			16.941

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Restos a Pagar	NE	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldo
Processados	18	1.982	0	1.982	0
Não Processados		3.516	444	1.922	1.150
Total		5.498	444	3.904	1.150

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

NE 14 - Receitas Correntes

A receita prevista do exercício está contabilizada líquida da Desvinculação de Receita da União, em 30%. Ou seja, a receita realizada superou a previsão em R\$ 5,3 milhões. Assim, importa registrar que o montante de receita arrecadada pela autarquia está demonstrado no Balanço das Variações Patrimoniais no montante de R\$ 77 milhões.

NE 15 - Despesas Correntes

Para as despesas correntes fixadas, foram empenhados 94% dos créditos disponíveis, com pessoal e encargos e outras despesas correntes, com acréscimo de R\$ 561 mil de descentralização de créditos externos (TED), encaminhados ao BCB, Ministério da Economia e INSS.

NE 16 - Despesas de Capital

Em relação às despesas de capital, houve um comprometimento de 89%. Houve remanejamento de crédito de R\$ 1,2 milhão, no decorrer do exercício, considerando alteração de grupo de natureza de despesa.

NE 17 - Resultado Orçamentário

A arrecadação de R\$ 54,8 milhões e despesas de R\$ 37,9 milhões levou ao resultado positivo de R\$ 16,9 milhões, ou seja, o equilíbrio entre previsão da receita e fixação da despesa é realizado pelo fechamento orçamentário do órgão superior – Ministério da Economia, considerando os recursos ordinários administrados pelo Tesouro Nacional.

NE 18 - Restos a pagar processados

Foram pagos 71% de restos a pagar processados e não processados no exercício financeiro de 2021 e cancelados 8%; um montante de R\$ 1,1 milhão está pendente de liquidação e pagamento no próximo exercício.

Balanço Financeiro

Tabela 32 - Balanço Financeiro (R\$ mil)

Ingressos	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Receitas Orçamentárias		54.890	50.109	10
Vinculadas	19	56.030	52.483	7
(-) Dedução da Receita Orçamentária		1.140	2.374	-52
Transferências Financeiras Recebidas	8	77.314	72.701	6
Recebimentos Extraordinários		28.335	26.571	7
Inscrição Restos a Pagar Processados	20	1.754	1.982	-12
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	20	2.508	3.126	-20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		481	129	273
Outros Recebimentos		23.592	21.334	11
Arrecadação de Outras Unidades (DRU)	21	23.592	21.334	11
Saldo de Caixa do Exercício Anterior		2.439	4.057	-40
Total dos Ingressos		162.978	153.438	6

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Dispêndios	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Despesas Orçamentárias		37.947	37.731	1
Ordinárias	21A	1.200	179	570
Vinculadas	15 e 16	36.747	37.552	-2
Transferências Financeiras Recebidas	8	118.115	110.078	7
Recebimentos Extraordinários		4.447	3.191	39
Pagamento de Restos a Pagar Processado	22	1.983	2.334	-15
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		1.923	785	145
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		541	66	720
Demais Pagamentos		0	6	-100
Saldo de Caixa do Exercício Seguinte		2.469	2.438	1
Total de Dispêndios		162.978	153.438	6

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

NE 19 - Receitas Orçamentárias – Vinculadas

A receita vinculada registrada no BF é o valor líquido da arrecadação total de R\$ 77 milhões arrecadada pela autarquia, ou seja, o valor de R\$ 54 milhões com complemento de arrecadação de outras unidades, no montante de R\$ 23 milhões, considerando o cálculo da DRU (Nota 21).

NE 20 - Restos a Pagar processados e não processados do exercício de 2021

Despesas inscritas em restos a pagar processados e não processados, os quais serão liquidados e pagos no exercício de 2022. Cabe destacar que nos restos a pagar processados está a folha de pagamento do mês de dezembro dos servidores, na ordem de R\$ 1,7 milhão.

NE 21 - Arrecadação de outras unidades (DRU)

Arrecadação de Outras Unidades representa a reclassificação da arrecadação realizada pela Unidade Orçamentária Previc, a qual é transferida para o Tesouro Nacional pelo cálculo da desvinculação de receita da União (DRU).

NE 21A - Despesas Orçamentárias – Ordinárias

O montante de R\$ 1,2 milhão representa despesas custeadas com a fonte recursos “0100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” da parcela de empenhos de R\$ 37,9 milhões. Complementam o montante de empenhos a fonte de recursos “0174 – Taxas e Multas”, com R\$ 12,4 milhões; fonte “0156 – Contribuição do Servidor para o PSSSP”, com R\$ 88 mil; fonte “0151 Recursos Livres da Seguridade Social com R\$ 3,5 milhões, e fonte “0188 - Receita de Concurso e Prognósticos”, com R\$ 20,2 milhões.

NE 22 - Restos a Pagar processados e não processados do exercício de 2020 e anteriores, liquidados e pagos em 2021

Montantes recebidos e pagos de restos a pagar de exercícios anteriores. Não houve restrição à execução no processamento de restos a pagar.

Tabela 33 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Demonstração dos Fluxos de Caixa	NE	2021	2020	Análise Horizontal %
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		1.139	-1.492	-176
Ingressos		156.277	144.272	8
Receitas Derivadas e Originárias	19	54.144	49.950	8
Outras Receitas		746	157	375
Outros Ingressos Operacionais	8	101.387	94.165	8
Desembolsos		-155.137	-145.764	6
Pessoal e Demais Despesas	9;10;11	-33.474	-32.666	2
Transferências Concedidas		-3.007	-2.950	2
Outros Desembolsos das Operações	8	-118.656	-110.148	8
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		-1.108	-125	786
Ingressos		0	0	-
Desembolsos		-1.108	-125	786
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		0	0	0
Ingressos		0	0	-
Desembolsos		0	0	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	13	30	-1.617	-102
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		2.438	4.056	-40
Caixa e Equivalente de Caixa Final		2.469	2.439	1

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

Tabela 34 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

	NE	Patrimônio/ Capital Social	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo Inicial do Exercício de 2020		0	0	21.206	0	21.206
Ajustes de Exercícios Anteriores	23	0	0	-130	0	-130
Resultado do Exercício	13	0	0	2.638	0	2.638
Saldo Final do Exercício de 2020		0	0	23.714	0	23.714
Saldo Inicial do Exercício de 2021		0	0	23.714	0	23.714
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	0	0	-129	0	-129
Resultado do Exercício	13	0	0	5.007	0	5.007
Saldo Final do Exercício de 2021		0	0	28.592	0	28.592

Fonte: Siafi/CGOC/Previc

NE 23 - Ajustes de Exercícios Anteriores 2020

Em 2020 foram realizados ajustes necessários de exercícios anteriores referentes a: baixa de créditos a receber pelo ingresso de GRU; liquidação e pagamento de despesas de exercícios anteriores e ajuste de baixa de doação de bens móveis.

NE 24 - Ajustes de Exercícios Anteriores 2021

O montante se refere a baixa de créditos a receber de dívida ativa, em face de ajuste de registros de Certidão de Dívida Ativa e Termos de Inscrição de Dívida Ativa (CDA/TIDA), baixa de recebimento de depósitos para recurso e despesas de exercícios anteriores.

ANEXOS



Lista de tabelas

Tabela 1 Quantidade de entidades e ativos totais por patrocínio predominante	7	Tabela 27 Horas e investimento em capacitação	64
Tabela 2 Quantidade de planos e ativo total por modalidade	7	Tabela 28 Temas de capacitação implementados	64
Tabela 3 Quantidade de planos de benefício de Entes Federativos	10	Tabela 29 Ativo e Passivo (R\$ mil)	72
Tabela 4 Comitês e comissões de apoio à governança	16	Tabela 30 Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ mil)	73
Tabela 5 Objetivos e iniciativas do Plano de Ação Estratégico de 2022	20	Tabela 31 Balanço orçamentário (R\$ mil)	74
Tabela 6 Resultados do PTA 2021	21	Tabela 32 Balanço Financeiro (R\$ mil)	75
Tabela 7 Resultados da Comissão de Ética	23	Tabela 33 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	76
Tabela 8 Processos em correição	23	Tabela 34 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL)	76
Tabela 9 Normativos publicados pela Previc em 2021	31		
Tabela 10 Propostas normativas enviadas ao CNPC em 2021	32		
Tabela 11 Comparativo da LOA entre 2020 e 2021	54		
Tabela 12 Comparativo de despesas empenhadas e liquidadas entre 2020 e 2021	54		
Tabela 13 Execução orçamentária de programas e ações (R\$ 1.000)	55		
Tabela 14 Comparativo das despesas pagas entre 2020 e 2021	56		
Tabela 15 Outras despesas de custeio	56		
Tabela 16 Outras despesas de custeio - benefícios assistenciais	56		
Tabela 17 Despesas com investimentos	57		
Tabela 18 Estimativa de custo total	57		
Tabela 19 Estimativa de custo por programa de governo	57		
Tabela 20 Quantidade de normativos observados	58		
Tabela 21 Servidores do PCC Previc	58		
Tabela 22 Situação funcional dos servidores da Previc	59		
Tabela 23 Ocupação dos cargos gerenciais	59		
Tabela 24 Principais ações sobre qualidade de vida no trabalho	60		
Tabela 25 Despesas com pessoal e encargos	63		
Tabela 26 Quantidade de servidores com progressões em 2021	63		

Lista de figuras

Figura 1 Estrutura dos grupos de informações	6	Figura 27 Principais vídeos de 2021	50
Figura 2 Modelo de negócio da Previc	12	Figura 28 Previc no Linked In	51
Figura 3 Alta administração da Previc	13	Figura 29 Créditos orçamentários anuais	54
Figura 4 Organograma da Previc	13	Figura 30 Campanha de ações de enfrentamento à Covid-19	60
Figura 5 Estrutura de governança	15	Figura 31 Faixas salariais dos cargos de servidores em exercício na Previc	62
Figura 6 Alinhamento estratégico	17	Figura 32 Declaração do Contador afirmativa de fidedignidade	70
Figura 7 Ciclo da estratégia	17		
Figura 8 Cadeia de valor da Previc	19		
Figura 9 Mapa Estratégico 2022	20		
Figura 10 Modelo de três linhas do IIA	24		
Figura 11 Análises de riscos (acumulado)	25		
Figura 12 Organização dos conteúdos das cadeias finalísticas	27		
Figura 13 Cadeia 1: Regulação e Normatização	28		
Figura 14 Custos da cadeia 1 (R\$ 1000)	29		
Figura 15 Publicações de orientações da Previc em 2021	31		
Figura 16 Cadeia 2: Licenciamento	34		
Figura 17 Custos da cadeia 2 (R\$ 1000)	35		
Figura 18 Licenciamento ao longo da vida de uma EFPC e um plano de benefícios	36		
Figura 19 Cadeia 3: Fiscalização e Monitoramento	39		
Figura 20 Custos da Cadeia 3 (R\$ 1000)	40		
Figura 21 Matriz de riscos	43		
Figura 22 Cadeia 4 - Relacionamento Institucional	47		
Figura 23 Custos da Cadeia 4 (R\$ 1000)	48		
Figura 24 Webinar da Semana ENEF	49		
Figura 25 Webinar da Semana ENEF	49		
Figura 26 Principais publicações	50		

Lista de gráficos

Gráfico 1 Evolução de superávits e déficits (R\$ bilhões)	7	Gráfico 27 Bolsas de pós-graduação	64
Gráfico 2 Evolução da previdência complementar de servidores públicos	10	Gráfico 28 Contratações por ação (investimento e custeio)	65
Gráfico 3 Tipos de Manifestações	23	Gráfico 29 Gastos por finalidade	65
Gráfico 4 Manifestações recebidas por canal de acesso	23	Gráfico 30 Planejamento do PAC 2021	66
Gráfico 5 Evolução dos pedidos de acesso à informação e eventuais recursos	23	Gráfico 31 Contratações do PAC 2021	66
Gráfico 6 Requerimentos de licenciamento solicitados e aprovados	37	Gráfico 32 Contratações em TIC (R\$ mil)	67
Gráfico 7 Habilitações concedidas por órgão estatutário	37		
Gráfico 8 Indicadores de Fiscalização	43		
Gráfico 9 Representatividade no sistema	43		
Gráfico 10 Tempo médio em dias de tratamento	43		
Gráfico 11 Tratamento de denúncias e representações	43		
Gráfico 12 Histórico de regimes especiais decretados e finalizados	45		
Gráfico 13 Representações penais e administrativas	45		
Gráfico 14 Histórico de Autos de Infração julgados	45		
Gráfico 15 Histórico de TAC firmados	46		
Gráfico 16 Despesas Empenhadas	55		
Gráfico 17 Despesas pagas	56		
Gráfico 18 Despesa com pessoal e encargos sociais	56		
Gráfico 19 Retorno ao órgão de origem e vacâncias	59		
Gráfico 20 Distribuição de servidores por unidades da Previc	59		
Gráfico 21 Ações de qualidade de vida por eixo	60		
Gráfico 22 Servidores por gênero	61		
Gráfico 23 Proporção dos homens e das mulheres em cargos comissionados ou funções gratificadas em relação à população em cada gênero	61		
Gráfico 24 Servidores por raça	61		
Gráfico 25 Distribuição dos servidores por faixa etária	61		
Gráfico 26 Licenças-capacitação deferidas e indeferidas	64		

Lista de siglas

AETQ	Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
AFDD	Ações Fiscais Diretas Direcionadas
AFDE	Ações Fiscais Diretas Específicas
AFRFB	Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
AMGD	Acordo de Metas de Gestão e Desempenho
Audi	Auditoria Interna
BC	Banco Central do Brasil
BD	Benefício Definido
CD	Contribuição Definida
CEPrevic	Comissão de Ética da Previc
Cexti	Comitê Executivo de Tecnologia da Informação
CGMO	Coordenação Geral de Monitoramento
CGTI	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPB	Cadastro Nacional de Plano de Benefício
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COC	Comitê de Orientações e Consultas
COES	Comitê Estratégico de Supervisão
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRPC	Câmara de Recursos da Previdência Complementar
CV	Contribuição Variável
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Dataprev	Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social
Dicol	Diretoria Colegiada

Difis	Diretoria de Fiscalização e Monitoramento
Dilic	Diretoria de Licenciamento
Dinor	Diretoria de Orientação Técnicas e Normas
Dirad	Diretoria de Administração
Dirf	Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DPAP	Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação
EFPC	Entidade Fechada de Previdência Complementar
Enap	Escola Nacional de Administração Pública
Enef	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPPGG	Especialistas de Políticas Públicas e Gestão Governamental
ER	Escritórios de Representação
Esaf	Escola de Administração Fazendária
ESI	Entidades Sistemicamente Importantes
GSI	PR Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IAFD	Índice de Execução de Ações Fiscais Diretas
IIRC	Conselho Internacional de Relato Integrado (<i>International Integrated Report Council</i>)
ILA	Índice de Liquidez Ampla
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IOPS	Organização Internacional de Fundos de Pensão (<i>International Organisation of Pension Supervisors</i>)
Iper	Índice de Execução da Supervisão Permanente
IS	Índice de Solvência
LOA	Lei Orçamentária Anual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAF	Plano Anual de Fiscalização e Monitoramento

PCC	Previc Plano de Cargos e Carreiras Previc
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PF	Procuradoria Federal
PGRS	Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA	Plano Plurianual
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PTA	Plano de Trabalho Anual do Acordo de Metas de Gestão e Desempenho Previc/ME
REP	Relatório de Estabilidade da Previdência Complementar
RFB	Receita Federal do Brasil
SBR	Supervisão Baseada em Risco
SEI	Sistema eletrônico de informação
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SIASS	Subsistema Integrado de Assistência à Saúde do Servidor
Sipec	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
Sisac	Sistema Integrado de Admissões e Concessões
SLU	Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal
SP	Supervisão Permanente
SPC	Extinta Secretaria de Previdência Complementar
Tafic	Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

Expediente

Relatório de Gestão Integrado 2021

Publicação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Relatório de Gestão na forma da Decisão Normativa TCU nº 187, de 9 de setembro de 2020.

DIRETORIA COLEGIADA:

Diretor-Superintendente

Lucio Rodrigues Capelletto

Diretor de Fiscalização e Monitoramento

Carlos Marne Dias Alves

Diretor de Orientação Técnica e Normas

José Carlos Sampaio Chedeak

Diretor de Licenciamento

José Reynaldo de Almeida Furlani

Diretora de Administração

Rita de Cássia Corrêa da Silva

COORDENAÇÃO GERAL:

Coordenador-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Denis Ernesto Ritter von Kostrisch

EQUIPE TÉCNICA:

Redação e copidesque

Coordenador de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Hélio Francisco Matos Miranda

Diagramação e arte

José Gomes Maciel Junior

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO 2021

Superintendência Nacional de Previdência Complementar

